



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ROSANA APARECIDA REINER UNFRIED

FOTOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO URBANA:
AS IMAGENS DE OSWALDO LEITE COMO AUXILIARES NA
RECUPERAÇÃO DE FRAGMENTOS HISTÓRICOS DE
LONDRINA

ROSANA APARECIDA REINER UNFRIED

FOTOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO URBANA:
AS IMAGENS DE OSWALDO LEITE COMO AUXILIARES NA
RECUPERAÇÃO DE FRAGMENTOS HISTÓRICOS DE
LONDRINA

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Boni.

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Unfried, Rosana Aparecida Reineri.

Fotografia e documentação urbana : as imagens de Oswaldo Leite como auxiliares na recuperação de fragmentos históricos de Londrina / Rosana Aparecida Reineri Unfried. - Londrina, 2016.
126 f. : il.

Orientador: Paulo César Boni.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2016.
Inclui bibliografia.

1. Fotografia e documentação urbana - Teses. 2. Gatilho da memória - Teses. 3. História de Londrina (PR) - Teses. 4. Oswaldo Leite - Teses. I. Boni, Paulo César. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.



Universidade
Estadual de Londrina



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

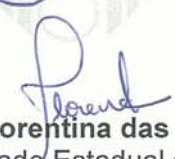
Rosana Aparecida Reineri Unfried

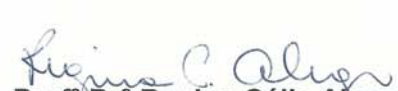
Título: "FOTOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO URBANA: AS IMAGENS DE OSWALDO LEITE COMO AUXILIARES NA RECUPERAÇÃO DE FRAGMENTOS HISTÓRICOS DE LONDRINA"

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA:


Prof. Dr. Paulo César Boni (Orientador)
Universidade Estadual de Londrina


Prof.ª Dr.ª Florentina das Neves Souza
Universidade Estadual de Londrina


Prof.ª Dr.ª Regina Célia Alegro
UEL/CLCH-HIS

Londrina, 18 de fevereiro de 2016.

Ao Jair, companheiro de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, minha fonte de fé, coragem e determinação.

Aos meus pais, Ivo e Odete, por todos os ensinamentos, conselhos e incentivos, sobretudo, nos momentos difíceis. Sem a orientação e o exemplo de vocês, eu certamente não teria chegado até aqui.

Aos meus irmãos, Paulo e Valdir, por todo sacrifício que fizeram, em épocas difíceis, para que eu não abandonasse os estudos. Jamais esquecerei tudo que fizeram por mim. Devo parte das minhas realizações e conquistas acadêmicas ao esforço de vocês.

Ao meu marido, Jair, por toda paciência, zelo, carinho, compreensão e auxílio ao longo desses quase nove anos de convivência. Obrigada por me incentivar e não me deixar desanimar diante das dificuldades.

A todos os meus familiares, Reineri e Unfried, pela torcida.

Aos amigos de longa data, que dividem a vida comigo, torcem pelo meu sucesso e me amparam nos momentos difíceis, em especial, Sandra, Angela, Eliane, Diná, Terezinha e Jaqueline. Sei que estive um pouco ausente nesses últimos meses, mas carrego cada uma de vocês sempre no coração.

Aos amigos que o Jornalismo me deu, em especial a Keli, Beatriz, Ligia e Karen, que mesmo à distância se mantiveram na torcida. Não importa o tempo que passe, vocês sempre serão muito especiais para mim.

Aos amigos de mestrado, e agora de vida, Michel, Andreza e Maria Elisa, pelos ombros emprestados, pelas ideias e experiências compartilhadas, pelas risadas, cafés e bons “papos”. Que nosso futuro seja brilhante e que possamos sempre nos reencontrar para rir de nós mesmos. Sucesso para nós!

Ao meu orientador e amigo, Boni, pelos ensinamentos, orientações, conselhos, conversas e boas risadas. Obrigada por dividir comigo seus conhecimentos. Que nossas parcerias não parem por aqui.

A todos os professores da Universidade Estadual de Londrina, com os quais eu tive o privilégio de conviver ao longo desses seis anos de vida acadêmica. Obrigada por me ensinarem o que é ser um profissional e por contribuírem com o meu crescimento como ser humano. Todos vocês são exemplos para mim.

Aos funcionários do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, por

Ruth, por todo auxílio prestado para a realização desta e de tantas outras pesquisas. Obrigada por tudo!

Aos meus colaboradores, e agora amigos, Otacílio Leite e sua esposa, dona Marina, que sempre me receberam em sua residência com um sorriso no rosto, disponibilidade e carinho. Obrigada pela paciência e pela confiança que sempre depositaram em mim.

Aos meus entrevistados – Rodolpho Horner, José Cláudio Reali, José Augusto Queiroz, Suzilaine Passos Duarte, Aglaé de Lima Fierli, José Jarbas Gomes da Silva, Bárbara Garcia Cid Silva, João Henrique Steffen, Theóphilo Paranaense Coutinho Gomes, Adilson de Biaggi, Antônio Tomio Furuta, Mario Jorge de Oliveira Tavares e Hirak Ohara – por terem me recebido tão bem e por terem aceito dividir comigo um pouco das suas histórias. Obrigada pela confiança!

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), financiadora desta pesquisa.

Muitos foram os desafios, muitas foram as dificuldades, mas a vitória mostra que tudo valeu a pena.

Obrigada a todos!

UNFRIED, Rosana Aparecida Reineri. **Fotografia e documentação urbana:** as imagens de Oswaldo Leite como auxiliares na recuperação de fragmentos históricos de Londrina. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é observar e discutir a capacidade das fotografias de obras urbanas em atuar como auxiliares na recuperação de fragmentos históricos da cidade retratada. Para tanto, utilizando as bases teóricas e metodológicas da história oral – descrita por Thompson (1992) e Delgado (2006) – e do uso da fotografia como disparadora do gatilho da memória – descrita inicialmente por Hoffmann (2010) e sistematizada por Teixeira (2013) – foram contextualizadas historicamente 21 imagens, selecionadas obedecendo o critério de importância do evento retratado para o desenvolvimento de Londrina. Essas imagens foram produzidas pelo fotógrafo Oswaldo Leite, funcionário da Secretaria de Obras e o primeiro fotógrafo oficial da Prefeitura do Município de Londrina, no decurso da década de 1960. Uma década marcada por grandes transformações no cenário urbano da cidade, decorrentes da decadência da cafeicultura – até então, base da economia norte paranaense – e do êxodo rural provocado pela modernização da agricultura e mecanização do campo.

Palavras-chave: Fotografia e documentação urbana. Gatilho da memória. História de Londrina (PR). Oswaldo Leite.

UNFRIED, Rosana Aparecida Reineri. **Photography and urban documentation:** Oswaldo Leite's photos as tools to recover Londrina's historical fragments. 2015. 126 p. Dissertation (Master in Communication) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ABSTRACT

This work aims observe and discuss the ability of photographs of urban buildings construction, to act as an aid to recover historical fragments of the given city. So, using the theoretical and methodological foundations of oral history – discribed by Thompon (1992) and Delgado (2006) – and the use of photographs as a discherger of the trigger of memory – first described by Hoffmann (2010) and sistematized by Teixeira (2013) – here, 21 images were historically contextualized, and selected based on the criterion of importance of the event that was portrayed, for the development of Londrina. These images were produced by the photographer Oswaldo Leite, employee of the Works Bureau and the first official photographer of Londrina, during the 1960s. The 1960s were marked by big changes in the urban landscape of Londrina, as a result of the decline of coffee production – so far the main product of the local economy – and the rural exodus caused by the modernization and mechanization of agriculture.

Key words: Photography and urban documentation. Trigger of memory. History of Londrina (PR). Oswaldo Leite.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	“Oswaldo Leite”	39
Figura 2 –	Imagens que compõem a categoria “verticalização”	48
Figura 3 –	Imagem que compõe a categoria “favelização”	49
Figura 4 –	Imagens que compõem a categoria “serviços”	49
Figura 5 –	“Vista de edifícios da área central, vendo-se em primeiro plano a Avenida Paraná”	52
Figura 6 –	“Vista de edifícios da área central de Londrina”	55
Figura 7 –	“Aspectos da favela no lugar denominado Pito Aceso”	58
Figura 8 –	“Vista aérea de Londrina, vendo-se o Jardim Paraíso”	62
Figura 9 –	“Ponte sobre o Ribeirão Quati, ligando a cidade ao Parque Ouro Verde”	65
Figura 10 –	“Escola Municipal construída pela Prefeitura no Parque Ouro Verde”	67
Figura 11 –	“Curso de especialização de Professores Municipais”	70
Figura 12 –	“Edifício onde será instalada a Biblioteca Pública Municipal”	72
Figura 13 –	“Avenida Faria Lima – construção da ponte”	75
Figura 14 –	“Avenida Perimetral”	77
Figura 15 –	“Serviço de Iluminação Pública na Avenida Perimetral entre as Ruas Pernambuco e Professor João Cândido”	80
Figura 16 –	“Drenagem e alargamento do Ribeirão Quati e Bom Retiro”	82
Figura 17 –	“Caixa D’água localizada na Avenida Higienópolis”	84
Figura 18 –	“Inauguração da Caixa D’água Três Marcos”	87
Figura 19 –	“Avenida Bandeirantes – Hospital Evangélico”	89
Figura 20 –	“Construção do mercado na Vila Casoni”	94
Figura 21 –	“Mercado Municipal do Jardim Shangri-lá”	96
Figura 22 –	“Vila Operária”	99
Figura 22a –	Mapa da Vila Operária	100
Figura 23 –	“Parque Industrial”	102
Figura 23a –	Mapa das Indústrias.....	105
Figura 24 –	“Sercomtel”	106
Figura 25 –	“Inauguração do Cemitério localizado no Jardim Ideal”	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Organização das imagens tomadas por Oswaldo Leite, na década de 1960.....	42
-------------------	---	----

ABREVIATURAS E SIGLAS

Acesf	Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina
AEPIL	Associação das Empresas do Parque das Indústrias Leves
ACL	Associação Comercial de Londrina
ACIL	Associação Comercial e Industrial de Londrina
APM	Associação de Pais e Mestres
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDPH	Centro de Documentação e Pesquisa Histórica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cohab	Companhia de Habitação
Cohab-Ld	Companhia de Habitação de Londrina
Copel	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CPT	Sociedade Anônima Companhia Paranaense
CTN	Companhia Telefônica Nacional
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DNOS	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
ECB	Empresa de Construções Brasil
EELSA	Empresa Elétrica de Londrina Sociedade Anônima
Fibra	Feira da Indústria Brasileira
HU	Hospital Universitário
IEL	Instituto de Educação de Londrina
IEEL	Instituto de Educação Estadual de Londrina
IPPUL	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina
ITT	Telephone and Telegraph Corporation
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
Promic	Programa Municipal de Incentivo à Cultura
SAA	Sistema de Abastecimento de Água
Sanepar	Companhia de Saneamento do Paraná
SAS	Serviço Autárquico de Saneamento
Sercomtel	Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina
SESA	Standard Elétrica S/A
Unopar	Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO.....	17
2.1	VALORIZAÇÃO DA FOTOGRAFIA: EXPRESSÃO ARTÍSTICA E OBJETO DE PESQUISA	19
2.1.1	Testemunho das Imagens: Vantagens e Armadilhas	20
2.2	FOTOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO URBANA	21
2.2.1	No Brasil	23
2.3	PERCEPÇÃO DA CIDADE	26
2.3.1	A Construção da Imagem.....	27
2.3.2	Espaço, Lugar e Experiência.....	29
2.3.3	“Lugares Íntimos” e Lembranças Afetivas	30
3	FOTOGRAFIA E MEMÓRIA.....	32
3.1	MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL.....	33
3.1.1	Memória e Identidade	35
3.2	A FOTOGRAFIA COMO DISPARADORA DO GATILHO DA MEMÓRIA	36
4	OSWALDO LEITE: O FOTÓGRAFO DAS CONSTRUÇÕES.....	39
4.1	ORGANIZAÇÃO DO ACERVO	41
4.2	PERCURSOS DA PESQUISA	44
5	CONTRIBUIÇÕES IMAGÉTICAS: A DÉCADA DE 1960 A PARTIR DE IMAGENS.....	48
5.1	VERTICALIZAÇÃO	52
5.2	FAVELIZAÇÃO.....	58
5.3	SERVIÇOS.....	62
5.4	PERCEPÇÕES	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS	118

ANEXOS		124
ANEXO A – Convênio de cooperação cultural entre a Prefeitura Municipal de Londrina e o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss.....		125

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o primeiro passo para o reconhecimento da fotografia como documento foi dado na década de 1930, pelo sociólogo-historiador Gilberto Freyre, que defendia que fossem utilizadas imagens fotográficas – ao lado dos documentos escritos, fontes orais e publicações em jornais – como fonte de pesquisa. A justificativa estava na capacidade da fotografia em apreender e preservar fragmentos da realidade, ao passo que o referente que lhe deu origem perece à ação do tempo.

Desde então, a fotografia vem enfrentando muitos percalços, preconceitos e entraves em alcançar definitivamente o *status* de documento. Os principais deles são o fato de, apesar de fazermos parte de uma sociedade da imagem, estarmos presos a uma tradição livresca, na qual é privilegiado o documento escrito em detrimento do imagético, e a fotografia ser o produto de uma construção técnica e ideológica do fotógrafo.

A partir da década de 1960, com a chamada “revolução documental” esse cenário começou a se modificar. Nesse momento, houve o alargamento do termo “documento” – que até então não fazia menção às imagens – e a fotografia passou a despertar interesse como expressão artística e a ser disseminado seu ensino e pesquisa. Assim, também se delineou uma nova perspectiva no ambiente acadêmico, o que vem fomentando o debate e a reflexão em relação ao alcance, valor e limites das fontes e documentos fotográficos.

Um exemplo da utilização multidisciplinar da fotografia como objeto de pesquisa, são os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa *Comunicação e História*, da Universidade Estadual de Londrina, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do qual esta autora faz parte. A metodologia utilizada pelos pesquisadores do grupo, na realização das pesquisas, é a do uso da “fotografia como disparadora do gatilho da memória” que consiste em apresentar fotografias de uma determinada época para entrevistados, a fim de que sejam despertadas lembranças e acrescentadas informações, além das visuais presentes na fotografia.

No trabalho aqui apresentado, utilizando a metodologia acima descrita como ferramenta de pesquisa, buscaremos contextualizar historicamente o período escolhido como recorte temporal – a década de 1960 – a fim de observar a capacidade – ou não – de as fotografias de obras urbanas atuarem como auxiliares da recuperação de fragmentos da história de Londrina, nosso recorte espacial. Para tanto, foram selecionadas 21 imagens produzidas pelo fotógrafo Oswaldo Leite, no decurso da década de 1960, seguindo o critério de importância histórica e impacto na paisagem urbana da cidade.

Os resultados desta pesquisa foram divididos em cinco capítulos, sendo o primeiro destinado à introdução. O capítulo 2 tratará da importância da fotografia como documento para a preservação da história de um determinado lugar, com base, principalmente, nos escritos de Boris Kossoy. Discutirá a questão do preconceito existente em relação aos documentos imagéticos e a preferência e credibilidade conferidas aos documentos escritos. A partir da virada do século XX para o século XXI, com o comprometimento e o trabalho de uma série de pesquisadores, tornou-se possível transformar essa realidade e colocar a fotografia como uma fonte confiável de pesquisa.

Neste capítulo será tratada, ainda, a questão da documentação urbana. Serão esplanados os motivos pelos quais as cidades são amplamente fotografadas desde a invenção da fotografia. Apontaremos nomes de importantes fotógrafos, da Europa e do Brasil, que se dedicaram ao registro de obras arquitetônicas e à produção de álbuns de cidades, com o intuito de vender a ideia da cidade idealizada e, também, nomes que se dedicaram a fotografar obras realizadas por prefeituras, como fotógrafos oficiais desses órgãos, entre eles, Oswaldo Leite, responsável pela tomada das imagens aqui estudadas. Também abordaremos o conceito de cidade e as formas como ela pode ser percebida e lembrada por seus habitantes.

No terceiro capítulo trataremos de como a fotografia é capaz de atuar na memória de seu observador, criar imaginários e conduzir a rememoração. Abordaremos a necessidade de esforços do pesquisador em buscar elementos contextualizantes das imagens, com as quais se pretende trabalhar, e apontaremos duas metodologias capazes de atuar em conjunto com a fotografia na recuperação de fragmentos e dados históricos: a história oral e a fotografia como disparadora do gatilho da memória.

No quarto capítulo, apresentaremos uma breve biografia do fotógrafo responsável pela produção das imagens aqui trabalhadas. Serão abordados a recuperação, organização e preservação do acervo de Oswaldo Leite pelos funcionários do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Será apresentado o percurso da pesquisa, desde a definição do tema até sua conclusão, a fim de informar o leitor sobre as dificuldades encontradas durante sua realização.

No quinto e último capítulo, será apresentada a pesquisa contributiva, composta pelas 21 imagens acompanhadas dos textos finais, que são resultado das informações obtidas por meio das entrevistas, pesquisas complementares e pesquisa posterior para a checagem de dados. As imagens trabalhadas foram organizadas em três categorias: verticalização, favelização e serviços.

A primeira categoria – “verticalização” – é composta por duas imagens que

retratam as transformações no cenário urbano do centro de Londrina, decorrentes da construção de edifícios. A segunda – “favelização” – é composta por uma única imagem que ilustra o processo de favelização iniciado em Londrina na década de 1950 e agravado a partir da segunda metade da década de 1960. A terceira categoria – “serviços” – é composta por 18 imagens que retratam as soluções encontradas para os problemas decorrentes do aumento descontrolado da população.

Para a contextualização das imagens, trabalhadas neste capítulo, foi realizada uma pesquisa prévia, em documentos escritos, para a compreensão de detalhes da década estudada. Em seguida, foram realizadas entrevistas com três pessoas que vivenciaram o período recortado (1960) e que se dispuseram a ajudar nesta pesquisa. Todas elas têm, ou tiveram, alguma relação com o Departamento de Obras da Prefeitura do Município de Londrina, para o qual Oswaldo Leite trabalhava. O primeiro entrevistado foi Otacílio Leite, filho mais novo do fotógrafo e funcionário aposentado do Departamento de Obras; o segundo, foi Rodolpho Horner, urbanista aposentado que atuou como diretor técnico do Departamento de Obras entre abril de 1966 e março de 1969; e, por último, José Cláudio Reali, funcionário do Departamento de Obras até hoje, em vias de se aposentar.

A primeira etapa dessas entrevistas foi uma conversa sobre a década de 1960, apoiada na história oral e conduzida com base em um roteiro elaborado pela autora, dividido em temas, como: verticalização; economia; moradia; educação; infraestrutura; industrialização e serviços médicos. A segunda, foi a apresentação de todas as imagens, com as quais se pretendia trabalhar, aos entrevistados, para que a memória pudesse ser acionada pela observação da fotografia.

Por meio dessas três primeiras entrevistas, observamos que embora todos os entrevistados fossem capazes de identificar e localizar com precisão os lugares retratados, a narrativa foi mais consistente quando a cena registrada convergia, em algum momento, com sua história de vida. Diante disso, foi realizada uma nova pesquisa documental, dessa vez direcionada aos assuntos representados pelas fotografias e houve a necessidade de busca por outros entrevistados que tivessem alguma relação com o assunto retratado.

Além de Otacílio Leite, Rodolpho Horner e José Cláudio Reali, foram entrevistados: Marina Delai Leite – esposa de Otacílio Leite; José Augusto Queiroz – engenheiro e arquiteto aposentado do Departamento de Obras da Prefeitura do Município de Londrina; Suzilaine Passos Duarte – diretora auxiliar da Escola Municipal David Dequech e funcionária da escola há 20 anos; Aglaé de Lima Fierli – ex-funcionária da Biblioteca Pública; José Jarbas Gomes da Silva – proprietário da empresa Color Painéis, retratada na

figura 23; Bárbara Garcia Cid Silva – filha de José Jarbas Gomes da Silva; João Henrique Steffen – um dos responsáveis pela instalação do Hospital Evangélico em Londrina; Theóphilo Paranaense Coutinho Gomes – engenheiro aposentado e ex-funcionário do Sistema Autárquico de Saneamento (SAS); Adilson de Biaggi – proprietário da Casa São Caetano, cuja primeira instalação aparece na figura 17; Antônio Tomio Furuta – filho de um dos primeiros comerciantes a se instalar no Mercado Shangri-lá e proprietário do Supermercado Furuta; Mário Jorge de Oliveira Tavares – funcionário aposentado da Sercomtel e Hirak Ohara – arquiteto e urbanista, ainda funcionário do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) e responsável pela obra do Cemitério Padre Anchieta (Figura 25).

Por último, foi realizada uma terceira pesquisa para a checagem dos dados obtidos na entrevista. Ainda neste último capítulo, juntamente com a pesquisa contributiva – composta pelas 21 imagens trabalhadas e pelos textos referentes à contextualização de cada uma delas – serão apresentadas as percepções pessoais, da autora, observadas durante todo o processo de realização da pesquisa.

Além da resposta da questão que rege este trabalho, esta pesquisa espera, com o uso de fotografias e com a aplicação de uma metodologia que lhe é inerente, descrever e contextualizar as imagens trabalhadas, fazer o reconhecimento de lugares e pessoas retratadas a fim de fornecer material histórico que possa nortear futuras pesquisas, bem como democratizar uma parte da história de Londrina.

2 A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO

O mundo sofreu uma importante transformação com o advento da fotografia, no século XIX. A partir da criação dessa nova forma de captação de cenas do cotidiano, o homem passou a ter a possibilidade de conhecer novos lugares e novas culturas, diferentes da sua, por meio de um elemento que não o escrito, verbal ou pictórico, com os quais estava acostumado. Boris Kossoy (2014, p. 30) explica que depois da descoberta da fotografia e com o desenvolvimento da indústria gráfica – alavancada por ela – teve início um processo de conhecimento do mundo de maneira fragmentada tanto em termos visuais quanto contextuais. No entanto, não se pode negar que a história ganhava, naquele momento, um novo instrumento de documentação.

A expressão “fotografia documental” passou a ser utilizada, de acordo com Peter Burke (2004, p. 26), somente na década de 1930, nos Estados Unidos. Criado logo após o surgimento da expressão “filme documentário” – utilizado na produção cinematográfica – este termo do universo fotográfico se referia ao registro das cenas do cotidiano de pessoas comuns, especialmente dos pobres. Estas imagens eram geralmente produzidas com o intuito de despertar a comoção e a solidariedade dos observadores, como as registradas, por exemplo, pelas lentes dos fotógrafos Jacob Riis, Lewis Hine e Dorothea Lange. Nesta mesma década, aqui no Brasil, o sociólogo-historiador Gilberto Freyre deu início à defesa da utilização do documento fotográfico como fonte de pesquisa e de informação, ao lado do documento escrito e de outras fontes não convencionais, como a tradição oral e anúncios de jornal (BURKE, 2004, p. ii).

A potencialidade da utilização da imagem fotográfica como fonte histórica pode ser explicada pela capacidade que ela possui de apreender e preservar fragmentos da realidade. Enquanto os cenários se modificam com o tempo, e, por vezes, desaparecem, e as pessoas retratadas morrem, a fotografia continua viva após o desvanecimento do referente que lhe deu origem. Por este motivo, tais representações, podem ser consideradas como ferramentas de construção e recuperação históricas, tanto dos objetos, cenários e pessoas retratados, quanto da própria fotografia (KOSSOY, 2009, p. 139).

No entanto, apesar de a fotografia ser capaz de fornecer uma imensa gama de informações visuais – e, desta forma, contribuir para a compreensão do passado – e de estar havendo, por parte das instituições, de algumas décadas para cá, uma maior conscientização da importância da imagem enquanto fonte de informação, a fotografia ainda não alcançou plenamente seu *status* de documento. Aliás, a definição tradicional de

“documento” fazia menção apenas ao documento escrito, manuscrito e impresso, e nem se referia à imagem, de nenhuma natureza (KOSSOY, 2014, p. 33).

Este preconceito em relação à imagem também pode ser observado no campo da pesquisa. Se comparado ao número de pesquisadores e historiadores que trabalham em repositórios de documentos escritos, o número de pesquisadores que trabalham com fotografias é consideravelmente menor. Em alguns casos, mesmo quando

Utilizam imagens, os historiadores tendem a tratá-las como meras ilustrações, reproduzindo-as nos livros sem comentários. Nos casos em que as imagens são discutidas no texto, essa evidência é freqüentemente utilizada para ilustrar conclusões a que o autor já havia chegado por outros meios, em vez de oferecer novas respostas ou suscitar novas questões (BURKE, 2004, p. 12).

A justificativa para o entrave da inserção da fotografia, de uma vez por todas, no universo documental está alicerçada, na visão de Kossoy (2014, p. 33), em duas razões fundamentais. A primeira é de ordem cultural. Apesar de sermos personagens de uma civilização da imagem – e, portanto, alvos, voluntários ou não, do bombardeio contínuo de informações visuais, veiculadas por diversos meios – nossa “herança livresca” predomina como meio de conhecimento científico, o qual nos aprisiona à tradição escrita como forma de transmissão do saber. Desta forma, a fotografia, que não é parte pertencente a esta tradição, é geralmente vista com desconfiança e restrições. A segunda razão diz respeito à expressão. O problema habita na resistência do pesquisador em “aceitar, analisar e interpretar as informações quando esta não é transmitida segundo um sistema de signos em conformidade com os cânones tradicionais da comunicação escrita” (KOSSOY, 2014, p. 32).

Entretanto, com a revolução documental das últimas décadas e, com o alargamento do conceito que o termo “documento” passou a ter – agora sendo empregado para definir documentos escritos, ilustrados, transmitidos pelo som, ou pela imagem –, a fotografia começou a ser tratada de maneira diferenciada (KOSSOY, 2014, p. 35). Outra transformação observada nessas últimas décadas foi que os pesquisadores e historiadores pertencentes a uma geração exposta a aparelhos de televisão – e, posteriormente, a computadores – praticamente desde o nascimento e que sempre viveu em um mundo saturado de imagens, tendem a enfocar a evidência visual de maneira diferente e utilizá-las mais extensivamente que os pesquisadores do passado (BURKE, 2004, p. 16).

2.1 VALORIZAÇÃO DA FOTOGRAFIA: EXPRESSÃO ARTÍSTICA E OBJETO DE PESQUISA

A partir dos anos 1960, o pungente interesse despertado pela fotografia alavancou um processo de valorização deste meio. Além de uma súbita valorização como expressão artística – que propiciou a abertura de galerias especializadas e a introdução de novas publicações sobre o assunto –, a fotografia recebeu uma notável disseminação de seu ensino e pesquisa, através “de cursos regulares ou oficinas, além de encontros, seminários e simpósios dedicados aos diferentes aspectos da fotografia, tornados frequentes em todas as partes” (KOSSOY, 2014, p. 141-142).

Na América Latina,

Pesquisas de cunho científico apenas começaram a ser encetadas nos meados da década de 1970 e, mais efetivamente, nos anos 80. Nos diferentes países surgiram, a partir desta época, pesquisadores preocupados em levantar fotógrafos que estiveram em atividade no passado e suas produções, bem como, detectar traços principais da manifestação fotográfica em seu processo histórico (KOSSOY, 2014, p. 143-144).

No Brasil, esse novo posicionamento da imagem na esfera documental delineou um novo panorama no ambiente acadêmico – face ao interesse que este tipo de ferramenta de documentação despertou –, o que vem fomentando o debate e a reflexão em relação ao alcance, valor e limites das fontes fotográficas. Um exemplo do crescente interesse pela pesquisa fotográfica nas universidades brasileiras é o fato de que “nos anos 1990 (até fevereiro de 1999) haviam sido defendidos 73 trabalhos, um número significativo se comparado aos 12 dos anos 1980 e, apenas quatro da década de 1970” (KOSSOY, 2014, p. 35).

Exemplos, dessa vez mais próximos, da utilização multidisciplinar da fotografia como objeto de pesquisa – a fim de reunir, organizar e democratizar fragmentos do passado, bem como comprovar a importância da fotografia como ferramenta de construção e recuperação do processo histórico – são os recentes estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa *Comunicação e História*, da Universidade Estadual de Londrina, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do qual a autora faz parte.

Este grupo, criado em 2006 pelo Prof. Dr. Paulo César Boni, tem utilizado a fotografia como disparadora do gatilho da memória em suas pesquisas históricas. O procedimento utilizado pelos pesquisadores – e que também foi utilizado para a realização da pesquisa apresentada no capítulo 5 deste trabalho – consiste em mostrar fotografias de época

para os entrevistados – contemporâneos ao registro, selecionados de acordo com o objetivo e critérios próprios de cada pesquisa – para que sejam despertadas lembranças para além das informações visuais da fotografia. Ou seja, a fotografia irá disparar o gatilho da memória, despertar novas lembranças e ajudar a recuperar aspectos históricos aos quais não seria possível ter acesso por meio da entrevista usual, sem o auxílio das imagens.

Com estas pesquisas, pretende-se, segundo Maria Luisa Hoffmann (2010, p. 20), sistematizar esta proposta como uma nova metodologia para a área de comunicação, utilizando a fotografia como uma de suas ferramentas. Segundo a autora, o termo “gatilho da memória” pode ter sido utilizado por outros autores, “como uma forma de explicar o processo desencadeado pela imagem na mente, porém, o conceito ainda não foi encontrado como proposta metodológica, ou desenvolvido como tal”.

2.1.1 Testemunho das Imagens: Vantagens e Armadilhas

Não se pode negar que a utilização da imagem fotográfica como fonte documental, em pesquisas desenvolvidas, vem rendendo excelentes resultados ao longo dos anos. Burke (2004) defende que não teria sido possível o desenvolvimento de uma série de pesquisas relacionadas a campos mais novos como a história das mentalidades, da vida cotidiana, da cultura material e da história do corpo, se os pesquisadores e/ou historiadores tivessem se limitado ao estudo de fontes tradicionais, como documentos oficiais, por exemplo. Também seria impensável, segundo o autor, o desenvolvimento de pesquisas relacionadas a outros campos sem a utilização do testemunho das imagens. Do mesmo modo, a história dos diversos instrumentos advindos do desenvolvimento tecnológico, nos mais diversos campos, ficaria empobrecida se os pesquisadores e historiadores fossem obrigados a se basear apenas em fontes escritas.

Historiadores da agricultura, da tecelagem, da impressão de papéis, da guerra, da mineração, da navegação e de outras atividades práticas, a lista é virtualmente infinita, tem-se baseado intensamente no testemunho de imagens para reconstituir as maneiras pelas quais arados, teares, máquinas impressoras, arcos, armas de fogo, e assim por diante, eram utilizados, bem como para mapear as mudanças súbitas ou graduais por que passaram as concepções desses instrumentos (BURKE, 2004, p. 100).

Uma vantagem particular desse testemunho, ainda na visão de Burke (2004), é a de que as imagens são capazes de oferecer elementos do passado e comunicar detalhes de um processo complexo, como o da impressão, por exemplo, de uma maneira mais rápida e

clara que um texto. Segundo Kossoy (2014, p. 121), apesar de a fotografia ser considerada um meio de conhecimento do passado, não se deve esquecer que ela não é capaz de reunir em seu conteúdo o conhecimento definitivo desse passado retratado. O assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, “um e só um enfoque da realidade passada: um aspecto determinado”.

Desta forma, assim como as demais fontes de informação histórica, as fotografias não devem ser aceitas imediatamente como “espelhos fiéis dos fatos”, uma vez que elas são, antes de tudo, uma representação a partir do real que se apresentou ao olhar e à lente do fotógrafo, no instante do clique. Tais imagens são, de acordo com Kossoy (2009), carregadas de ambiguidades, portadoras de significados não explícitos – que vão além do que está visível na superfície fotográfica – e de omissões pensadas e calculadas. A imagem fotográfica configura-se, assim, como o produto de um processo de criação técnico, estético e cultural elaborado pelo fotógrafo e não pode ser compreendida de forma independente do processo de construção da representação da qual ele se originou.

Outro ponto importante a ser lembrado é o fato de que toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade. A chamada “fotografia documental” abrange o registro, de temas de qualquer natureza, movido por um interesse específico. Deste modo, independente se o fotógrafo desejou ou foi contratado para a realização da tomada, existirá sempre uma intenção por trás de seu registro fotográfico. Kossoy (2009, p. 50), explica que foi baseado nesta noção de finalidade fotográfica que surgiu a divisão da fotodocumentação nas diferentes categorias, nomeadas da maneira que conhecemos hoje: jornalística, etnográfica, social, tecnológica, geográfica, urbana e arquitetônica.

2.2 FOTOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO URBANA

A arquitetura se apresenta como tema amplamente focado pela fotografia desde sua invenção. Isto porque, de acordo com André Rouillé (2009, p. 43), desde seus primeiros momentos a fotografia se mostra eminentemente urbana. Primeiramente pela sua origem – a fotografia nasceu ao mesmo tempo que as cidades modernas e nelas se desenvolveu – e depois no que se refere ao seu conteúdo. Naquele momento, em que a técnica embrionária exigia longos períodos de exposição¹ e que o elemento a ser fotografado

¹ O tempo de exposição determina quanto tempo a cortina da câmera, por onde entra a luz para sensibilizar o filme (no caso de fotografia analógica) ou o sensor (fotografia digital) e formar a imagem, permanecerá aberta. Se o tempo for longo, tudo que estiver em movimento aparecerá borrado na imagem, se for breve, aparecerá congelado.

permanecesse imóvel – para que fosse possível a captura da imagem de maneira eficaz –, o registro das estruturas arquitetônicas oferecia uma alternativa ao desejo do homem de representar o mundo, uma vez que não era limitado por estes fatores técnicos. Além disso, o fato de a arquitetura se configurar como uma das formas pelas quais era possível registrar o mundo em sua diversidade cultural, determinou a sua presença nos registros fotográficos desde então (CARVALHO; WOLFF, 2008, p. 131).

De acordo com Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho (1997), a linguagem utilizada nos conjuntos de imagens produzidas no início do século XIX aproximava-se dos desenhos arquitetônicos de fachadas e perspectivas, praticados intensamente na Europa, na segunda metade daquele século. A fotografia de arquitetura, segundo as autoras, baseava-se – e continua se baseando – nos recursos capazes de criar a ilusão de tridimensionalidade. Assim sendo, é possível afirmar que do ponto de vista formal, “as características observadas nesses padrões sugerem a filiação não às artes plásticas e sim ao desenho técnico” (LIMA; CARVALHO, 1997, p. 99).

Utilizando-se desses recursos, entre o final do século XIX às primeiras décadas do século XX, muitos fotógrafos, especialmente na Europa, se dedicaram à produção de álbuns de cidades. Maria Eliza Linhares Borges (2005, p. 84) explica que, para além da estética empregada por cada fotógrafo, que imprimia personalidade à obra, a montagem desses álbuns era capaz de revelar a força do padrão fotográfico da época em que foram produzidos.

Assim, por exemplo, se as imagens tomadas fossem correspondentes ao período em que os aparatos fotográficos exigiam longos períodos de exposição, não seria possível a presença de pessoas, pois como elas se movimentam ficariam borradas e desapareceriam da imagem. Nesse caso, a cidade retratada pareceria vazia, mesmo que o registro tivesse sido tomado em uma rua movimentada. No entanto, se as imagens correspondessem ao período em que as melhorias empregadas às câmeras já possibilitavam um menor tempo de exposição do objeto às suas lentes, nessas imagens já seria possível a presença de pessoas nas ruas. Além disso, as formas arquitetônicas retratadas, também dizem muito sobre o período da tomada.

Portanto, os fotógrafos interessados em obter lucro com a venda de álbuns, escolhiam as imagens de forma que elas possibilitassem a construção de uma narrativa urbana – que de uma maneira geral trazia à tona a ideia de se tratar de uma cidade moderna, evoluída e, quase sempre, higienizada –, capaz de tornar vendável o produto de sua criação. Em posição de destaque encontravam-se:

Fachadas dos estabelecimentos comerciais e bancários; dos hotéis que aguardavam turistas e homens de negócios de outras praças comerciais; as casas, varandas e jardins particulares onde viviam as famílias da elite local; as inovações urbanas que atestavam o dinamismo da administração pública; o movimento da rua, dos cafés, clubes e cinemas que informavam e, simultaneamente, produziam uma leitura da *urbe* marcada pela visão positiva do progresso e da modernidade (BORGES, 2005, p. 84, grifo da autora).

As mazelas sociais, que, possivelmente, se faziam visíveis na configuração das cidades retratadas, eram suprimidas, pois a intenção era vender a cidade idealizada e não denunciar os problemas pelos quais ela passava.

2.2.1 No Brasil

No Brasil, é possível verificar um processo semelhante a partir da década de 1850, com a chegada de fotógrafos europeus como Victor Frond², Auguste Stahl³, entre outros. Nesse período, a produção paulista que melhor exemplifica a vertente documentarista é a de Militão Augusto de Azevedo⁴. Segundo Lima e Carvalho (1997, p. 100), as fotografias de Militão permitem uma abordagem mais globalizante da cidade, uma vez que seu enfoque repousava sobre os “aspectos topográficos, nas estruturas de articulação, na tipologia das construções e no perfil dos moradores”. Elementos que, na visão das autoras, faz com que a produção de Militão se constitua como a única fonte para o conhecimento da cidade antes das transformações que deixaram de lado as suas características de cidade colonial.

² Jean-Victor Frond (1821-1881). Natural da França, foi o primeiro fotógrafo, instalado no Brasil, a realizar um projeto destinado a documentar a terra brasileira até a mais remota província. Em 1859, foi autor do primeiro livro de fotografia realizado na América Latina, *Brésil Pittoresque* [Brazil pittoresco]. Nesta obra, apresenta pela primeira vez um registro fotográfico do trabalho escravo e da vida rural no país; e define os paradigmas da fotografia de paisagem no Rio de Janeiro, popularizando temas como o Pão de Açúcar, os Arcos da Carioca e o outeiro da Glória (BIOGRAFIAS - enciclopédia.itaucultural.org.br).

³ Theophile Auguste Stahl (1824-1877). Natural da França, foi um dos melhores fotógrafos paisagistas a atuar no Brasil durante o século XIX, tendo registrado diversos aspectos das províncias de Pernambuco e do Rio de Janeiro, com ênfase para as respectivas capitais. Documentou, ainda, a construção da segunda estrada de ferro brasileira, em 1858, e a visita do imperador dom Pedro II (1825 - 1891) ao Recife no ano seguinte; efetuando também retratos de tipos humanos brasileiros incluídos no livro *Viagem ao Brasil, 1865-1866* do naturalista suíço-americano Louis Agassiz (BIOGRAFIAS - enciclopédia.itaucultural.org.br).

⁴ Militão Augusto de Azevedo (1837-1905). Transferiu-se do Rio de Janeiro para São Paulo em 1862, onde iniciou suas atividades de retratista no ateliê Carneiro & Gaspar. Na década de 1879, montou seu próprio estúdio, *Photographia americanana*. Seus registros de São Paulo, tomados em 1862, foram feitos, provavelmente nas horas vagas de seu trabalho como retratista, enquanto as imagens de 1887, foram feitas após o fechamento de seu estabelecimento fotográfico, que encerrou as atividades em 1885. Militão foi autor do livro *Álbum comparativo de São Paulo 1862-1887*, que evidenciava as transformações pelas quais a cidade passou neste período (LIMA; CARVALHO, 1997, p. 17-18).

A partir do início do século XX, o fotógrafo suíço Guilherme Gaensly⁵ desempenhou um papel semelhante ao de Militão, porém, com um estilo bem distinto. Ao contrário de Militão, os registros de Gaensly abordavam – em vasta produção – as feições modernas de São Paulo, ou seja, desprovidas dos traços coloniais do oitocentismo (LIMA; CARVALHO, 1997, p. 100).

Já no Rio de Janeiro, o fotógrafo que se destacou na documentação urbana foi Augusto Malta⁶. Malta, segundo Pedro Afonso Vasquez (2012, p. 52), foi o responsável por documentar, metodicamente, a ampla reforma realizada no Rio de Janeiro pelo então prefeito Pereira Passos (1902-1906)⁷. De acordo com o autor “seu mérito foi o de não se limitar aos deveres burocráticos, atuando como cronista visual ao registrar as mais diversas atividades humanas, comerciais e industriais”.

Segundo Carvalho e Wolff (2008, p. 153), aquilo que ficou conhecido como fotografia de arquitetura no século XIX não se limitou apenas ao registro de monumentos já consolidados e obras já construídas, mas também se dedicou a outras vertentes, tais como o registro das fases de execução de novas obras, de obras existentes antes de serem restauradas e durante o processo de restauração, bem como ao levantamento de detalhes destas construções. Por isso, foi tomada como prática nas administrações públicas a encomenda de fotografias, em intervalos regulares, do andamento das obras realizadas ou contratadas.

Essas fotografias eram também vistas como úteis para comprovação

Mais concreta do que relatórios escritos, das fases de evolução de obras. [...]. Esses registros além de uso essencialmente técnico, permitiam uma comprovação justa do emprego do dinheiro público e, ainda, serviam como potencial elemento de promoção da ação oficial (CARVALHO; WOLFF, 2008, p. 154).

⁵ Guilherme Gaensly (1843-1928). Natural da Suíça, veio para o Brasil ainda menino, acompanhando o pai comerciante que se radicou em Salvador. Se transferiu para a cidade de São Paulo em 1890. Foi na capital paulista, que se firmou como o mais importante paisagista do Estado de São Paulo na primeira metade do século XX (BIOGRAFIAS - enciclopedia.itaucultural.org.br).

⁶ Augusto Cesar Malta de Campos (1864-1957). Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1888, integrando a Guarda Municipal entre 1889 e 1893. Após tentar a sorte, sem muito sucesso, como guarda-livros, comerciante de secos e molhados e de tecidos finos, encontra na fotografia a vocação que o tornaria célebre como o mais expressivo cronista visual da vida e da paisagem carioca na primeira metade do século XX. Primeiro fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro, contratado em 1903 para documentar as radicais reformas urbanísticas promovidas pelo prefeito Pereira Passos, permanece nessa função até sua aposentadoria, em 1936. Seu trabalho também se constitui em referência para pesquisas, teses e estudos (BIOGRAFIAS - enciclopedia.itaucultural.org.br).

⁷ A partir de agora, as datas apresentadas, entre parênteses, correspondem ao período de mandato dos políticos citados.

Em certa medida, os registros de Militão de Azevedo e Guilherme Gaensly, na cidade de São Paulo, Augusto Malta, no Rio de Janeiro e, especificamente, no caso do trabalho aqui realizado, Oswaldo Leite, em Londrina, se assemelham por retratar não somente obras finalizadas, mas também as que ainda estavam em andamento. Entretanto, ao contrário dos dois primeiros, Oswaldo Leite não tinha pretensões de comercializar suas fotografias, uma vez que fotografava para registro da Prefeitura do Município de Londrina, na qual trabalhava, e neste ponto seus registros se aproximam aos de Augusto Malta.

A família de Oswaldo Leite não sabe precisar se ele se inspirava no trabalho de algum outro fotógrafo. Porém, não é difícil estabelecer uma relação de seu trabalho com o de Augusto Malta, o primeiro fotógrafo oficial da cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, do Brasil. Assim como Oswaldo Leite, Malta fotografava de tudo: “demolições e construções, exposições [...], costumes, ruas, transportes, inaugurações públicas, além de inúmeros aspectos da vida social” (KOSSOY *apud* VASQUEZ, 2012, p. 53). A diferença era a época da tomada das imagens e o cenário.

As imagens de Militão, Gaensly e Malta, além de seu valor de documentação urbana, têm hoje seu valor artístico reconhecidos. No caso dos registros do fotógrafo de Londrina – cuja trajetória será contada mais adiante – ainda não são de conhecimento da população. Esperamos que a partir de estudos acadêmicos, que se debruçam na recuperação de fragmentos da história de Londrina, tomando suas imagens como ponto de partida, seu valor enquanto documentarista e artista também sejam afirmados.

Carvalho e Wolff (2008, p. 115) apontam ainda, que além das práticas documentais, as fotografias de documentação arquitetônica revelam um outro uso bastante difundido – o promocional. Este potencial de propaganda da fotografia foi, e continua sendo, utilizado tanto por arquitetos – para divulgação de suas capacidades profissionais – quanto pelos contratantes das obras, no caso das administrações públicas.

No caso específico de Londrina, recorte espacial deste trabalho, as fotografias da cidade com cunho propagandístico foram largamente utilizadas desde o início da colonização feita pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Segundo José Miguel Arias Neto (2008), em um primeiro momento – do início da década de 1930 ao final da década de 1940 – a CTNP fazia uso das imagens fotográficas, aliadas à linguagem empregadas no texto, para propagandear a fertilidade das terras norte-paranaenses, onde se localiza a cidade de Londrina, para atrair futuros compradores. Posteriormente – do final da década de 1940 a meados da década de 1950 – estas imagens, que demonstravam a cidade

sendo organizada e provida de infraestrutura, eram utilizadas para atrair braços para trabalhar na cafeicultura crescente.

Porém, as imagens tomadas por Oswaldo Leite, no decurso das décadas de 1950, 1960 e 1970, não se encaixam na categoria de fotografia promocional. Elas somente serviam para ilustrar relatórios de prestação de contas e como documentação das obras realizadas pelo Departamento de Obras da Prefeitura do Município de Londrina, uma vez que não houve publicação dessas imagens com o intuito de promover este ou aquele prefeito, esta ou aquela empreiteira, tampouco com o intuito de atrair migrantes para a região.

Graças ao empenho dos funcionários do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, em preservar e conservar o acervo de Oswaldo Leite, tais imagens podem ser utilizadas como objeto de estudos de diversas pesquisas acadêmicas, de diferentes áreas do conhecimento. No estudo aqui apresentado, utilizando-se de registros arquitetônicos como ponto de partida, buscaremos – com o auxílio da memória de pessoas contemporâneas e pesquisa em documentos escritos da época, bem como trabalhos acadêmicos atuais que estudam o período do recorte temporal deste trabalho – trazer à tona fragmentos da história de Londrina até então desconhecidos pela maioria da população. No entanto, antes de prosseguirmos, faz-se necessária uma abordagem sobre o conceito de cidade e sobre as maneiras como ela pode ser percebida por aqueles que nela habitam.

2.3 PERCEPÇÃO DA CIDADE

Uma cidade pode ser entendida como algo mais que o somatório dos seus habitantes. De acordo com Gordon Cullen (1971, p. 9), ela é uma unidade geradora de bem-estar e de facilidades que impulsionam as pessoas a viverem em comunidade ao invés de permanecerem isoladas. Já na concepção de Kevin Lynch (1997, p. 101), trata-se de uma organização mutável e polivalente, erguida por muitas mãos, em um curto espaço de tempo, cuja forma deve ser, de algum modo, adaptável aos desejos e às percepções de seus cidadãos.

A cidade não é apenas um objeto percebido, e talvez desfrutado, por milhões de pessoas de classes sociais e características diversas, mas é também um produto de muitos construtores que, por razões próprias e às vezes desconhecidas, interferem e modificam sua estrutura. Se, em linhas gerais, ela pode parecer estável por algum tempo, por outro, ela está sempre se modificando nos detalhes – mesmo de maneira sutil, quase imperceptível. Assim, somente um controle parcial pode ser exercido sobre seu crescimento e sua forma, uma vez

que não há um resultado final, mas apenas uma contínua sucessão de fases (LYNCH, 1997, p. 2).

Lynch (1997, p. 101-102) explica que existem, porém, algumas funções fundamentais que as formas da cidade podem expressar, como a direção e a intensidade da circulação que ela suporta, bem como os usos principais do espaço urbano e seus pontos focais chave. Nelas, as esperanças, os prazeres e o senso comunitário, de seus cidadãos, encontram base para se concretizar.

O sujeito urbano não é mero observador desse espetáculo, mas parte dele. Na maioria das vezes, a percepção que o sujeito tem de sua cidade não é abrangente – ou seja, não ocorre da mesma forma em relação à cidade como um todo – mas, parcial e fragmentária, misturadas com considerações de outras naturezas. Cada cidadão possui as suas próprias associações com algumas partes de sua cidade e as imagens ambientais, delas, produzidas por eles, estão impregnadas de lembranças vividas e seus significados (LYNCH, 1997).

2.3.1 A Construção da Imagem

As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. O ambiente possui a capacidade de sugerir especificações e relações aos olhos e sentidos do observador, que – baseado em seus próprios objetivos – seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê. Desse modo, a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes, uma vez que cada indivíduo cria sua própria imagem (LYNCH, 1997, p. 7).

Entretanto, Lynch (1997, p. 8) atenta para a existência do que ele chama de “consenso substancial” entre membros do mesmo grupo, seja ele social, cultural ou de indivíduos da mesma idade ou sexo. Essas imagens mentais, comuns a um número considerável de habitantes de uma cidade, podem ser também conhecidas como “imagens públicas” e são elas que interessam aos planejadores urbanos dedicados à criação de ambientes que serão destinados ao uso comum de muitas pessoas.

Segundo o autor (1997, p. 51), parece haver uma imagem pública de qualquer cidade, que corresponde à sobreposição de muitas imagens individuais. Ou talvez exista “uma série de imagens públicas, cada qual criada por um número significativo de cidadãos”. Essas imagens de grupo são necessárias sempre que se espera que um indivíduo atue com sucesso em seu ambiente e coopere com seus concidadãos.

Para que se entenda melhor como se dá a formação de uma imagem ambiental, Lynch (1997) propõe a decomposição desta em três componentes, que embora apareçam sempre juntos, precisam ser separados para serem estudados de maneira eficiente. São eles: identidade, estrutura e significado. Uma imagem viável requer, primeiro a

Identificação de um objeto, o que implica sua diferenciação de outras coisas, seu reconhecimento enquanto entidade separável. A isso se dá o nome de identidade, não no sentido de igualdade com alguma outra coisa, mas com o significado de individualidade ou unicidade. Em segundo lugar, a imagem deve incluir a relação espacial ou paradigmática do objeto com o observador e os outros objetos. Por último, esse objeto deve ter algum significado para o observador, seja ele prático ou emocional (LYNCH, 1997, p. 9).

Assim, uma boa imagem ambiental é capaz de oferecer a seu possuidor um sentimento de segurança emocional, sobre a qual ele pode estabelecer uma relação harmoniosa com o mundo a sua volta. A descoberta de um caminho, segundo Lynch (1997, p. 142), é a função primeira da imagem ambiental e é a base sobre a qual se desenvolve suas associações emocionais. A imagem não é apenas válida nesse sentido prático e imediato – no qual funciona como uma espécie de mapa para a orientação do movimento – mas, em um sentido mais amplo, ela pode servir como um “sistema de coordenadas dentro do qual o indivíduo pode agir, ou em relação ao qual pode associar seu conhecimento”. Nesse sentido, a imagem se assemelha a um conjunto de crenças e hábitos sociais, que organiza os fatos e as possibilidades.

A paisagem (urbana ou natural) também desempenha este papel social. Isto porque, um ambiente conhecido por seu nome, e familiar a todos os que dele desfrutam, é capaz de oferecer material para lembranças, ao passo que gera símbolos comuns que unem o grupo e permitem que seus membros se comuniquem entre si. A organização simbólica da paisagem, também, pode ajudar a diminuir a sensação de medo do indivíduo e estabelecer uma relação emocionalmente segura entre o homem e seu ambiente total (LYNCH, 1997, p. 143-144).

Portanto, sempre que se reconhece uma paisagem, encontra-se uma agradável sensação de familiaridade. “De fato, o próprio ato de dar nome e diferenciar o ambiente concorre para torná-lo mais vivo e aumentar, assim a profundidade e a poesia da experiência humana” (LYNCH, 1997, p. 144), contribuindo, dessa forma, para que este espaço se transforme em um verdadeiro lugar, notável e inconfundível.

2.3.2 Espaço, Lugar e Experiência

Na visão de Yi-Fu Tuan (1983), a ideia de espaço é mais abstrata que a de lugar. O autor explica que “o que começa como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”, por meio da experiência. A experiência, por sua vez, é um termo que abrange as diferentes maneiras pelas quais uma pessoa é capaz de conhecer e construir a realidade. Estas maneiras “variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização” (TUAN, 1983, p. 9).

A experiência tem uma conotação de passividade; a palavra sugere o que uma pessoa tem suportado ou sofrido [...]. Assim, a experiência implica a capacidade de aprender; a partir da própria vivência. Experimentar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento (TUAN, 1983, p. 10).

Uma das principais formas de se experienciar os espaços urbanos é através dos impulsos visuais. Cullen (1971, p. 10) explica que para além de sua utilidade elementar, a visão tem o poder de invocar as nossas reminiscências e experiências passadas, com todo o seu corolário de emoções, para que sejam replicadas e modificadas à luz do presente. O meio arquitetônico moderno pode agradar aos olhos, mas por vezes necessita da “personalidade estimulante” que pode ser proporcionada pelos odores. Os odores são importantes para os seres humanos, pois são capazes de imprimir caráter aos objetos e lugares, tornando-os distintos, fáceis de identificar e de serem lembrados (TUAN, 1983, p. 12-13).

Isso explica o fato de alguns dos entrevistados para a realização da pesquisa contributiva, que será apresentada no último capítulo deste trabalho, mencionarem os odores advindos de um frigorífico que na década de 1960 ficava localizado onde hoje se encontra o ginásio de esportes Moringão. Neste frigorífico eram produzidas linguiças e embutidos que exalavam um cheiro agradável que poderia ser sentido pela vizinhança e por aqueles que transitavam pelas redondezas. Quando tais odores eram mencionados pelos entrevistados, estes chegavam a fechar os olhos enquanto os descreviam, como se embarcassem em uma viagem de volta ao passado que os fazia reviver os momentos e sentir aquele cheiro novamente.

De acordo com Tuan (1983, p. 20), um objeto ou lugar atinge sua realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, quando somos capazes de apreendê-

lo não somente através dos sentidos, mas também com a mente ativa e reflexiva. Além dos sentidos, Lucrécia D'Alessio Ferrara (1993, p. 153) explica que também os usos e hábitos constituem a manifestação concreta do lugar urbano, “na medida em que o lugar é manifestação concreta do espaço”.

Usos e hábitos, reunidos, constroem a imagem do lugar, enquanto a concentração de um hábito ou atividade especial desenvolvida em uma rua pode torná-la importante aos olhos dos observadores (LYNCH, 1997, p. 55). No caso de Londrina, por exemplo, a Rua Sergipe é conhecida e considerada importante, como a rua do comércio, enquanto a Rua Souza Naves e a Avenida Bandeirantes são conhecidas como as ruas dos serviços de saúde, e assim por diante. Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar, que pode adquirir significado para o adulto através do contínuo acréscimo de sentimentos ao longo dos anos. Assim, uma cidade, uma casa, um móvel herdado, ou mesmo uma mancha na parede, torna-se um lugar íntimo capaz de contar uma estória (TUAN, 1983, p. 37).

2.3.3 “Lugares Íntimos” e Lembranças Afetivas

Os lugares íntimos são lugares onde o sujeito encontra carinho, onde suas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção. Podem ser tanto lugares propriamente ditos, quanto objetos e até mesmo pessoas. Tuan (1983, p. 154), comenta que ao contrário de uma criança, que tem na mãe um lugar íntimo, uma pessoa madura depende menos de outras pessoas, podendo encontrar segurança e apoio em objetos, localidades e até na busca de ideias, que passam a ser seus lugares íntimos. Tais lugares podem ficar guardados na memória, e cada vez que são invocados, produzem uma intensa satisfação naquele que lembra. Mas, não podem ser guardados como instantâneos em álbuns de família, tampouco percebidos como símbolos comuns (TUAN, 1983).

Essas experiências íntimas, se não forem exaltadas e compartilhadas, passam despercebidas.

Na hora, não dizemos ‘é este’, como fazemos ao admirar objetos de notória ou reconhecida beleza. É somente quando refletimos que reconhecemos seu valor. Na hora não estamos conscientes de nenhum drama; não sabemos que acaba de ser plantada a semente de um sentimento duradouro. Os acontecimentos simples podem se transformar em um sentimento profundo pelo lugar (TUAN, 1983, p. 158).

Por exemplo, a casa, como lugar íntimo, está cheia de objetos comuns passíveis de serem conhecidos através do uso que se pode fazer deles. Parecem simples, seu dono não lhes presta muita atenção. Eles são quase uma parte do sujeito ao qual pertencem, mas a proximidade que eles mantêm com o seu dono não permite que eles sejam vistos (TUAN, 1983, p. 159).

Isto pode ser percebido em relação à cidade natal – que também é um lugar íntimo. Esta cidade pode ser simples, desprovida de elegância arquitetônica e de encanto histórico, porém, quem as têm como lugar íntimo se ofenderá caso um estranho se atreva a criticá-la. A ele, não importa a feiura de hoje como também não importava quando ele era criança e andava por suas ruas esburacadas. Não importa porque aquela cidade é seu lugar íntimo, conquistado através da experiência e repleto de lembranças que permanecem guardadas em sua memória (TUAN, 1983, p. 160).

Diferente dos fatos e acontecimentos, que são fáceis de serem narrados, as experiências íntimas, quer com pessoas ou coisas, são difíceis de comunicar. “As palavras apropriadas são evasivas. As fotografias e desenhos raramente parecem adequados” (TUAN, 1983, p. 163). Por exemplo, se os membros de uma família resolvem dar um passeio em um lago, eles podem circundá-lo, atravessá-lo, olhá-lo e até mesmo fotografá-lo, dessa forma terão um registro permanente do que aconteceu. Porém, as qualidades do lugar e a experiência singular que tiveram naquele passeio não ficarão registradas na fotografia, pois são elementos que vão além do simples registro, que ficarão fixados e armazenados somente na memória, aguardando o momento e o estímulo apropriado para virem à tona novamente.

3 FOTOGRAFIA E MEMÓRIA

Como vimos até aqui, a história de uma cidade não é apenas composta por suas construções e suas representações, mas, principalmente, por seus personagens e suas memórias. É provável que o advento da fotografia tenha favorecido a construção e a manutenção dessas memórias, tanto factuais – como os acontecimentos históricos e as catástrofes ocorridas – quanto as individuais e familiares. Isto porque, na visão de Joël Candau (2014, p. 90), uma entre as várias razões pelas quais a fotografia obteve sucesso em todos os meios sociais está relacionada à sua capacidade de representar materialmente o passado, registrando-o e dispondo-o em ordem.

De acordo com Kossoy (2014, p. 49), toda fotografia pode ser entendida como um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade, registrado fotograficamente, capaz de conectar-se à realidade que a gerou – em algum lugar e época – ao passo em que conecta a realidade representada, diretamente, a quem a observa. A fotografia funciona na mente do observador como uma espécie de passado preservado, uma lembrança imutável de um certo momento, “absolutamente congelado contra a marcha do tempo” (KOSSOY, 2009, p. 136).

A vida, contudo, continua e a fotografia segue preservando

Aqueles fragmentos congelados da realidade. Os personagens retratados envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem. O mesmo ocorre com os autores-fotógrafos e seus equipamentos. De todo o processo, somente a fotografia sobrevive, algumas vezes em seu artefato original, outras vezes apenas o registro visual produzido. Os assuntos registrados nesta imagem atravessaram os tempos e são hoje vistos por olhos de estranhos em lugares desconhecidos (KOSSOY, 2014, p. 172).

O autor explica que a fotografia estabelece na memória um arquivo visual de referência insubstituível para o conhecimento do mundo. Uma vez que essas imagens são assimiladas pela mente elas deixam de ser estáticas e se tornam dinâmicas e fluídas, mesclando-se às características de seu receptor, ao que ele é, pensa e faz. O imaginário, por sua vez, reage diante dessas imagens visuais de acordo com suas “concepções de vida, situação socioeconômica, ideologia, conceitos e pré-conceitos” (KOSSOY, 2009, p. 45).

A imagem fotográfica pode, então, ser entendida como o dispositivo que aciona e encaminha a imaginação para dentro de um mundo representável – palpável ou não – fixo, em sua condição de “registro documental do mundo visível”, porém, moldável, de

acordo com as imagens mentais, fantasias e ambições, conhecimentos e ansiedades, realidades e ficções daquele que a observa. Desta forma, a imagem fotográfica ultrapassa, na mente do observador, o fato que representa (KOSSOY, 2009, p. 46).

Apesar de a fotografia ser considerada como a “própria memória cristalizada”, a sua objetividade habita somente em sua aparência. O fato é que essas imagens não são capazes de informar, tampouco, emocionar àqueles que nada sabem sobre seu contexto histórico. Pode-se afirmar, portanto, que não há como avaliar efetivamente a importância de tais imagens

Se não existir o esforço em conhecer e compreender o momento histórico pontilhado de nuances nebulosas em que aquelas imagens foram geradas. Por outro lado, essas imagens pouco contribuem para o progresso do conhecimento histórico se delas não se extrair o potencial informativo embutido que as caracteriza (KOSSOY, 2014, p. 169).

Assim, para a recuperação dos dados acerca do momento histórico retratado, a fim de compreender melhor o contexto ao qual a fotografia se insere, Kossoy (2014) aponta para a importância do bom relacionamento do pesquisador com a comunidade. Pessoas idosas ou contemporâneas aos assuntos retratados possivelmente terão a capacidade de identificar lugares, pessoas e discorrer sobre o contexto que envolvem as imagens tomadas, por meio de narrativas orais. No entanto, no caso de pessoas idosas – como os entrevistados para a realização deste trabalho – tais depoimentos devem ser colhidos com urgência, caso contrário, serão “incontáveis os cenários e personagens que permanecerão desconhecidos e anônimos nas fotografias do passado” (KOSSOY, 2014, p. 93).

3.1 MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

A história oral pode ser uma das ferramentas capazes de auxiliar o pesquisador na recuperação de dados desses momentos históricos estudados. Segundo Ecléa Bosi (2013, p. 16), quando se trata da recuperação de fragmentos da história recente, feliz o pesquisador que pode se amparar em testemunhos vivos, contemporâneos aos fatos que se pretende estudar, capazes de o auxiliar na reconstituição de comportamentos e sensibilidades de uma época. Para Atlan (*apud* LE GOFF, 1990, p. 142), a utilização da linguagem falada, depois da escrita é de fato “uma extensão fundamental das possibilidades do armazenamento da memória, que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do corpo para estar interposta quer nos outros, quer nas bibliotecas”.

O uso difundido da história oral é novo, contudo, a história oral é tão antiga quanto a própria história. Ela foi, segundo Paul Thompson (1992, p. 45), a primeira espécie de história, e apenas muito recentemente é que a habilidade em usar a evidência oral deixou de ser uma das marcas do grande historiador para se tornar uma ferramenta utilizada de maneira extensiva na produção histórica. O autor explica (1992, p. 25) que uma vez que a experiência de vida das pessoas passa ser utilizada como matéria prima, tanto na produção quanto na recuperação histórica, a história passa a ter, também, uma nova dimensão.

De acordo com Lucilia de Almeida Neves Delgado (2006), a história oral pode ser entendida como um procedimento metodológico que busca registrar por meio de narrativas, induzidas e estimuladas, versões e interpretações sobre as múltiplas dimensões da história. Não é, porém, um compartimento da história, mas o registro de depoimento acerca da história vivida. Não é a história em si mesma, mas um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória. A história oral recorre à memória como fonte principal capaz de subsidiar e alimentar as narrativas que constituirão o documento final, a fonte histórica produzida.

A história oral é, pois, uma história construída em torno de pessoas, capaz de lançar a vida para dentro da história e, dessa forma, alargar o seu campo de atuação. Pelo fato de não se concentrar apenas em ouvir as fontes oficiais, a história oral admite o aparecimento de novos heróis – não aqueles que surgem entre líderes e que já são amplamente conhecidos, mas os que surgem entre a maioria desconhecida do povo – ao passo em que “ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança” (THOMPSON, 1992, p. 44) e desperta nestes um sentimento de pertencimento a um determinado lugar e época.

Não há dúvidas que o fato de a história oral não se prender somente em depoimentos oficiais deve contribuir para uma reconstrução mais realista do passado. Uma vez que a realidade é complexa e multifacetada, o principal mérito deste método, segundo Thompson (1992, p. 25-26), encontra-se justamente na sua capacidade de recriar a multiplicidade original de pontos de vista de forma muito mais abrangente que a maioria das fontes.

Portanto, a história oral pode ser entendida como um caminho para a produção de conhecimento histórico, que traz em si um duplo ensinamento: sobre a época estudada e enfocada no instante em que a entrevista está sendo realizada e a memória do depoente está sendo acionada – o tempo passado – e, sobre a época na qual o depoimento está

sendo produzido – o tempo presente. Isto posto, pode-se afirmar que a temporalidade é inerente ao documento final produzido.

Nele estão presentes o tempo passado pesquisado, os tempos percorridos pela trajetória de vida do entrevistado, e o tempo presente, que orienta e estimula tanto as perguntas do entrevistador que prepara o roteiro do depoimento como as respostas a essas indagações (DELGADO, 2006, p. 16).

Essa temporalidade, presente no documento, também pode ser encontrada no processo de rememoração. Candau (2014) explica que as falhas de memória, os esquecimentos e as lembranças carregadas de emoção daqueles que dividem suas lembranças, são sempre vinculadas a uma consciência que age no presente. Ou seja, a memória organiza os “traços do passado em função dos engajamentos do presente e logo por demandas do futuro” (CANDAU, 2014, p. 63). Não se pode recordar um acontecimento do passado sem que o futuro desse passado seja integrado à lembrança.

Candau (2014, p. 66) explica que “a memória acrescenta à lembrança o futuro dessa lembrança”. Por essa razão, o tempo dessa lembrança não é o passado, mas o “futuro do passado do passado”. O tempo da lembrança é diferente do tempo vivido, uma vez que as incertezas inerentes ao tempo vivido – passado – já se encontram dissipadas na rememoração – presente. Isso pode explicar os casos de embelezamento das lembranças desagradáveis que ao serem relembradas, “são aliviadas da angústia e do sentimento de contrariedade provocados pela incerteza da situação vivida durante a qual se teme sempre o pior” (CANDAU, 2014, p. 66).

3.1.1 Memória e Identidade

A lembrança, portanto, não é a imagem fiel da coisa lembrada, mas outra coisa, permeada pela complexidade do sujeito e por sua trajetória de vida. Isto posto, todo aquele que recorda, domestica o passado e, sobretudo, “dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade” (CANDAU, 2014, p. 74). A imagem que o sujeito deseja passar de si mesmo, a partir de elementos do passado, é sempre pré-construída pelo que ele é no instante da evocação.

A memória é base construtora de identidade e solidificadora de consciências individuais e coletivas. É um elemento constitutivo de autorreconhecimento do indivíduo como pessoa e/ou como membro de uma comunidade pública, como uma cidade, por exemplo, ou privada, como uma família. Por meio da memória, o indivíduo é capaz de captar

continuamente o mundo, manifestar suas intenções a respeito dele, estruturá-lo e colocá-lo em ordem, de modo a lhe conferir sentido, ao mesmo tempo que confere sentido a sua própria existência (DELGADO, 2006, p. 38).

A autora explica que o ato de lembrar insere-se entre as múltiplas possibilidades de registro do passado, elaboração de representações e afirmação de identidades construídas na dinâmica da história. A memória passa a se constituir como “fundamento de processos identitários, referindo-se a culturas, comportamentos e hábitos coletivos, uma vez que o lembrar individual relaciona-se à inserção social e também histórica de cada depoente” (DELGADO, 2006, p. 46).

A memória, em sua extensa potencialidade, ultrapassa até o tempo de vida individual. Por meio de relatos e experiências familiares, de crônicas que registraram o cotidiano, de tradições, de histórias contadas através de gerações e de inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo que antecedeu ao da vida de uma pessoa. Ultrapassa-se o tempo presente, e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias individuais e coletivas encontram-se, fundem-se e se constituem como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico (DELGADO, 2006, p. 40-41).

Outra ferramenta capaz de auxiliar a recuperação de informações históricas acerca do momento estudado, é a proposta metodológica do uso da imagem como disparadora do gatilho da memória, desenvolvida pelo grupo de pesquisa *Comunicação e História*, da Universidade Estadual de Londrina, do qual a autora faz parte.

3.2 A FOTOGRAFIA COMO DISPARADORA DO GATILHO DA MEMÓRIA

Esta proposta foi descrita de maneira formal pela primeira vez em 2010, na dissertação de mestrado em comunicação da pesquisadora, e membro participante deste grupo, Maria Luisa Hoffmann, intitulada *Guardião de imagens: ‘memórias fotográficas’ e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina*. Posteriormente, em 2013, após aplicação em diferentes municípios paranaenses e paulistas de história recente, esta proposta metodológica foi sistematizada e organizada pela pesquisadora, e também participante do grupo de pesquisa, Juliana de Oliveira Teixeira, em sua dissertação de mestrado em comunicação *A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória: aplicação à história de Telêmaco Borba – PR (1950-1969)*.

De acordo com os apontamentos de Hoffmann (2010, p. 19), esta técnica consiste em aliar o registro fotográfico à história oral, como um instrumento para a obtenção de novas informações – acerca da imagem e do contexto histórico na qual ela encontra-se inserida – que em depoimentos comuns, sem a utilização do suporte imagético, poderiam não ser rememoradas. No entanto, Teixeira (2013, p. 29) explica que para que se chegue a estas informações de maneira eficaz faz-se necessária a decomposição desta técnica em três etapas, sendo elas: pesquisa em fontes documentais, análise e seleção das fotografias produzidas durante o período que se pretende estudar e, por fim, a aplicação da história oral.

Na primeira etapa, o pesquisador deve se empenhar na busca de dados históricos em documentos escritos – sejam eles documentos, jornais ou revistas de época, bem como livros e trabalhos acadêmicos que tratem do período a ser estudado – a fim de se aprofundar na trajetória da cidade escolhida para a recuperação histórica. Em municípios com a presença de um museu histórico, este processo se torna mais fácil, visto que

Além de contar com um acervo já organizado, há um cadastro de pioneiros e, não raro, os funcionários do museu indicam pioneiros que estejam bem de saúde e, principalmente, lúcidos para participarem da pesquisa. Quando não se pode recorrer a esse tipo de instituição, a proposta metodológica não é invalidada, apenas exige do pesquisador um trabalho extra de levantar as informações em campo (TEIXEIRA, 2013, p. 30).

Para a realização do trabalho aqui apresentado, contamos com o apoio do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, cujo trabalho de recuperação e preservação tanto de documentos escritos, quanto de fotografias, contribui para a realização de inúmeros trabalhos acadêmicos, de diversas áreas do conhecimento. Neste museu existe uma lista de pioneiros e de pessoas antigas da cidade (nascidas nela, ou não) que se disponibilizam a receber os pesquisadores e contribuir, desta forma, para a recuperação de fragmentos históricos de Londrina. Recorremos aos registros desta lista sempre que necessário.

A segunda etapa, após o “domínio prévio” da história do município a ser estudado e da catalogação dos pioneiros vivos e lúcidos, consiste, segundo Teixeira (2013, p. 30), na escolha de quantas pessoas passarão pelo teste metodológico e na análise e seleção das fotografias encontradas durante a investigação documental, montando um portfólio. Já na terceira, e última etapa, é necessária a elaboração de um roteiro de entrevista baseado nas informações apuradas na pesquisa documental, bem como nas imagens selecionadas. Como estas tratam de lugares de pertencimento, é ideal que “a ‘roteirização’ permeie assuntos

diretamente relacionados ao cotidiano de uma cidade: infraestrutura, educação, saúde, transporte etc.” (TEIXEIRA, 2013, p. 30).

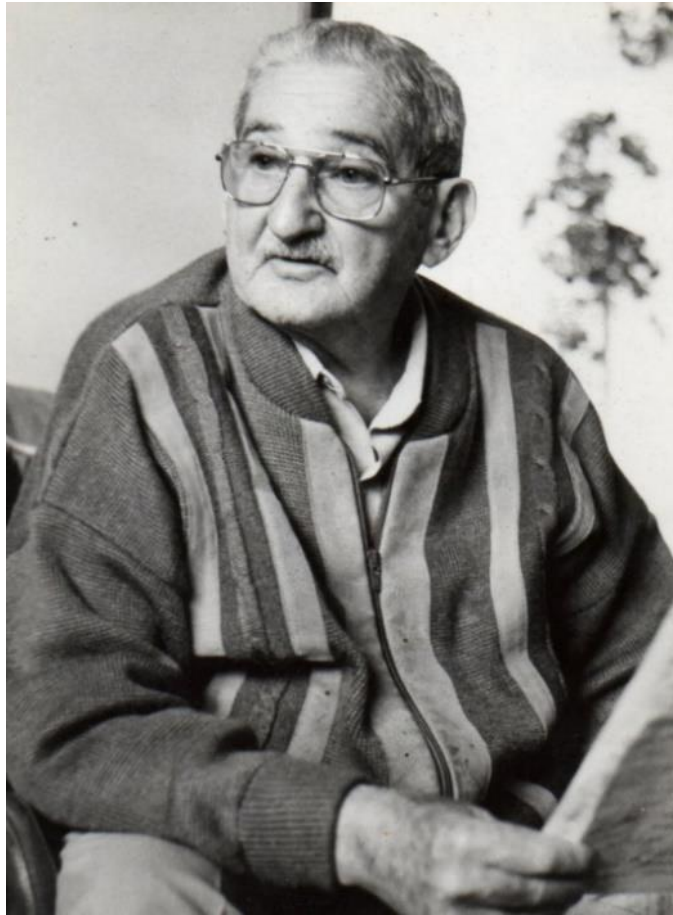
O próximo passo, segundo Teixeira (2013, p. 30-31), é o agendamento de uma conversa com os pioneiros escolhidos. Conversa, esta, que deverá

Ser conduzida segundo os preceitos da história oral e respeitar uma estrutura predeterminada: em um primeiro momento, a entrevista segue o roteiro do pesquisador, sem fotografias. Em um segundo momento, quando o entrevistado encerra as informações orais, o portfólio de fotografias lhe é apresentado, de preferência uma a uma. Deste ponto em diante, cabe ao investigador ouvir e analisar que novas narrativas são incorporadas a partir do ‘mergulho’ nas realidades fotográficas.

Diferente do que fizeram Hoffmann (2010) e Teixeira (2013), não buscaremos para a realização da pesquisa contributiva – que será apresentada no último capítulo – o aporte da memória dos pioneiros da cidade, mas sim de pessoas contemporâneas às cenas registradas pelo fotógrafo Oswaldo Leite, na década de 1960, nosso objeto de estudo.

4 OSWALDO LEITE: O FOTÓGRAFO DAS CONSTRUÇÕES

Figura 4 – Oswaldo Leite



Fotografia: Autor desconhecido
Fonte: Acervo da família Leite

Vindo da cidade de Itu (SP), Oswaldo Leite chegou em Londrina em 1940, com 19 anos. Seu primeiro emprego na cidade, segundo Otacílio Leite⁸, foi na máquina de beneficiamento de café e venda de sacarias do Sr. Soiti Taruma – localizada na Rua Rio Grande do Norte, nº 1.324, próximo à atual Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes (Avenida Leste-Oeste). De lá, foi chamado para trabalhar na construção da Santa Casa (inaugurada em 7 de setembro de 1944), como pedreiro, quando surgiu a oportunidade de ingressar na Secretaria de Obras da Prefeitura do Município de Londrina, convite que ele aceitou prontamente.

Oswaldo Leite logo passou a ocupar o cargo de chefe do Departamento de Obras, ocasião em que, segundo Leite (2013), acompanhava as obras que estavam em

⁸ Otacílio Leite: filho mais novo de Oswaldo Leite, atualmente com 72 anos. Entrevista oral concedida à autora, na residência do entrevistado, no dia 29 de agosto de 2013.

andamento e, despretensiosamente, fotografava-as para que servissem como registro do trabalho realizado pela prefeitura e para que pudessem ser utilizadas para ilustrar relatórios de prestação de contas junto aos órgãos financiadores das obras e à Câmara de Vereadores.

Leite (2013) conta que o pai trabalhou na prefeitura a vida toda. Ele chegou a se aposentar por tempo de serviço (25 anos de trabalho, à época), mas não deixou de trabalhar. Retornou à Secretaria de Obras pelas mãos do prefeito Dalton Fonseca Paranaguá (1969-1973), desta vez como fotógrafo, o primeiro fotógrafo oficial da prefeitura, e lá se aposentou novamente, desta vez por idade, quando se afastou de suas funções. Oswaldo Leite documentou, em preto e branco, muitas das cenas que marcaram o crescimento econômico e o desenvolvimento social de Londrina nas décadas de 1950 a 1980.

De acordo com Célia Rodrigues de Oliveira⁹, parte das imagens tomadas pelo fotógrafo permaneceu esquecida em um depósito da prefeitura e por pouco não se perdeu, pois estavam prestes a ser incineradas. Hélio Silva, fotógrafo que substituiu Oswaldo Leite no cargo, sensibilizado com o prejuízo à história da cidade que a incineração poderia causar, entrou em contato com o museu para intermediar a doação do acervo. Em 7 de junho de 1990 foi assinado um convênio de cooperação cultural (Anexo A) entre a Universidade Estadual de Londrina, por meio do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, e a Prefeitura do Município de Londrina, para a transferência do acervo para as dependências e cuidados do museu. Oliveira (2013) explica que neste convênio fica claro que a prefeitura não doou definitivamente o acervo ao museu, ela apenas concedeu a permissão de uso por tempo indeterminado, cabendo ao museu guardar, conservar e manter o acervo, não o transferir para terceiros e permitir ao município, sempre que solicitado, ter livre acesso ao material.

Segundo ela, as imagens reveladas e os negativos estavam armazenados, sem o mínimo cuidado, em baús, expostos à sujeira e à umidade. Muitas delas chegaram ao museu manchadas pela ação de fungos e tiveram de ser descartadas, mas ela deixa claro que as que foram descartadas tinham negativos em bom estado para uma possível ampliação posterior.

Outra parte do acervo de Oswaldo Leite, guardada em sua casa com cuidado até sua morte em 28 de agosto de 1995, foi entregue em doação ao museu pelas mãos do filho do fotógrafo, Otacílio Leite, dia 26 de março de 2006. Leite (2013) conta que algumas dessas imagens seriam jogadas no lixo pela sua irmã mais velha, dona Maria de Lourdes Leite Lima.

⁹ Célia Rodrigues de Oliveira: técnica em assuntos universitários do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Entrevista oral concedida à autora, nas dependências do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, no dia 28 de agosto de 2013.

Ele relata que pegou as fotografias e pensou “isso tudo não vai mais ter serventia para a família, vou doar ao museu, vai que seja importante para eles”. O filho do fotógrafo ainda mantém imagens de pessoas e rolos de negativos do pai, dos quais não conhece o conteúdo, guardadas em caixas e gavetas em sua residência, mas diz que a intenção é, um dia, também doá-las ao museu.

4.1 ORGANIZAÇÃO DO ACERVO

De posse do material, coube ao museu higienizar, catalogar, digitalizar e disponibilizá-lo para pesquisa. O processo de recuperação e disponibilização, desenvolvido pelo pessoal do setor de audiovisual, sob a supervisão de Célia Rodrigues de Oliveira e Áurea Keiko Yamani, teve início em maio de 2003. Oliveira (2013) explica que para o início dos trabalhos tiveram o incentivo do PROMIC (Programa Municipal de Incentivo à Cultura). Durante os anos de 2003 e 2004 (quando novamente obtiveram recursos desse programa) avançaram bastante no trabalho, mas até hoje (2016) ele ainda não foi concluído. Trata-se de 2.278 imagens (fotografias e negativos) da década de 1950, já devidamente higienizadas, catalogadas e disponibilizadas para pesquisa. Das décadas de 1960 (recorte temporal deste trabalho) e 1970 são mais de 20 mil imagens, já higienizadas e em processo de catalogação e digitalização.

O acervo de Oswaldo Leite faz parte da *Coleção Prefeitura Municipal de Londrina – Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação*. Para facilitar o trabalho, tanto dos organizadores do acervo, quanto dos pesquisadores que vierem a utilizá-los, as imagens referentes à década de 1960 – que serão utilizadas neste trabalho – foram divididas em 34 categorias, com suas respectivas subcategorias, iniciais e números de extensão para rápida identificação, como demonstra a tabela 1. São elas:

Tabela 1 – Organização das imagens tomadas por Oswaldo Leite, na década de 1960

Categorias	Subcategorias		
1. Associações – AF. 01	Associação dos Funcionários Municipais de Londrina – AF. 01.1		
2. Assistência – ASS.02	Casa da Criança – ASS.02.1 Casa da Criança – ASS.02.1/1	Casa da Criança – ASS.02.1/2	
3. Bairros – BR.050	Vila Ipiranga / Vila Paulista – BR.050.1		
4. Calamidades Públicas – CP.03	Desmoronamento – CP.03.2 Erosão – CP.03.4	Erosão – CP.03.4/1	
5. Comércio Geral – CG.04	Feira – CG.04.1	Mercados – CG.04.5	
6. Comunicação – COM.07	Jornal – COM.07.1		
7. Culturais – CU.010	Biblioteca – CU.010.1		
8. Distritos – DI.11	Warta – DI.11.1	Tamarana – DI.11.2	
9. Energia / Usina – EN.12	Torre – EN.12.1		
10. Educação – ED.13	Escolas – ED.13.1 Escolas – ED.13.1/1	Escolas – ED.13.1/2	
11. Espacialidades – ES.14	Vista de edifícios – ES.14.2 Vistas parciais	Vistas aéreas	
12. Eventos – EV.15	Eventos socioesportivos – EV.15.3		
13. Ferrovia – FE.16	Passagem de nível – FE.16.1		
14. Filantropia – FI.17	Escoteiros – FI.017.1		
15. Habitação – HB.18	Conjunto habitacional – HB.018.7	Favelas – HB.18.5	
16. Hotelaria – HO.19	Hotel – HO.19.2		
17. Iluminação Pública – IP.20	Sistema de iluminação pública – IP.20.1		
18. Indústrias – IN.22	Mini-indústria – IN.22.3	Indústrias de pequeno porte – IN.22.2	
19. Infraestrutura Urbana – IE.21	Caixa d’água – IE.021.2		
20. Instituição Federal – IF.051	IAPAS / INSS – IF.051.1		
21. Lazer – LA.24	Parque infantil – LA.24.1	Piscinas – LA.24.2	
22. Logradouros – LO.23	Alamedas – LO.23.9 Avenidas – LO.23.1 Avenidas – LO.23.1/2 Avenidas – LO.23.1/3 Avenidas – LO.23.1/4 Avenidas – LO.23.1/5 Avenidas – LO.23.1/6 Avenidas – LO.23.1/7	Estradas – LO.23.8 Praças – LO.023.3 Praças – LO.023.3/1 Praças – LO.023.3/2 Praças – LO.023.3/3 Ruas – LO.023.5 Ruas – LO.023.5/1 Ruas – LO.023.5/2	Ruas – LO.023.5/3 Ruas – LO.023.5/4 Ruas – LO.023.5/5 Ruas – LO.023.5/6 Ruas – LO.023.5/7 Ruas – LO.023.5/8 Ruas – LO.023.5/9
23. Necrópoles – NE.26	Cemitério – NE.26.1		

24. Obras Urbanas – OU.27	Demolição – OU.27.4 Informações sobre obras – OU.27.6 Pavimentação – OU.27.8	Obras de canalização – OU.27.10 Diversos – OU.27.13
25. Passagens de nível – PN.31	Pontes – PN.31.2 Pontes – PN.31.2/1	Pontes – PN.31.2/2 Pontes – PN.31.2/3
26. Poder Público – PP.33	Câmara Municipal – PN.33.1	Edifícios públicos – PN.33.3
27. Política – PO.34	Prefeitos – PO.34.1 Prefeitos – Gestão: Milton Menezes – PO.34.1/2 Prefeitos – Gestão: Hosken de Novaes – PO.34.1/3 Prefeitos – Gestão: Hosken de Novaes – PO.34.1/4 Prefeitos – Gestão: Dalton Fonseca Paranaguá – PO.34.1/5 Prefeitos – Gestão: Dalton Fonseca Paranaguá – PO.34.1/6 Prefeitos – Gestão: Dalton Fonseca Paranaguá – PO.34.1/7	Prefeitos – Gestão: Dalton Fonseca Paranaguá – PO.34.1/8 Prefeitos – Gestão: Dalton Fonseca Paranaguá – PO.34.1/9 Prefeitos – Gestão: Dalton Fonseca Paranaguá – PO.34.1/10 Prefeitos – Gestão: Hosken de Novaes – PO.34.1/11
28. Saneamento – SA.36	Abastecimento – SA.36.1 Estação de tratamento de água – SA.36.4 Esgoto – SA.36.6 Bueiros – SA.36.9	Galerias pluviais – SA.36.8 Reservatórios de água – SA.36.5
29. Saúde / Assistência – SD.37	Hospital / Sanatório – SD.37.4 Centro de saúde – SD.37.8 Posto de saúde – SD.37.6	Posto de saúde – SD.37.6/1 Orfanato / Asilo – SD.37.5
30. Segurança – SG.42	Tiro de Guerra – SG.42.6	
31. Serviços Públicos – SP.40	Matadouro – SP.40.11	
32. Serviços automotivos – SR.38	Oficina – SR.38.4 Oficina – SR.38.4/1	Concessionária / Revendedora – SR.38.1
33. Socioesportivo – SE.43	Clube socioesportivo – SE.43.4	
34. Utilitários – UT.53	Veículos de carga – UT.53.1	

Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com Oliveira (2013), Oswaldo Leite anotava no verso de cada fotografia as informações relativas à tomada (data, assunto e local), depois as arquivava, colando-as uma a uma em cartolinas. Um hábito, que segundo ela, “pode ser considerado bom”; no entanto, algumas fotografias foram coladas em cartolinas depois de sua identificação, o que prejudicou a catalogação posterior, pois algumas informações se perderam no momento em que as elas foram “descoladas” das cartolinas. Desta forma, foi necessário contar com a colaboração de contemporâneos do fotógrafo para fazer a identificação de alguns lugares fotografados. Entre eles João Baptista Bortolotti, membro e

ex-presidente do Foto Clube de Londrina, que trabalhou como arquiteto da prefeitura. Bortolotti ajudou e continua ajudando na identificação dessas imagens.

Pela quantidade do material, optamos por dividir o estudo em décadas. A de 1950 foi analisada e pesquisada pela autora deste trabalho (Rosana Reineri Unfried) em seu Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade Estadual de Londrina em novembro de 2013, sob orientação do Prof. Dr. Paulo César Boni. No momento, as 21 imagens pesquisadas na ocasião mais 29 pesquisadas posteriormente, com os textos correspondentes a sua contextualização histórica, estão em processo de edição para serem publicadas em formato de livro em 2016. A década de 1960 (21 imagens selecionadas obedecendo o critério de importância do fragmento retratado para o desenvolvimento de Londrina) está sendo objeto de estudo nesta dissertação de mestrado, também sob orientação do Prof. Dr. Paulo César Boni; já a década de 1970 será estudada em algum momento posterior, provavelmente em tese de doutoramento.

Neste trabalho, nos prenderemos apenas às imagens da década de 1960, na qual Londrina estava em pleno processo de urbanização, decorrente da decadência da cafeicultura – até então, base da economia norte paranaense – e do êxodo rural provocado pela modernização da agricultura e mecanização das lavouras. Década rica em obras públicas e privadas, registradas pelas lentes de Oswaldo Leite.

Tomando as imagens como ponto de partida, buscaremos contextualizar historicamente o período (recorte temporal), a fim de observar a capacidade – ou não – de as fotografias de obras urbanas atuarem como auxiliares na recuperação de fragmentos da história. No entanto, antes da apresentação das contribuições imagéticas do fotógrafo estudado, faz-se necessária a abordagem do percurso da pesquisa, para informar o leitor sobre os passos dados e as dificuldades encontradas durante o período de sua realização.

4.2 PERCURSO DA PESQUISA

O interesse pelas obras do fotógrafo Oswaldo Leite teve início em 2013, quando a autora foi apresentada a sua história por intermédio do Prof. Dr. Paulo César Boni, no período de definição do objeto de estudo a ser trabalhado no Trabalho de Conclusão de Curso. Pela quantidade do material, optamos por dividir o estudo dessas fotografias em décadas. Deste modo, as imagens referentes à década de 1950, foram estudadas naquela ocasião. As de 1960, naquele momento, já ficaram previamente definidas como objeto de

estudo desta dissertação, enquanto as da década de 1970, como dito anteriormente, serão estudadas mais adiante, provavelmente na tese de doutoramento.

A questão que se pretende responder com a proposta contributiva deste trabalho é de que maneira as fotografias de obras arquitetônicas são capazes de contribuir para a recuperação histórica de uma cidade. Também se pretende contextualizar o período por meio das imagens produzidas por Oswaldo Leite, de forma a recuperar e democratizar fragmentos da história de Londrina.

Uma vez definido o problema a ser solucionado, o objeto de estudo e o recorte espaço-temporal, o próximo passo dado foi a seleção das imagens a serem trabalhadas. Para isso, entramos em contato com o setor de audiovisual do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss – órgão responsável pela recuperação e preservação do acervo do fotógrafo em questão – para marcarmos uma visita para a análise e seleção das imagens que seriam utilizadas na pesquisa. Neste momento, foram selecionadas 44 imagens (algumas de cenas repetidas) obedecendo um critério estritamente estético, ou seja, foram escolhidas imagens tecnicamente bem resolvidas.

O passo seguinte foi a realização de uma pesquisa em documentos escritos – documentos e jornais da época, mantidos pelo museu, bem como em livros e trabalhos acadêmicos, impressos e disponibilizados na internet – que tratassem do período estudado. O intuito dessa pesquisa foi o aprofundamento da compreensão de detalhes da época e a construção de um contexto histórico norteador.

Neste momento, fez-se necessária uma nova seleção das imagens, baseadas em um novo critério de escolha, possível somente após a obtenção de informações por meio da pesquisa prévia. Nessa pesquisa pudemos notar a importância da década para a história da cidade e a contribuição de algumas construções para o seu crescimento e desenvolvimento. Deste modo, as imagens a serem trabalhadas, e contextualizadas, deveriam obedecer ao critério de importância do evento retratado para o desenvolvimento de Londrina. Assim, de 44 imagens pré-escolhidas, restaram 21, que serão apresentadas adiante.

Inicialmente, estas fotografias foram apresentadas para três entrevistados que vivenciaram o período estudado, e que se dispuseram a ajudar nesta pesquisa. Eles foram de suma importância – mesmo que por vezes suas falas não tenham sido incorporadas no texto final – para nortear a pesquisa e apontar outros possíveis colaboradores. Os três entrevistados têm, ou tiveram, relação com o Departamento de Obras da Prefeitura do Município de Londrina, para o qual Oswaldo Leite trabalhava. Foram eles: Otacílio Leite – filho mais novo do fotógrafo e funcionário aposentado do Departamento de Obras; Rodolpho Horner –

urbanista aposentado que atuou como diretor técnico do Departamento de Obras entre abril de 1966 a março de 1969 e colega de trabalho de Oswaldo Leite; e, José Cláudio Reali – funcionário do Departamento de Obras até hoje, em vias de se aposentar.

O primeiro passo dessas entrevistas foi uma conversa, com cada um deles, sobre a década de 1960, apoiada na história oral e conduzida com base em um roteiro estipulado pela autora, dividido em temas, tais como: verticalização; economia (declínio da cafeicultura e êxodo rural); moradia (favelização e surgimento de novos bairros e conjuntos habitacionais na periferia); educação (construção de novas escolas municipais, novo prédio para a biblioteca pública e curso de capacitação para professores); infraestrutura (abertura de ruas, construção de pontes, mercados municipais e cemitério, iluminação, saneamento, abastecimento de água e serviço telefônico); industrialização e serviço médico.

Posteriormente, as imagens foram apresentadas para que a memória cristalizada pudesse ser acionada. Nesse momento, pôde-se observar que os entrevistados são capazes de identificar e localizar com precisão todos os lugares retratados nas fotografias e dissertar sobre as transformações pelas quais a cidade passava à época. No entanto, as narrativas se faziam consistentes somente quando a cena retratada convergia em algum momento com a história de vida do entrevistado.

Outro aspecto observado foi o fato de que quando o assunto retratado já é bastante conhecido, estudado e com livros já publicados, como é o caso do Hospital Evangélico e da Sercomtel, por exemplo, eles não se estendem na narrativa. Apenas dizem: “Ah, tem um livro X que fulano escreveu, dá uma olhada lá”. Porém, quando o assunto é de conhecimento mais restrito, eles sentem-se mais livres para colocar sua versão sobre a história do local.

Percebido isto, buscamos após uma nova pesquisa documental, desta vez direcionada aos assuntos específicos tratados pelas imagens, por novos entrevistados – uns sugeridos pelos primeiros, alguns sugeridos pelos funcionários do museu e outros que foram sendo sugeridos ao longo da pesquisa – que tivessem alguma relação com o assunto retratado, desta vez com entrevista mais direcionada e mostrando a eles somente aquela fotografia específica. Foram eles: Marina Delai Leite, esposa de Otacílio Leite; José Augusto Queiroz, engenheiro e arquiteto aposentado do Departamento de Obras da Prefeitura do Município de Londrina; Suzilaine Passos Duarte, diretora auxiliar da Escola Municipal David Dequech e funcionária da escola há 20 anos; Aglaé de Lima Fierli, ex-funcionária da Biblioteca Pública; José Jarbas Gomes da Silva, proprietário da empresa Color Painéis, retratada na figura 23; Bárbara Garcia Cid Silva, filha de José Jarbas Gomes da Silva; João Henrique Steffen, um dos

responsáveis pela instalação do Hospital Evangélico em Londrina; Theóphilo Paranaense Coutinho Gomes, engenheiro aposentado e ex-funcionário do Sistema Autárquico de Saneamento (SAS); Adilson de Biaggi, proprietário da Casa São Caetano, cuja primeira instalação aparece na figura 17; Antônio Tomio Furuta, filho de um dos primeiros comerciantes a se instalar no Mercado Shangri-lá e proprietário do Supermercado Furuta; Mário Jorge de Oliveira Tavares, funcionário aposentado da Sercomtel e Hirak Ohara, arquiteto e urbanista, ainda funcionário do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) e responsável pela obra do Cemitério Padre Anchieta (Figura 25). A apresentação de uma única fotografia a cada um desses entrevistados se deu em razão da especificidade remissiva da fotografia e também pela idade dos entrevistados, para que eles não se cansassem em demasia e para que este cansaço não atrapalhasse a rememoração e a narrativa.

Dentro do período destinado à pesquisa tivemos dificuldades para encontrar pessoas dispostas a colaborar com a rememoração de algumas cenas representadas nas fotografias. Portanto, o texto final de contextualização histórica de algumas delas, apresentam somente dados obtidos por meio da pesquisa documental. Algumas pessoas que eram aptas a ajudar nesta recuperação histórica não foram encontradas ou se negaram a nos auxiliar.

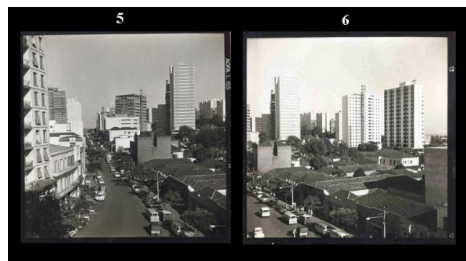
Algumas entrevistas não renderam o suficiente para a contextualização histórica da época por meio das imagens, um dos objetivos do trabalho. Assim, tivemos de buscar complemento na pesquisa em documentos escritos. Outras, por se tratar de entrevistas com pessoas de mais idade, por vezes com a memória já titubeante, apresentavam informações desencontradas, ou imprecisas. Nesses casos, após as entrevistas, ainda foi feita uma terceira pesquisa para desta vez checar as informações obtidas para que estas fossem passadas adiante com a maior fidelidade possível. Sabemos, no entanto, que a presente pesquisa não é algo definitivo, podendo a qualquer tempo surgir novas informações que possam complementar ou pôr à prova alguma das informações obtidas.

5 CONTRIBUIÇÕES IMAGÉTICAS: A DÉCADA DE 1960 A PARTIR DE IMAGENS

As fotografias apresentadas a seguir foram produzidas pelo fotógrafo Oswaldo Leite para que servissem como registro das realizações do Departamento de Obras da Prefeitura do Município de Londrina, no decurso da década de 1960. Como mencionado anteriormente, foram selecionadas 21 imagens desse período, obedecendo o critério de importância do fragmento retratado para o desenvolvimento de Londrina. Essas imagens foram organizadas em três categorias: verticalização, favelização e serviços.

A primeira – “verticalização” – é composta por duas imagens que retratam as transformações no cenário urbano do centro de Londrina, decorrentes da construção de edifícios (Figuras 5 e 6). Desde os anos de 1940, já havia um número considerável de edifícios altos na porção central da cidade. Essas construções eram a materialização das riquezas geradas pela cafeicultura ascendente, que se manteve como principal atividade econômica norte paranaense até meados da década de 1960.

Figura 2 – Imagens que compõem a categoria “verticalização”



Fonte: Elaborado pela autora

A segunda – “favelização” – é composta por uma única imagem, que ilustra o processo de favelização iniciado na década de 1950 – período em que atraídos pela propaganda da fertilidade do solo norte paranaense muitos chegaram a Londrina em busca de um futuro melhor – e agravado na segunda metade da década seguinte (Figura 7). Nesse período, o fluxo migratório com destino a Londrina – somado ao êxodo rural causado pelo desemprego, decorrente das dívidas não quitadas pelos proprietários rurais e pela mecanização do campo que se iniciava –, desencadeou o aumento da população e a proliferação de loteamentos irregulares na área urbana.

Figura 3 – Imagem que compõe a categoria “favelização”



Fonte: Elaborado pela autora

As imagens referentes às soluções encontradas para os problemas que surgiram como consequência do aumento descontrolado da população, ou medidas implementadas com o intuito de melhorar as condições de vida da população londrinense, foram agrupadas e compõem a categoria “serviços”. Exceto a figura 19, todas as soluções e medidas apresentadas, e fotografadas por Oswaldo Leite, foram implantadas pela administração pública.

Figura 4 – Imagens que compõem a categoria “serviços”



Fonte: Elaborado pela autora

Esta categoria é composta por 18 fotografias, organizadas seguindo um contexto histórico norteador, criado pela autora com base em uma pesquisa prévia em documentos escritos. Nela pôde-se observar que o primeiro passo dado pela Prefeitura do Município de Londrina em busca de uma solução para o problema da falta de moradia, foi a autorização da abertura de loteamentos particulares na periferia da cidade, distantes da região central, destinados à população com menor poder aquisitivo, como é o caso do Jardim Paraíso (Figura 8). Essa foi uma estratégia paliativa até que em 1965 fosse criada a Companhia de Habitação de Londrina (Cohab-Ld), que seria a responsável, a partir de então, pela construção de conjuntos habitacionais. Em consequência disso, foi necessária a construção de pontes que permitissem o acesso facilitado dos moradores desses novos bairros à infraestrutura localizada no centro (Figura 9), bem como a construção de novas escolas para atender a demanda crescente de novos alunos, que chegavam e se instalavam, com seus familiares, na periferia da cidade (Figura 10).

Pensando na melhoria da educação oferecida pelo município, foram feitos investimentos na capacitação e especialização de professores (Figura 11) e a transferência das instalações da Biblioteca Pública – utilizada tanto pelos estudantes, como pela comunidade, para empréstimo de livros e pesquisas *in loco* – do prédio do Paço Municipal para um edifício próprio, maior, com melhor capacidade de armazenamento dos volumes e com mais funcionários (Figura 12).

Outra preocupação foi aumentar a malha viária urbana. Foram abertas novas ruas; estradas, originalmente rurais, foram alargadas e transformadas em vias de acesso ao centro – como a que passou por melhorias para estabelecer ligação entre o centro e a Universidade Estadual de Londrina, que estava nascendo (Figura 13) –, enquanto vias urbanas já existentes foram ampliadas a fim de melhorar o fluxo de veículos, que vinha crescendo junto com a cidade (Figura 14). Ao mesmo tempo, com as obras do sistema viário, seguia a instalação da iluminação pública nessas novas ruas e avenidas (Figura 15).

Foi preciso sanear os ribeirões que recebiam esgotos dos assentamentos irregulares e adoeciam a população carente (Figura 16) e aumentar o sistema de captação e distribuição de água para atender as necessidades dos novos moradores (Figuras 17 e 18). O aumento da população também demandava a ampliação dos serviços hospitalares oferecidos. Impulsionados por essa crescente demanda, a Sociedade Evangélica de Londrina, uma instituição privada, deu início às obras de construção de um novo prédio, desta vez, maior e mais moderno, para abrigar o Hospital Evangélico (Figura 19).

Foram construídos mercados municipais (Figuras 20 e 21) com o intuito de auxiliar os pequenos produtores rurais na comercialização de seus produtos, bem como propiciar à população a comodidade de adquirir mercadorias de qualidade em estabelecimentos instalados próximos a suas residências.

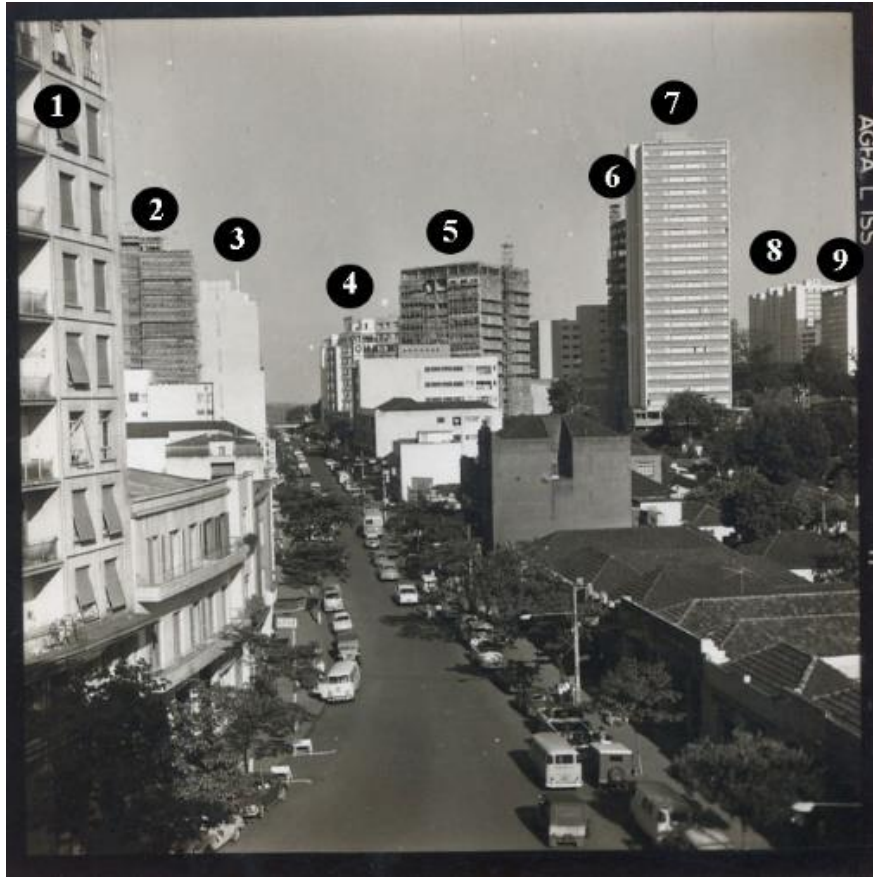
Visando ajudar os trabalhadores municipais a conseguirem a tão sonhada casa própria, foi criada uma Vila Operária (Figura 22), e, para fomentar a industrialização, foi criado o Parque Industrial (Figura 23). Em ambos os casos foram oferecidas facilidades de pagamento dos terrenos. Para auxiliar os empresários, já instalados em Londrina, na realização de seus negócios e para que o sistema telefônico não fosse impedimento para a instalação de novas indústrias, foi criada a Sercomtel (Figura 24). E, por último, no caso da abordagem que será apresentada a seguir, foi necessária a construção de cemitérios, afastados da porção central, para atender a população da periferia (Figura 25).

As imagens, acima citadas, foram apresentadas aos entrevistados com o intuito de aplicação da metodologia do uso da fotografia como disparadora do gatilho da memória – descrita no tópico 3.2 – a fim de observar a capacidade, ou não, das fotografias de documentação urbana em atuar como auxiliares na recuperação de fragmentos da história.

Os títulos das fotografias, aqui pesquisadas e que aparecem entre aspas, correspondem às legendas originais escritas pelo próprio fotógrafo à época da tomada e ampliação das imagens. Os textos que as acompanham são o resultado final das informações levantadas por meio das entrevistas orais, somadas às das pesquisas complementares em suporte escrito e às das pesquisas posteriores para checagem dos dados obtidos.

5.1 VERTICALIZAÇÃO

Figura 5 – “Vista de edifícios da área central, vendo-se em primeiro plano a Avenida Paraná”



Fotografia: Oswaldo Leite – 10 nov. 1964

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

A década de 1960 foi marcada por muitas transformações no cenário urbano de Londrina. Em seu início, a cidade já contava com um número expressivo de prédios altos, decorrentes das grandes safras de café, que trouxeram fortuna aos agricultores desde a segunda metade dos anos 1940. O investimento em construções suntuosas era resultado dessa agricultura próspera, que se materializava em forma de edificações no coração da cidade.

No período da tomada da figura 5 – 10 de novembro de 1964 – a cidade já contava com diversos prédios altos alocados em sua porção central¹⁰. De acordo com Juliana

¹⁰ Os edifícios da figura 5 e 6 foram identificados com o auxílio de Otacílio Leite e de sua esposa, dona Marina Delai Leite. Ambos nascidos em Londrina, possuem uma relação com a cidade que os permitem além de tê-la como cidade natal, tê-la também como “lugar íntimo”, tal como descreve Tuan (1983). Os entrevistados, principalmente ela, são dotados de uma memória favorecida no que diz respeito à localização espacial. Ao pegar as imagens nas mãos, já saíram apontando e identificando os edifícios que iam vendo, sem que nada lhes fosse perguntado.

Harumi Suzuki (2011, p. 48), a prosperidade econômica produzida pela exploração do “ouro verde” “possibilitou a transferência de capitais do meio rural para o urbano, modificando rapidamente a fisionomia da cidade”. Foi neste contexto que surgiu o primeiro edifício em Londrina, cuja construção foi aprovada pela prefeitura em 1949: o Edifício Empresa de Construções Brasil (ECB), atualmente denominado Edifício Santo Antônio (número 1).

Originalmente, o terreno localizado na Avenida Paraná (atual calçadão) deveria abrigar um pequeno prédio de três pavimentos, no entanto, a construtora substituiu o projeto inicial por um prédio maior que seria destinado à sede da empresa em Londrina. O térreo ficaria por conta da empresa, enquanto os pisos superiores seriam destinados à moradia. De acordo com Suzuki (2011, p. 48), logo após ser inaugurado, o ECB ficou conhecido como “edifício das viúvas”, uma vez que devido à boa localização e à segurança oferecida aos moradores, as mulheres sozinhas optavam por se mudar para lá.

A Avenida Paraná, em razão de sua importância para a economia do município – dotada de um comércio já consolidado e endereço dos principais escritórios e bancos da cidade – se tornou, nas décadas de 1940 e 1950, o principal ponto de encontro dos londrinenses, que se deslocavam até lá para fazer compras, fechar negócios ou para simplesmente ver o tempo passar (BONI; UNFRIED; BENATTO, 2013, p. 154). Foi, também, na extensão dessa avenida que outros importantes edifícios da época foram construídos.

O Hotel São Jorge, depois denominado Edifício Sahão (número 4), foi construído na Avenida Paraná em 1952. De autoria do arquiteto Roger Henri Weiter, era considerado um símbolo de riqueza para os padrões da época, uma vez que foram utilizados na obra uma série de produtos importados, como mármore de Carrara (Itália) e tijolos de vidro suecos.

O proprietário, o comerciante libanês Salim Sahão, decidiu construir a edificação como retribuição à cidade pelo êxito econômico que obteve. Foi batizado de São Jorge por ser o santo padroeiro dos árabes e por fazer alusão ao Hotel São Jorge de Beirute, terra natal dos Sahão (JORNAL DE LONDRINA *apud* SUZUKI, 2011, p. 48-49).

Suzuki (2011, p. 48), comenta que um fato inusitado chama atenção na história do São Jorge: o hotel dispunha de elevadores em uma época em que Londrina não oferecia a quantidade de energia elétrica suficiente para que eles funcionassem. Isto fez com que houvesse a necessidade da utilização de geradores para fazê-los operar.

Em 1953 foram construídos os edifícios Bosque (número 9) e o Centro Comercial (número 8), ambos na Rua Piauí, projetados pelo engenheiro Américo Sato, um dos mais importantes de Londrina. De acordo com Suzuki (2011, p. 50), ambos os edifícios são projetos de uso misto, ou seja, o pavimento térreo é ocupado por salas comerciais, enquanto os outros andares – 18 no Bosque e 20 no Centro Comercial – são residenciais.

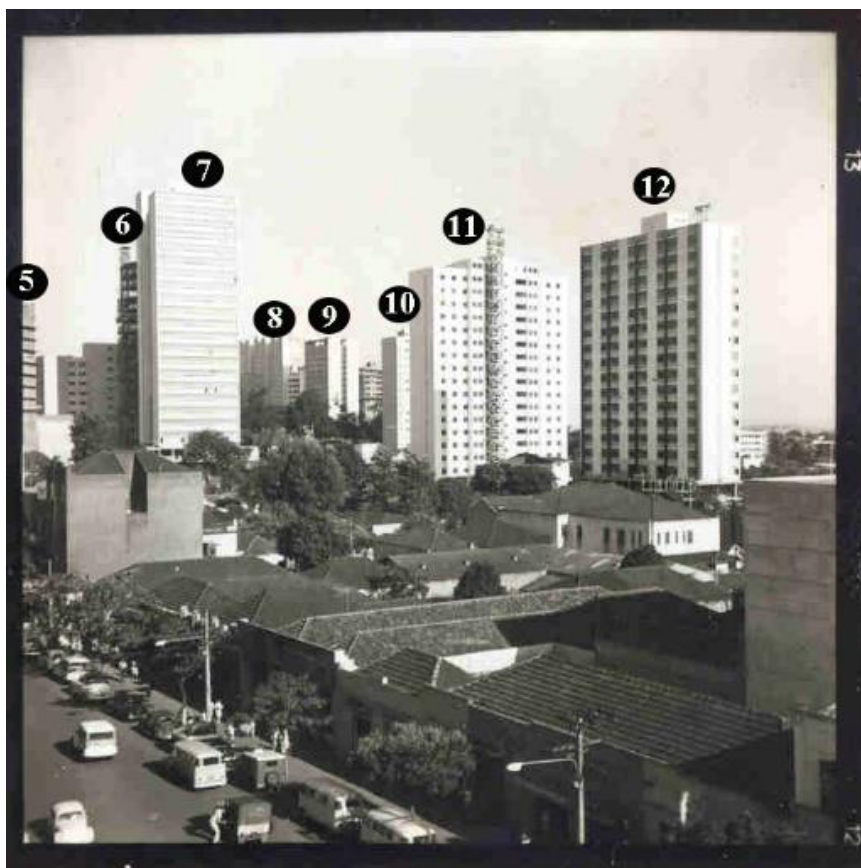
Quase no final da década, em 1958, foi construído o Edifício América (número 3), de propriedade do Banco América S.A., na esquina das avenidas Paraná (atual calçadão) e Rio de Janeiro. Projetado pelo engenheiro João Serpa de Albuquerque, o América é considerado, até os dias atuais, como um dos mais emblemáticos da cidade. São 17 pavimentos, destinados ao uso comercial, que abriga, desde aquela época, “a maior concentração de escritórios de corretores e exportadores de café do Paraná” (CASTELNOU, 2002, p. 199). Estes escritórios formam o Centro do Comércio do Café e ocupam 15, dos 17 pavimentos do prédio. No topo do edifício, foi colocado um relógio de 10 metros – ainda em funcionamento – que foi o responsável pelo América ter ficado popularmente conhecido como o “prédio do relógio” e ter se tornado ponto de referência para a população londrinense.

Na década seguinte (1960), período aqui estudado, Londrina assistiu a um *boom* de crescimento vertical, resultado de uma “expressiva safra cafeeira entre os anos de 1960 e 1965, alcançando a notável marca de 10 milhões de sacas produzidas no Estado em 1960” (SUZUKI, 2011, p. 52). O reflexo dessa superprodução se materializou em Londrina na forma de 45 novos edifícios construídos com 4 pavimentos ou mais, com destaque “para os edifícios altos, também chamados de arranha-céus” (CASARIL, 2010, p. 5).

Em 1964, ano do registro da figura 5, foi construído, na Alameda Miguel Blasi, o Edifício Cinzia (número 7), fruto de uma parceria entre o engenheiro Américo Sato e o arquiteto Carlos Sérgio Bopp, que foi o responsável pela definição da fachada do prédio. Como outros aqui citados, o Cinzia, que possui 20 pavimentos, também é uma construção destinada ao uso comercial e residencial (SUZUKI, 2011, p. 123).

Já os edifícios Comendador Caminhoto (número 5), na Praça Gabriel Martins, Gonçalves (número 2) e o Willie Davids (número 6), estavam em processo de construção no dia 10 de novembro de 1964, data em que foi registrada a imagem (Figura 5).

Figura 6 – "Vista de edifícios da área central de Londrina"



Fotografia: Oswaldo Leite – 10 nov. 1964

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Oswaldo Leite, no mesmo dia em que tomou a imagem, aqui assinalada como figura 5, deslocou a lente de sua câmera um pouco para a direita para continuar registrando as transformações urbanas pelas quais Londrina passava à época. Pelo ângulo da tomada provavelmente o fotógrafo estava localizado em um dos apartamentos do Edifício Panorama – Avenida Paraná esquina com a Rua Prefeito Hugo Cabral, construído em 1964 – que fica próximo ao primeiro prédio que aparece na figura 5, à esquerda da fotografia. A posição do fotógrafo em um ponto mais alto, em relação à rua, permitiu a amplitude de seu ângulo de visão e a tomada das duas imagens de maneira que uma completasse a outra. Portanto, a imagem acima é a continuação da imagem anterior.

Nela, além dos edifícios Cinzia (número 7), Centro Comercial (número 8) e Bosque (número 9) – já concluídos – e Comendador Caminhoto (número 5) e Willie Davids (número 6) – que estavam em processo de construção – também retratados na figura 5, é possível observar a presença de mais três edifícios, frutos da riqueza advinda da ascensão do “ouro verde” londrinense: Arthur Thomas (número 10), Santa Mônica (número 11) e Alaska

(número 12). O Edifício Alaska (número 12), localizado na Rua Pio XII, foi projetado pelo arquiteto Ivan Jekoff em 1961. De acordo com Suzuki (2011, p. 119), este edifício, de uso misto, foi um empreendimento voltado a compradores de alto poder aquisitivo.

Ainda em 1961 teve início a construção do Edifício Comendador Caminhoto (número 5) na Praça Gabriel Martins. Mais uma construção destinada ao uso misto. Foi projetado pelo arquiteto Luiz César da Silva, para abrigar uma galeria comercial e cinema nos pavimentos inferiores e uma torre de apartamentos residenciais de 13 andares.

Entre 1962 e 1966, foi construído o Edifício Santa Mônica (número 11), na Rua Professor João Cândido. Também destinado ao uso misto, o Santa Mônica foi projetado pelo engenheiro Américo Sato em parceria com o arquiteto Luiz César Silva e trouxe uma novidade para o padrão construtivo londrinense à época: um andar de cobertura com unidades duplex. Isto porque, este edifício fazia referência direta aos edifícios construídos em São Paulo, na mesma época, enquanto seu *layout* fazia remissão aos prédios do bairro paulistano de Higienópolis (SUZUKI, 2011, p. 133).

Na segunda metade da década de 1960, Londrina recebeu mais dois edifícios, construídos na Alameda Miguel Blasi: o Arthur Thomas (número 10), entregue em 1965, e o Willie Davids (número 6), concluído em 1967. Como diversos outros edifícios da porção central da cidade, ambos foram construídos para o uso comercial e residencial. O Arthur Thomas, com 17 pavimentos, foi construído pela Construtora Veronesi, a pedido da Imobiliária Veronesi – ambas pertencentes à mesma família –, enquanto o Willie Davids, com 15 pavimentos, foi construído pela Construtora Brasília, a pedido da empresa SILA – Com. e representações Ltda. (CASARIL, 2010, p. 7).

É importante destacar que nas décadas iniciais de Londrina não existiam problemas relacionados à falta de espaço para a construção de moradias. Os prédios, cada vez mais altos, eram erguidos enquanto nos arredores ainda existiam inúmeros terrenos ociosos. Portanto, esta não seria uma justificativa plausível para a multiplicação de edifícios na área central da cidade. Rodolpho Horner¹¹ explica que a verticalização pela qual Londrina passou ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960 estava relacionada a construção de um *status* de cidade moderna. Logo, para um cidadão, morar no centro era um indicativo de ascensão social, de que os negócios desenvolvidos estavam indo bem.

¹¹ Rodolpho Horner: urbanista aposentado do Departamento de Obras da Prefeitura do Município de Londrina e colega de Oswaldo Leite. Entrevista oral concedida à autora, na residência do entrevistado, no dia 24 de junho de 2015.

Além disso, Horner (2015) explica – a partir do contato com a fotografia (Figura 6) – algo que não está visivelmente presente na imagem. Ele conta que nessa época a cidade era dividida pela linha do trem, que passava próxima onde hoje existe a Avenida Leste-Oeste. “Do lado de cima da ferrovia era a região central”, destinada ao comércio e à população com maior poder aquisitivo, enquanto “do lado de baixo ficava a região periférica”, onde moravam os trabalhadores de menor renda e onde existiam as zonas de meretrício.

As pessoas que moravam do “lado de baixo”, cujos bairros estavam ainda em processo de ocupação e desenvolvimento, precisavam atravessar a linha do trem, entre os vagões, “correndo risco de vida”, para chegar ao centro, onde já havia uma infraestrutura implementada. Este era o dia-a-dia da esposa de Horner:

Nós morávamos no Centro Comercial e minha esposa dava aulas no Colégio Marcelino Champagnat. Ela precisava, grávida, atravessar os trilhos para chegar ao colégio. Só que ali, onde ela atravessava, era o pátio e ela precisava passar entre os vagões. Precisava subir naquela estrutura que separa as composições, para passar para o outro lado. Às vezes, o trem se deslocava, porque ninguém estava preocupado se alguém estava passando. Não era para passar ali. As crianças achavam divertido, mas para as senhoras e os idosos era um perigo (HORNER, 2015).

Outro problema apontado por Horner era a falta de asfalto. Segundo ele, do “lado de baixo” da linha férrea ainda não havia calçamento, portanto, os moradores desses bairros, que precisavam ir ao centro para trabalhar, ir ao médico, ou para comprar algo, precisavam trocar de sapatos. “Naquele tempo não existia sacolinha plástica, como hoje, se existisse seria mais fácil: era só colocar no pé, mas como não tinha, as pessoas tinham de trocar de calçado. Por isso que todo mundo queria morar no centro”.

Na concepção de Horner, foi para atender essa demanda por moradias, na porção central da cidade, que as construtoras deram início à construção de prédios. Horner (2015) comenta, apontando para a fotografia, que o Edifício Centro Comercial (número 8), onde ele morava, por exemplo, foi um sucesso de vendas. “Me lembro que na época do lançamento, o carregador de malas da rodoviária comprou um apartamento lá”. O que para ele, reforça a ideia de que morar no centro era, mesmo, uma questão de ascensão social.

5.2 FAVELIZAÇÃO

Figura 7 – "Aspectos da favela no lugar denominado Pito Aceso"



Fotografia: Oswaldo Leite – 18 mar. 1965

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

O processo de favelização em Londrina teve início ainda na década de 1950, quando, impulsionadas pela propaganda da fertilidade da terra e promessa de enriquecimento no “Eldorado cafeeiro”, pessoas advindas de outros estados brasileiros e até mesmo de outros países, chegaram a Londrina com a esperança de uma vida melhor trazida na mala.

De acordo com Jolinda de Moraes Alves (2013, p. 70), a década de 1950 foi marcada por migrações de populações pobres, principalmente do Nordeste, para as regiões sul e sudeste do país em busca de sobrevivência. Os nordestinos, movidos pelas propagandas, “abandonavam o estado de penúria em que viviam em sua terra natal, para lançar a sorte no sul. Vendiam tudo o que possuíam acreditando no investimento no futuro promissor da fartura”.

No entanto, nem todos os migrantes que desembarcaram em busca da “terra prometida”, propagandeada pela Companhia de Terras Norte do Paraná – responsável pela colonização e comercialização dos lotes de terras norte paranaenses –, conseguiram enriquecer, ou, ao menos, viver dignamente. Enquanto uma parte dos trabalhadores que se deslocaram para o norte do Paraná, chegava com dinheiro para adquirir a terra na qual iria trabalhar, a outra, vinha, de acordo com Alves (2013, p. 72), trazida “pelos grandes proprietários de terras na condição de colonos, empregados que moravam nas fazendas e cuja família inteira se envolvia na plantação, no cultivo e na colheita do café”.

A pesquisadora explica, porém, que já na década de 1950, alguns fazendeiros da região passaram a introduzir técnicas e práticas agrícolas “que adotava ‘métodos modernos’”.

Além daqueles que se destinavam à defesa do solo (contra a erosão e geadas, controle de pragas e irrigação das plantações), iniciaram-se processos de modernização e mecanização das lavouras. A tração animal foi sendo introduzida para carpir as ruas de café. Além dos terreiros de secagem do café foram introduzidas as tulhas secadoras ou os secadores mecânicos, que apresentavam as vantagens de não ficarem sujeitos às condições meteorológicas. [...]. Tais técnicas contribuíram para diminuir o tempo gasto no trabalho de secagem dos grãos. Porém, sua face cruel era a diminuição da mão de obra ocupada no trabalho (ALVES, 2013, p. 72).

Concomitantemente ao desenvolvimento socioeconômico vivido à época, iniciou-se o processo de empobrecimento da população que, apesar de ter migrado para a região em busca de trabalho e melhores condições de vida, não foi absorvida em sua totalidade pelo mercado de trabalho disponível. Ou, não conseguiu liquidar as dívidas adquiridas com a compra de terras, sendo obrigada a vendê-las e se transferir para as periferias da cidade, “sendo forçada a sobreviver do trabalho temporário ou volante” (ALVES, 2013, p. 56).

Esse fluxo migratório com destino a Londrina somado ao deslocamento de pessoas da zona rural rumo à área urbana, por conta da modernização das práticas de cultura, fez com que a população da cidade aumentasse de forma acelerada e que, por consequência, comesçassem a surgir os primeiros loteamentos residenciais irregulares. A proliferação desses loteamentos foi o que deu origem às favelas.

Na década de 1950 já existiam “53 vilas espalhadas por diferentes lugares, nascidas das subdivisões de lotes em pequenos terrenos de baixo preço, formando um padrão periférico de moradia”, com existência de barracos construídos de madeira e cobertos de telhas (ALVES, 2013, p. 95). A primeira delas foi a favela Pito Aceso (Figura 7) que teve seu

início em 1953, quando 15 famílias procedentes de áreas rurais dos estados do Paraná, de Minas Gerais e, principalmente, do Nordeste, se instalaram de maneira irregular nas encostas do Córrego Água Fresca (nas imediações da atual Rua Monte Castelo – em frente ao Colégio Universitário) (FRESCA; POSTALDI, 2008). O fato de as pessoas se instalarem nas encostas do córrego se dá por conta da necessidade de água, uma vez que em terrenos irregulares não existe água encanada e os poços, quando perfurados, muitas vezes não dão conta do abastecimento de todas as famílias ali assentadas.

Por meio das entrevistas, percebemos que o assunto “favela” é uma espécie de tabu entre os moradores antigos de Londrina. Os entrevistados mostram-se incomodados quando interpelados, mantêm-se em silêncio por alguns instantes e depois dizem não poder ajudar. Outros apenas dizem: “É, ouvi falar desse lugar” e pedem para que se passe para o assunto seguinte. Parece se tratar de uma questão perturbadora e vergonhosa para a cidade, da qual seria melhor não falar.

Inicialmente, somente por meio da entrevista oral, o urbanista Rodolpho Horner – um dos entrevistados para os quais foram apresentadas todas as imagens aqui trabalhadas – afirmou não saber muita coisa e achava que por isso não poderia contribuir com essa parte da pesquisa. Porém, quando apresentada a imagem (Figura 7) disse: “Esse lugar não tinha uma ‘fama muito boa’” entre a população londrinense. “Falava-se de uma porção de terra sem leis, onde pessoas de índole duvidosa encontravam guarida. Eu não conheci pessoalmente, pode até ser que isso tudo seja uma injustiça, mas é o que se ouvia dizer”, comenta.

Me lembro que meu pai tinha um empregado, o Alvarinho – por sinal era bom garoto –, que morava aí. Ele era sergipano, veio para Londrina fugido, parece que tinha más atividades lá na terra dele, então veio para cá. Parece que lá nesse Pito Aceso os que chegavam recebiam apoio dos outros moradores e ficavam sabendo de propostas de emprego... essas coisas (HORNER, 2015).

Também no texto *O grilo e a rinha*, escrito por João Antonio, publicado no livro *Oitenta vezes Londrina*, é mencionada a má fama do Pito Aceso e exposta a prática de rinhas de galo clandestinas que aconteciam nos quintais das casinhas da favela.

De acordo com Nelson Gavetti (*apud* MARTINS, 2007, p. 25), para a construção dos barracos das favelas londrinenses da década de 1950, eram utilizados todo o entulho encontrado pelo caminho. As características comuns, em qualquer que fosse, eram o piso de terra batida dotada de “pé direito pouco além da altura de uma pessoa, sem energia

elétrica, sem água potável, sem endereço. Um cômodo servindo de sala, cozinha, quarto [...] tudo em comum”.

Victor Hugo Teixeira Martins (2007) explica que a partir da década de 1960 – época da tomada da figura 7 – ocorreu em Londrina a anexação de áreas de uso rural à cidade, em diversas direções, até porque a cidade crescia descontroladamente e havia necessidade da construção de novos bairros. Este processo ganhou impulso com a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH, “que tinha por finalidade acalmar os ânimos da população urbana, amenizando o problema crônico da habitação nas cidades brasileiras, criando os caminhos para a construção de moradias” (MARTINS, 2007, p. 76). Em Londrina foi criada em 1965, a Companhia de Habitação de Londrina (Cohab-Ld), que passou a tratar das questões habitacionais relacionadas à cidade.

De acordo com Alice Yatiyo Asari e Magda Madalena Tuma (*apud* MARTINS, 2007, p. 91), na gestão do prefeito Dalton Fonseca Paranaguá (1969-1972) houve uma dinamização da Cohab em Londrina, com a construção de diversos conjuntos habitacionais de aproximadamente 100 casas cada um, construídos nos chamados “vazios urbanos”. Esses conjuntos foram utilizados, em alguns casos, para a realocação de famílias assentadas em favelas. Foi o caso do Conjunto Habitacional Pindorama I – localizado onde hoje é a Vila da Fraternidade – que, construído em 1972, acolheu as famílias da favela Pito Aceso¹².

¹² Durante o período destinado à realização da pesquisa, encontramos, por intermédio dos funcionários do museu, um senhor chamado Wilson Marques que conhece um ex-morador do Pito Aceso. Procurado, o senhor Wilson se disponibilizou a intermediar uma conversa entre a autora e este senhor que morava na favela. No entanto, este não aceitou colaborar.

5.3 SERVIÇOS

Figura 8 – "Vista aérea de Londrina vendo-se o Jardim Paraíso"



Fotografia: Oswaldo Leite – 18 dez. 1969

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

De 1960 a 1969, Londrina passou por um período de grande crescimento demográfico, decorrente da desaceleração da cafeicultura – até então considerado o “carro chefe” da agricultura norte paranaense – e do desenvolvimento do processo de modernização da agricultura, iniciado na década anterior. O êxodo rural, resultante dessa nova configuração econômica, trouxe como característica imediata uma espantosa expansão da periferia (CASARIL, 2009, p. 71).

O êxodo rural teve início na década de 1950, quando, por consequência do desenvolvimento tecnológico na agricultura, grande parte da mão de obra trabalhadora foi substituída pelo uso de máquinas e forçada a abandonar o campo. Também muitos pequenos proprietários, por não conseguirem quitar as dívidas com a compra da terra, tendo dificuldades em acompanhar o desenvolvimento, ou para vender a produção, venderam suas terras aos grandes proprietários, já estabelecidos, e migraram para a periferia de Londrina.

De acordo com Alves (2013, p. 57), somadas a esses dois fatos, a seca e “as geadas que castigaram a região de forma consecutiva levaram a substituição da cultura do café por outras, mecanizadas, como a soja e o trigo” e por novas atividades agropecuárias e industriais. Era o fim do “Eldorado cafeeiro”, que empurrava para a cidade uma legião de camponeses sem posses. A população londrinense residente na área urbana saltou de 77.382 pessoas em 1960 para 163.528 em 1970, ao mesmo tempo em que a porcentagem de habitantes da área rural diminuiu de 43% para 28% (JANUZZI, 2005, p. 87). Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL (*apud* MARTINS, 2007, p. 77-78), o deslocamento da população do campo para a cidade está ligado

À estrutura da propriedade da terra, às novas oportunidades de trabalho criadas pela industrialização e pelas formas de sobrevivência no meio urbano, agravando a necessidade de uma estrutura na cidade que pudesse absorver a velocidade desta mudança, seja por emprego e renda ou moradia.

Até que houvesse a criação e adoção de uma política pública que trabalhasse para resolver a demanda crescente por moradia, a população carente que migrou para a cidade, não encontrando oportunidade de emprego, portanto sem condições financeiras de pagar aluguel, na maioria dos casos, migrou para as favelas, ocupações irregulares, fundos de vale e cortiços (MARTINS, 2007, p. 78).

Em 1963, em uma tentativa de organizar a expansão urbana, o poder público local criou uma nova Lei de Zoneamento. Nova porque em 1951 havia sido criada a Lei 133/51 com a finalidade de ordenar o espaço urbano – que dividia a cidade em diversos setores: zonas do comércio, residencial e industrial (BORDIN, 2012). Esta nova lei serviu como base para a criação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) em 1968, quando foram definidas as áreas do zoneamento urbano.

Assim, ficou determinado que as indústrias seriam alocadas em áreas periféricas ao norte da cidade, “nas imediações da BR-369, abandonando as localizações da área central”. Quanto às zonas residenciais, “o plano perpetuou a segregação sócio espacial” – que já vinha sendo seguida desde a Lei 133/51 – destinando as áreas populares à periferia e os espaços com melhores infraestruturas urbanas à população de médio e alto poder aquisitivo (CASARIL, 2009, p. 76). Desta forma, seguindo as diretrizes do PDDU, os primeiros bairros localizados na periferia começaram a ser construídos em terrenos particulares e este é o caso do Jardim Paraíso (Figura 8).

De acordo com Horner (2015) neste período era comum proprietários de terrenos com potencial para habitação, impulsionados pela procura crescente por casas de menor valor, propor à prefeitura o loteamento de seus terrenos. Observando a imagem (Figura 8), Horner explica que o proprietário do terreno preparava

Uma planta topográfica do projeto com os respectivos rumos e distâncias e a apresentava à prefeitura. Aí o urbanista da prefeitura, que na época era eu, desenhava a continuação das ruas – por exemplo, se tivesse uma avenida no conjunto vizinho, eu precisava desenhar na planta do novo loteamento a continuação dela, já com as medidas, tudo certinho – e no verso eu escrevia as obrigações básicas que quem estava loteando deveria cumprir, como a localização e medida dos lotes, meios-fios, galerias e toda a infraestrutura mínima exigida pela Lei de Zoneamento correspondente, tudo isso aqui (aponta para a delimitação dos terrenos da figura 8). No caso do Jardim Paraíso (Figura 8), Lei de Zoneamento de 1963. A partir daí era possível iniciar o loteamento, que seria entregue à prefeitura depois que a infraestrutura estivesse pronta.

Os loteamentos particulares amenizavam o problema de habitação pelo qual a cidade estava passando, mas estavam longe de solucioná-lo. Por isso, no final da década de 1960, começaram a ser construídos, desta vez pela Companhia de Habitação de Londrina (Cohab-Ld)¹³, criada em agosto de 1965 pelo prefeito José Hosken de Novaes (1963-1969), novo conjuntos habitacionais, também voltados às camadas mais carentes da população, localizados de 6 a 7 km de distância do centro da cidade, quando ainda restava dentro do traçado urbano cerca de 60% de lotes vazios. Desta forma, a disposição afastada desses novos bairros além de criar problemas de infraestrutura, possibilitou a valorização dos denominados “vazios urbanos” (CASTELNOU, 2000).

Segundo Denise de Cássia Rossetto Januzzi (2006, p. 167), nos anos 1960, a expansão da cidade avançou

Nos prolongamentos das vias consideradas como principais, com um grande número de loteamentos populares como os jardins Igapó, Piza, Parque das Indústrias, Parque Ouro Branco, jardins Cláudia, Arco-íris e Santa Rosa, ao sul; jardins Ideal, Paulista, Fortaleza, Paraíso e Parque Ouro Verde, ao norte; e jardins Bandeirantes, Sabará, Leonor e Tóquio, a oeste.

¹³ Apesar de ter sido criada em 1965, a Cohab-Ld – que se configurou como um elemento importante nos direcionamentos da expansão urbana da cidade, especialmente em sentido norte – teve sua atuação efetiva somente no final dos anos 1970. Neste período foram construídos diversos conjuntos habitacionais em todas as direções da cidade (BEIDACK; FRESCA, 2011, p. 149).

A exemplo do Jardim Paraíso (Figura 8), construído na zona norte da cidade no ano de 1969, os moradores desses conjuntos habitacionais – construídos tão afastados da região central – eram, na maioria das vezes, trabalhadores assalariados ou temporários, que por morarem em uma região periférica, permaneciam sendo mal assistidos pelo governo local.

De acordo com Alves (2013, p. 96), nos relatórios da prefeitura, “as prioridades de saneamento básico sempre foram para as regiões centrais da cidade”, enquanto nos loteamentos populares, “por ficarem num plano secundário, era comum a falta de limpeza, de energia elétrica, rede de água e esgoto e pavimentação”. Até a década de 1980 seus moradores conservavam, inclusive, hábitos adquiridos em sua vida no campo (produção de hortaliças e criação de pequenos animais) para driblar os baixos salários recebidos.

Figura 9 – "Ponte sobre o Ribeirão Quati, ligando a cidade ao Parque Ouro Verde"



Fotografia: Oswaldo Leite – 06 jan. 1969

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Com a criação dos loteamentos particulares na periferia de Londrina, distantes da região central, foi necessária a ampliação do sistema viário da cidade para

facilitar o acesso dos moradores ao comércio e aos serviços que estavam instalados no centro. Por esta razão, em 6 de janeiro de 1969, estavam sendo realizadas, pelo Departamento de Obras da Prefeitura do Município de Londrina, melhorias na estrada que serve até hoje como ligação entre o centro e o loteamento particular Parque Ouro Verde¹⁴, localizado na periferia ao norte da cidade (Figura 9).

Horner (2015) explica que este tipo de estrada é conhecido como “caminho vicinal”, ou seja, uma estrada sem asfalto destinada a ligar pequenos povoados ou fazendas. A estrada registrada na figura 9 – atual Avenida Winston Churchill – foi projetada, segundo ele, para ligar um espigão ao outro. O urbanista explica que a divisão dos lotes em Londrina, destinados a urbanização, assim como nas demais cidades do norte do Paraná, se iniciava pelos espigões, ou seja, pelos terrenos mais altos. Isto explica o surgimento do Jardim Paraíso (Figura 8), do Parque Ouro Verde e de outros loteamentos em terrenos tão afastados da região central, enquanto existiam espaços vazios nas baixadas mais próximas. A justificativa para isso se dá pelo fato de a região mais baixa ser composta por fundos de vale, ou seja, um terreno impróprio para a construção de moradias.

Este modelo também se repetiu na divisão dos lotes rurais. De acordo com Horner (2015), os terrenos eram divididos sempre com os fundos voltados para o rio. Deste modo, o sitiante teria uma área mais alta, útil para o plantio e uma área de baixada, com acesso à água, quase sempre destinada à pastagem para criação de animais.

A ponte que aparece na imagem (Figura 9) foi projetada pelo engenheiro e arquiteto José Augusto de Queiroz, na baixada após o pontilhão da Avenida Brasília. Inicialmente, por meio da entrevista oral, Queiroz¹⁵ não foi capaz de se recordar do lugar. Mesmo depois de apresentada a fotografia, ele não conseguiu localizar e identificar a ponte retratada, fazendo-se necessário o amparo da legenda da imagem. Então, depois de um instante em silêncio, com os olhos fechados, ele deu início a sua narrativa sobre a imagem, explicando que ela foi projetada, por ele, para facilitar a transposição do Ribeirão Quati. Ali já existia uma ponte de madeira, utilizada pelos sitiantes e carroceiros, mas com o surgimento de

¹⁴ Tentamos encontrar algumas informações adicionais sobre a criação do Parque Ouro Verde, no entanto, na prefeitura fomos informados que os projetos referentes aos loteamentos particulares não se encontram mais no setor de arquivo. Segundo informações obtidas na prefeitura, esses documentos foram enviados para um de seus depósitos. Por se tratar de um loteamento particular, sua história não consta na página da prefeitura na internet. Lá estão somente registrados os conjuntos habitacionais. Também tentamos contato com a associação de moradores, porém, no local onde funcionava esta associação foi construída uma capela mortuária. Já na E. M. David Dequech – que visitamos para a pesquisa da figura 10 – e na Paróquia Nossa Senhora da Glória, não existem registros sobre a história do bairro.

¹⁵ José Augusto Queiroz: engenheiro e arquiteto aposentado do Departamento de Obras da Prefeitura do Município de Londrina. Entrevista oral concedida à autora, na residência do entrevistado, no dia 10 de julho de 2015.

bairros residenciais na zona norte foi necessário substituir a ponte de madeira por uma de concreto, mais resistente.

“Esta ponte existe até hoje”, acrescenta Queiroz. Posteriormente, com a duplicação da Avenida Winston Churchill, esta permaneceu na via de acesso de sentido centro-bairros, enquanto foi construída uma outra – mais elevada – na via de acesso de sentido bairros-centro.

Figura 10 – “Escola Municipal construída pela Prefeitura no Parque Ouro Verde”



Fotografia: Oswaldo Leite – 11 nov. 1966

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Outro desafio enfrentado pela administração pública diante do crescimento desordenado da cidade, no decurso da década de 1960, foi oferecer educação pública para os novos alunos que chegavam à cidade e, com seus familiares, se instalavam nas periferias. Na década de 1960, o número de alunos atendidos pela rede municipal de ensino teve um aumento significativo. Em 1960 eram 4.999 alunos, enquanto na década seguinte este número saltou para 13.002. A falta de vagas nas escolas públicas foi “sem dúvida o maior problema que o ensino em Londrina enfrentou neste período” (CESAR, 1976, p. 1).

Diante disso, a Prefeitura do Município de Londrina se viu obrigada a construir novas escolas – principalmente nos bairros periféricos – e contratar um contingente de professores, a fim de atender a população carente. Uma das escolas que surgiram afastadas do centro para atender à demanda dos novos bairros foi a Escola Municipal do Parque Ouro Verde (Figura 10).

Inicialmente denominada Escola Municipal do Parque Ouro Verde, a instituição foi fundada em 1966, na administração do prefeito José Hosken de Novaes (1963-1969). O terreno, de 2.677,68m², para a construção inicial (Figura 10) – em madeira, com duas salas de aula, uma cantina e um sanitário – foi doado pelos senhores Alinor Elias e Alberto Rosinha, proprietários de vários terrenos na região (E.M. DAVID DEQUECH, 2009, p. 4).

De acordo com o documento de proposta pedagógica da escola, seu funcionamento se deu, efetivamente, em 1967, com os professores Heitor Ronqui e Hatune Sakuma, atendendo 80 alunos divididos em três turmas. No entanto, a demanda por educação não parava de crescer e a construção inicial da “escolinha de bairro” passou a ser insuficiente.

Em 1969 se fez necessária a primeira ampliação. Foram construídas mais quatro salas de aula, sala para administração, uma nova cantina e uma varanda do lado direito do prédio, que abrangia toda sua extensão. A segunda ampliação se deu em 1973, com a construção de mais duas novas alas – uma contendo quatro salas de aula e o setor administrativo e a outra, com seis salas de aula de construção pré-fabricada, que apresentava deficiência de iluminação e ventilação, não oferecendo condições apropriadas para serem utilizadas como salas de aula (E.M. DAVID DEQUECH, 2009, p. 5).

No mesmo ano dessa última reforma, a instituição mudou de nome. Em 24 de novembro de 1973 – pelo Decreto N^o 2.317, de 25 de outubro de 1973 – a escola passou a ser chamada Escola Municipal David Dequech, em homenagem ao pioneiro. O libanês David Dequech chegou a Londrina em 1931, vindo de Mafra (SC). Segundo a historiografia, ele foi o responsável pela construção da primeira casa em madeira beneficiada da cidade, uma vez que até então somente existiam ranchos construídos com troncos de palmito. A família residia nos fundos, enquanto a frente era destinada ao comércio de secos e molhados denominado Casa Central (BONI; UNFRIED; BENATTO, 2013, p. 36).

Considerado um empreendedor dinâmico, foi um dos fundadores da Associação Comercial de Londrina (ACL, hoje ACIL), da qual permaneceu à frente por 18 anos. Dequech faleceu em 1973 – ano em que emprestou o nome para a escola do Parque Ouro Verde – vítima de uma úlcera no duodeno.

Com o crescimento do bairro e o surgimento de vários conjuntos habitacionais nas adjacências, foi necessário buscar novas alternativa para atender a população em idade escolar. Em 1997, de acordo com os registros da escola, para atender as reivindicações da comunidade e oferecer uma nova turma de pré-escola, a casa onde morava o caseiro foi reformada e transformada em mais uma sala de aula.

No dia 24 de julho de 1999 ocorreu uma assembleia – com representantes da Associação de Pais e Mestres (APM), de moradores do bairro, do conselho escolar e da Secretaria de Educação –, na qual foi decidido que seria construído um novo prédio, maior e mais moderno, para abrigar a escola. Mais tarde ficou definido que seria utilizado parte do terreno da praça da Paróquia Nossa Senhora da Glória, próxima à escola. Essa decisão foi tomada

Visto que o terreno do antigo prédio tinha medidas irregulares, e que faria necessária a construção da escola em dois pavimentos, tornando-se inviável para uso da educação infantil e fundamental, não se fazendo necessário o deslocamento dos alunos e dispensas de aulas no período que a escola fosse reconstruída (E.M. DAVID DEQUECH, 2009, p. 6).

De acordo com Suzilaine Passos Duarte¹⁶, o processo de convencimento da comunidade na utilização de parte da praça da igreja para a construção da nova escola não foi nada fácil, pois a população não queria perder um dos poucos espaços de lazer que havia no bairro. Segundo ela, “foi só depois de muita conversa que a comunidade entendeu que isso seria o melhor a fazer e só aí concordaram com a construção”.

Deste modo, a Prefeitura do Município de Londrina, através da Secretaria de Educação, construiu o novo prédio e no mês de junho de 2001, as instalações da escola foram transferidas para o novo endereço. A reinauguração aconteceu no dia 7 de agosto do mesmo ano. Atualmente, a escola atende 720 alunos, divididos em três períodos.

O prédio antigo ainda existe e é possível visualizá-lo do portão de entrada da nova escola. O que resta é a construção em madeira e um dos anexos construídos em alvenaria, fruto da primeira ampliação. O restante – a ala pré-fabricada e a casa do caseiro – foi demolido. De acordo com Duarte (2015), a ala pré-fabricada, além de não ter iluminação e ventilação suficientes, era, inclusive, perigosa, pois “chegava a balançar quando as pessoas andavam nela”. O terreno hoje pertence à Paróquia Nossa Senhora da Glória e as salas são utilizadas para a prestação de serviços sociais à comunidade.

¹⁶ Suzilaine Passos Duarte: diretora auxiliar da E.M. David Dequech, funcionária da escola há 20 anos. Entrevista concedida à autora, nas dependências da E.M. David Dequech, no dia 17 de junho de 2015.

Após a entrevista oral, sem a presença da fotografia que retrata o assunto abordado, Suzilaine observou a imagem (Figura 10), no entanto, não se ateve muito tempo a ela. Sobre a história da construção da escola, ela não entrou em detalhes, somente nos apresentou uma pasta contendo documentos da época da construção. Pudemos observar que a diretora auxiliar, sentiu-se à vontade para falar somente sobre o período e fatos por ela vivenciados, por meio dos quais ela pôde contribuir para a construção da história da escola.

Figura 11 – "Curso de especialização de Professores Municipais"



Fotografia: Oswaldo Leite – 19 jul. 1969

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Além da construção de novas escolas, também havia, a partir do final da década de 1960, a preocupação com a qualidade da educação oferecida. De acordo com Zenite Terezinha Ribas Cesar (1976), a educação municipal em Londrina pode ser dividida em três fases. A primeira pode ser denominada fase de implantação e corresponde ao período que vai desde a fundação de Londrina até o ano de 1949. A segunda, ou fase de estruturação,

abrange do final da década de 1940 até o ano de 1969, e a terceira, chamada fase de consolidação, compreende o período posterior a 1969.

Segundo a autora (1976), a principal característica da fase de implantação era a pressão que a comunidade, que chegava à Londrina para desbravar o sertão, exercia sobre o governo local para a oferta de escolas. Muitos dos que chegavam eram detentores de uma formação cultural diferenciada e não aceitavam a hipótese de seus filhos ficarem fora da sala de aula. Nessa fase – na qual as escolas municipais começaram a ser construídas –, a preocupação era sanar as necessidades imediatas da população, de maneira quantitativa. Não havia tempo para preocupações com a qualidade do ensino e a improvisação era a marca dominante.

Na fase de estruturação, Londrina viu o número habitantes disparar, primeiro pela oferta de trabalho do “Eldorado cafeeiro” e, posteriormente, pelo êxodo rural causado pela desaceleração da cafeicultura e pela mecanização do campo. Nessa época, o governo municipal continuava sendo pressionado pela necessidade urgente de educação, por isso, a principal atitude tomada foi a criação de novas escolas para atender a demanda. No entanto, nesse período outra preocupação começava a surgir. Além da quantidade de escolas, também a qualidade do ensino passou a ser importante. Na terceira fase, a de consolidação, pôde-se perceber uma mudança “completa na estrutura e funcionamento da ação do governo municipal em favor da educação”, na qual não se buscava somente ter mais escolas construídas, mas ter mais escolas de qualidade para todos (CESAR, 1976, p. 18-19). No período da tomada da fotografia (Figura 11) em meados de 1969, a educação municipal estava prestes a passar pela transição da segunda para a terceira fase.

Nesse período, um fato marcante para a melhoria da qualidade da educação foi a adoção de critérios para a contratação de novos professores para a rede municipal. Em 1969 foi realizado o primeiro concurso público – Portaria Municipal Nº 376, de 20 de março de 1969 – com exames aplicados por professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras¹⁷. Na ocasião, se apresentaram, para realizar as provas, 300 candidatos, porém, somente 13 foram aprovados. Segundo a autora, isso evidencia que, sem o concurso muitos dos inscritos reprovados seriam contratados sem as condições mínimas exigidas para a função (CESAR, 1976, p. 102).

¹⁷ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: faculdades estaduais isoladas, criadas em 1958. Essas faculdades, juntamente com a de Direito e a de Medicina, que também funcionavam na cidade, foram fundidas em uma só com a criação da Universidade Estadual de Londrina, em 1970 (CESAR, 1976, p. 42).

Outra marca do esforço do governo local para promover melhorias no corpo docente foi a realização do primeiro curso de aperfeiçoamento para professoras da rede municipal¹⁸ (Figura 11). O curso, que teve duração de quatro meses – julho a novembro – foi ministrado pelo Instituto de Educação de Londrina (IEL) – que teve início de suas atividades em 1945 e atualmente é denominado Instituto de Educação Estadual de Londrina (IEEL) – nas dependências do Instituto Filadélfia. As participantes eram professoras primárias de todos os grupos escolares da cidade, que foram liberadas de suas atividades normais para o aprimoramento da profissão (FOLHA DE LONDRINA, 1969, p. 11).

Figura 12 – "Edifício onde será instalada a Biblioteca Pública Municipal"



Fotografia: Oswaldo Leite – 7 set. 1967

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

¹⁸ Não foi possível encontrar alguém que tivesse participado deste curso, para uma entrevista. Os membros da comunidade *Londrina Memória Viva* (na internet) não puderam ajudar. Entramos, então, em contato com a Secretaria Municipal de Educação, que nos informou que os registros correspondentes à década de 1960 eram feitos manualmente em fichas de papel e atualmente estão armazenados em um depósito da prefeitura. A funcionária responsável pelo setor de Recursos Humanos da prefeitura explicou que para termos acesso a eles, é necessário protocolar um ofício junto ao setor responsável e aguardar por sua liberação. A partir daí um funcionário inicia o processo de busca desses documentos no depósito, o que pode levar meses. Por este motivo, o texto da imagem (Figura 11), se baseia somente em informações pesquisadas em documentos escritos.

Outro reflexo do crescimento da cidade e aumento da população, na década de 1960, foi a necessidade de se encontrar um espaço maior para abrigar a Biblioteca Pública. A Biblioteca Pública Municipal de Londrina foi instalada em 4 de setembro de 1951 pelo prefeito Hugo Cabral (1947-1951), em uma sala no prédio do Paço Municipal, localizado na esquina das ruas Minas Gerais e Santa Catarina, onde hoje funciona a agência Willie Davids do Banco Bradesco. No entanto, com o passar dos anos esse espaço começou a ficar pequeno e teve de ser transferido para um novo endereço.

Em 1968, na administração do prefeito José Hosken de Novaes (1963-1969) a estrutura da biblioteca foi transferida para um sobrado (Figura 12) localizado na Rua Mato Grosso, nº 325, atrás do Paço Municipal, quase em frente à Empresa Elétrica de Londrina Sociedade Anônima (EELSA), que ficava localizada onde hoje existe o Shopping Royal Plaza.

A entrevista realizada para a aplicação do uso da fotografia como disparadora do gatilho da memória – para acrescentar informações às visuais presentes nessa imagem (Figura 12) – foi com a ex-funcionária da Biblioteca Pública, Aglaé de Lima Fierli¹⁹. Aglaé foi um dos entrevistados que antes de começar a discorrer sobre o assunto, por meio da entrevista oral sem a presença da imagem, pediu para ver a fotografia. Somente após observar a imagem, iniciou sua narrativa sobre o assunto retratado.

Segundo ela, no térreo desta casa (Figura 12) havia uma sala onde ficavam os jornais, para leitura e pesquisa, pendurados em um suporte de madeira que parecia uma escada deitada, e as estantes com os livros para empréstimo. “Para emprestar os livros era necessário fazer uma carteirinha para se associar à biblioteca, mas não era necessário pagar nada”. No andar de cima ficava a sala de pesquisa, enquanto nos fundos do prédio existia um espaço para recuperação de livros danificados.

Aglaé, que hoje é funcionária da biblioteca da Universidade Norte do Paraná (Unopar) começou a trabalhar na Biblioteca Pública, retratada na figura 12, em 1969. Ela conta – observando fotografias de seu acervo pessoal, referentes à sua trajetória na biblioteca, com os nomes dos fotografados escritos atrás de cada uma delas, como as imagens de Oswaldo Leite – que o diretor à época era João Diogo Monteiro Filho. Além dele, faziam parte do quadro de funcionários, segundo ela, Deuzimar Farias, Virgílio Tomazetti Júnior (um dos proprietários do Colégio Maxi – que foi quem ensinou o ofício a Aglaé quando ela

¹⁹ Aglaé de Lima Fierli: ex-funcionária da Biblioteca Pública e atual funcionária da biblioteca da Universidade Norte do Paraná (Unopar). Entrevista oral concedida à autora, na residência da entrevistada, no dia 26 de junho de 2015.

começou a trabalhar lá), um primo do prefeito Dalton Fonseca Paranaguá (que ela não se recorda o nome), um jovem chamado José Luiz (que hoje é médico aposentado) e mais duas moças, Maria Isabel Bobroff (hoje professora de inglês) e Eliane Romi (já falecida).

Além do amparo do suporte imagético, Aglaé construiu sua narrativa, também, com base em documentos escritos que ela guarda em sua casa. Quando a memória falseava, principalmente em relação às datas de eventos específicos, era a eles que ela recorria, com satisfação, a fim de não transmitir nenhuma informação imprecisa.

Auxiliada pelas informações contidas nesses documentos, ela conta que em 1970, durante a gestão do prefeito Dalton Fonseca Paranaguá (1969-1973), o espaço destinado à Biblioteca Pública ficou pequeno para a acomodação dos livros e atendimento ao público. Nesse momento, a estrutura foi novamente transferida, desta vez para o antigo prédio da Casa da Criança, na Praça 1º de Maio. A fim de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população, em 1972 foi realizado um concurso para contratar a primeira bibliotecária com o curso de biblioteconomia de Londrina. Tomie Numata foi contratada e permaneceu à frente da biblioteca de 1972 a 1974, quando Lucília de Godoy Garcia Duarte assumiu o cargo, permanecendo na diretoria até 2001.

Em 1974, a biblioteca que até então era chamada apenas de Biblioteca Pública Municipal de Londrina, recebeu o nome de Biblioteca Pública Municipal Professor Viriato Parigot de Souza pelo prefeito José Richa (1973-1977), em homenagem ao ex-governador do estado, falecido em 11 de julho de 1973. Aglaé (2015) conta que na ocasião houve uma espécie de reinauguração da biblioteca, com uma solenidade na qual estavam presentes o filho do ex-governador, Pelágio Parigot de Souza, acompanhado da mãe, dona Helena.

A biblioteca funcionou na Praça 1º de Maio até 1984 quando na ocasião do cinquentenário da cidade – 10 de dezembro –, foi transferida para o prédio do antigo Fórum, na Rua Rio de Janeiro, nº 413, em frente ao Bosque Municipal Marechal Cândido Rondon, onde funciona até hoje.

Figura 13 – "Avenida Faria Lima – construção da ponte"



Fotografia: Oswaldo Leite – década de 1960

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Em decorrência do aumento da população e do crescimento territorial da cidade em todos os sentidos, foi necessária a realização de obras visando a melhoria do sistema viário. Na década de 1960, foi realizada pelo Departamento de Obras da Prefeitura do Município de Londrina o alargamento de uma estrada rural que atualmente é a Avenida Faria Lima (Figura 13), uma das principais vias de acesso à Universidade Estadual de Londrina (UEL). Segundo Queiroz (2015), foi justamente para se tornar uma via de ligação do centro da cidade com a UEL que esta obra, retratada por Oswaldo Leite, estava sendo realizada.

De acordo com Queiroz (2015), antes da instalação da UEL, esta estrada (Figura 13) levava à sede da Fazenda Santana, de propriedade de Olavo Gonzaga de Oliveira. Pelo fato de a imagem (Figura 13) não possuir ponto de referência de fácil identificação, novamente Queiroz precisou amparar sua narrativa tanto na imagem, quanto na legenda. O engenheiro conta que para a formação do cafeeiro da fazenda, o proprietário não derrubou uma única peroba rosa. Plantou o cafezal entre as árvores já existentes, o que fez com que a fazenda ficasse popularmente conhecida como “Perobal”.

Em entrevista ao jornalista Widson Schwartz, da *Folha de Londrina*, publicada na matéria intitulada *Dos cafezais à Universidade*, em 7 de dezembro de 2009, a viúva de Olavo, Clea Mello Gonzaga de Oliveira, contou que desde 1929 quando a família de Olavo chegou do estado de São Paulo para investir em terras na região de Londrina, ele e seu

pai Lizandro Gonzaga de Oliveira decidiram manter as perobas na propriedade por saberem que se tratava de uma árvore de madeira nobre e, portanto, muito valorizada. Este, além da beleza das árvores, foi o motivo pelo qual elas foram preservadas quando da retirada da mata nativa e preparação do terreno para receber os quase 85 mil pés de café.

Posteriormente, com o crescimento e desenvolvimento de Londrina, fez-se necessário pensar em um terreno para abrigar uma universidade, que juntaria as cinco faculdades de ensino superior – Direito, Filosofia, Ciências, Letras e Medicina – já existentes desde o final da década de 1950²⁰. O responsável pela escolha do terreno foi o empresário londrinense Orlando Mayrink Goes, que era secretário da Fazenda do governo Paulo Pimentel (1966-1971).

De acordo com Júlio Rodolfo Roehring (2007), o secretário sobrevoou toda a circunvizinhança da cidade a fim de identificar o melhor local para a instalação da universidade. Depois desse processo, pela avaliação da localização e topografia, a propriedade escolhida para abrigar a estrutura da Universidade Estadual de Londrina foi a Fazenda Perobal.

Em 1967 houve a efetiva transferência do terreno: 46 alqueires no total. Destes, 30 alqueires foram comprados pelo governo do estado e outros 16 foram doados pela família Gonzaga de Oliveira (SCHWARTZ, 2009). Desta forma, em 1968 – provavelmente, segundo Queiroz (2015), época do registro da imagem (Figura 13) – a Faculdade de Medicina já se instalava no local.

O restante da Fazenda Santana foi loteado em 1973, ano de falecimento de Olavo Gonzaga de Oliveira, e deu origem ao Jardim Versalles. No ato do loteamento foram doados terrenos aos colonos que cuidavam dos cafezais da fazenda. Muitos deles se tornaram funcionários da Universidade Estadual de Londrina.

²⁰ As Faculdades de Direito, Filosofia, Ciências e Letras foram criadas em 1958, enquanto a Faculdade de Medicina foi criada em 1967.

Figura 14 – "Avenida Perimetral"



Fotografia: Oswaldo Leite – década de 1960

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Entre as proposições do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), criado em 1968 a fim de ordenar o crescimento de Londrina, estava a esquematização do sistema viário, que “proporcionou a expansão de várias ruas e avenidas da cidade, articulada pelo crescimento físico-territorial” assistido à época (CASARIL, 2009, p. 75).

Com base nas novas diretrizes apresentadas no PDDU, foram realizadas diversas obras para a melhoria do sistema viário, tais como o prolongamento da Avenida Higienópolis – da altura da Avenida Perimetral, atual Juscelino Kubitschek, até o sul do Lago Igapó; a concretização da travessia da via férrea e o aumento das ruas Bahia, Tupi e Manaus; o prolongamento das ruas Tapuias, Chile, Curitiba, Jorge Casoni, Amapá e Manaus; a expansão da Avenida Mello Peixoto até a Tiradentes e a criação da Avenida Arthur Thomas – que se configurou posteriormente como via de ligação ao campus da Universidade Estadual de Londrina, criada em 1971 (CASARIL, 2009, p. 75); além de melhorias e duplicação da Avenida Perimetral (Figura 14).

De acordo com Queiroz (2015), a conhecida Avenida Perimetral recebia o nome de Rua Jacarezinho até ser nomeada Avenida Juscelino Kubitschek, em homenagem ao presidente falecido em 1976. Queiroz explica que em 1951, quando foi feito o primeiro estudo de urbanização de Londrina e criada a Lei Nº 133/51, foi determinado que a Rua Jacarezinho seria a última rua de Londrina. Seria uma espécie de fronteira urbana, que começava na Rua Chile e ia até a Rua Pernambuco. “Dali para baixo era para continuar sendo chácaras”, porém em pouco tempo a cidade rompeu essa fronteira, fazendo-se necessária a melhoria e ampliação desta via.

No início da década de 1960, na gestão do prefeito Milton Ribeiro de Menezes (1959-1963), os engenheiros da prefeitura começaram a realizar os estudos e projetos necessários para a realização da obra de alargamento da rua já existente e a construção de uma nova via (à esquerda da figura 14) para que a duplicação fosse possível. Com os estudos ficou definido que a obra de alargamento passaria sobre o terreno do Cemitério São Pedro, e, por conta disso, seria necessária a transferência de alguns túmulos para outra área dentro do cemitério.

Esta foi a primeira informação dada por Horner (2015) quando observou a imagem. Antes da apresentação da fotografia, o entrevistado não foi capaz de construir uma narrativa consistente, no entanto, com a fotografia nas mãos, o urbanista se recordou que a retirada dos restos mortais das pessoas enterradas naquele trecho ficou por conta das famílias. Como o avô de Horner estava enterrado no terreno que deveria ser desocupado, ele conta que um dia um encarregado da prefeitura chegou em sua casa e avisou do prazo que teriam para desocupar o túmulo para que as obras de melhorias da Avenida Perimetral fossem iniciadas.

Outro entrave era a desapropriação das casas construídas no terreno por onde a avenida deveria passar. Horner (2015) explica que nessa fase – com a administração de José Hosken de Novaes – já estava trabalhando no Departamento de Obras e participou desta etapa da construção. Ele conta que a desapropriação foi feita às duras penas:

Primeiro, nós íamos de casa em casa e tentávamos convencer o proprietário a doar o terreno, porque a melhoria da rua seria um benefício para ele também. Londrina precisava crescer. Alguns tinham boa vontade e doavam sem problemas, outros tiveram de ser indenizados. Em alguns casos o dono doava parte do terreno, mas nós precisávamos desmanchar a casa dele, que era de madeira, e construir novamente nos fundos do terreno. Isso era um problema, porque depois toda vez que desse algum problema na construção o sujeito chamava o engenheiro da prefeitura e nós tínhamos que parar o trabalho para ir lá arrumar.

A partir do momento em que Queiroz entrou em contato com a imagem (Figura 14), novos detalhes se delinearam em sua narrativa. O engenheiro (2015) explicou que no mandato do prefeito José Hosken de Novaes (1963-1969) foi concluída a pista da direita (de quem observa a figura 14), a da esquerda foi concluída no mandato do prefeito Dalton Fonseca Paranaguá (1969-1973), do qual Queiroz foi secretário de Obras. Nesse período também foram construídos os prédios da prefeitura à margem esquerda da nova rua – que existem até hoje e são ocupados por garagens e instalações da Secretaria de Obras e da Acesf – Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina.

Segundo Queiroz (2015), a ligação da Rua Jacarezinho à Rua Antonina – trecho correspondente a atual JK, em frente à Sanepar, foi feita posteriormente. Na obra retratada na figura 14, elas ainda não estavam interligadas. Posteriormente, na gestão do prefeito José Richa (1973-1977) foi feita a duplicação do trecho da Avenida Duque de Caxias até a Avenida Santos Dumont, com a construção dos viadutos de passagem, facilitando o acesso da população ao aeroporto. Até então a única ligação do centro ao aeroporto era a Rua Goiás.

Figura 15 – “Serviço de Iluminação Pública na Avenida Perimetral entre as Ruas Pernambuco e Professor João Cândido”



Fotografia: Oswaldo Leite – 19 jul. 1969

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Após a conclusão da duplicação da Avenida Perimetral (atual Avenida Juscelino Kubitschek), no final da década de 1960 (Figura 14), tornou-se necessária a instalação da iluminação pública nesta via. Na imagem tomada por Oswaldo Leite, em 19 de julho de 1969 (Figura 15), estava sendo realizada a obra de instalação dos postes e lâmpadas, no trecho entre as ruas Pernambuco e Professor João Cândido. De acordo com Queiroz (2015) – que trabalhou no almoxarifado da EELSA quando adolescente –, nesse período os serviços relacionados ao fornecimento de energia elétrica para a população londrinense, era de responsabilidade da Empresa Elétrica de Londrina Sociedade Anônima.

O fornecimento de energia em Londrina teve início em 1933, quando a Companhia de Terras Norte do Paraná instalou precariamente em suas oficinas, localizadas na Rua Maranhão, quadra 18, “um motor Deutz a óleo cru, de 12HP com o gerador equivalente, passando assim a ser inaugurada a luz elétrica” (COUTINHO, 1959, p. 80). No entanto, a potência era suficiente para iluminar somente o escritório da CTNP, as casas dos moradores

mais ilustres, como as do diretor-gerente, mister Arthur Thomas e do diretor técnico, sr. Willie Davids, e as instalações das residências de alguns funcionários.

Como a cidade crescia aceleradamente era necessário um sistema de produção e distribuição de energia elétrica capaz de atender uma parcela maior da população. Em 1936, na administração do prefeito Willie da Fonseca Brabazon Davids (1936-1940), os senhores Gastão de Mesquita Filho e Rolando Davis, ligados à CTNP, conseguiram a concessão para explorar a prestação de serviços “de força e luz elétrica à cidade e município de Londrina” (PARANÁ-NORTE *apud* BONI; UNFRIED; BENATTO, 2013, p. 108) e fundaram a EELSA, cuja sede ficava localizada à Rua Mato Grosso esquina com Santa Catarina, onde hoje está o Shopping Royal Plaza, e tinha como diretor o engenheiro Fernando Barros Pinto (QUEIROZ, 2015).

Uma vez fundada, a EELSA começou a planejar e construir usinas para a geração e fornecimento de energia. A primeira foi a Usina Cambezinho, construída no Ribeirão Cambé (onde hoje é o Parque Municipal Arthur Thomas), inaugurada no dia 8 de fevereiro de 1939. Essa usina, que possuía a capacidade de geração de 200kW de energia – o suficiente para atender uma cidade de cerca de 6 mil habitantes (BONI; UNFRIED; BENATTO, 2013, p. 108) – funcionou durante 28 anos, e era capaz de abastecer metade da cidade de Londrina, a outra metade era abastecida por um grupo de geradores térmicos da EELSA (PARQUE...).

A EELSA construiu mais duas usinas, uma no local conhecido por Três Bocas (onde hoje fica o Parque Ecológico Dr. Daisaku Ikeda, na estrada para o distrito de Maravilha), inaugurada na década de 1940, com capacidade para abastecer uma cidade de 15 mil habitantes, e outra, de maior porte, no Rio Apucarantina, próximo a Tamarana, inaugurada na década de 1950 (BONI; UNFRIED; BENATTO, 2013, p. 108).

Em 1967, a EELSA já contava com a energia gerada pela Usina Apucarantina, fornecendo aproximadamente 9.000kW, o que tornou inviável a manutenção do funcionamento da Usina Cambé, que foi desativada em 10 de outubro de 1967 (PARQUE...). Na década de 1970, a empresa estatal Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) incorporou inúmeras empresas privadas produtoras, além de órgãos municipais fornecedores de energia elétrica. Dentre as incorporações realizadas, encontrava-se a EELSA, incorporada em 1974 (DESTAQUES...).

Com a venda da EELSA, para a Copel, foi excluído do negócio a Usina Cambezinho e os arredores cobertos pela mata nativa. A prefeitura tinha interesse de que a usina e áreas adjacentes lhe fossem doadas. A Companhia Melhoramentos (sucessora da

CTNP) atendeu ao pedido com a condição de que fosse preservado a área coberta de mata. Desta forma, foi criado, em 1975, o Parque Municipal Arthur Thomas, por meio da Lei Nº 2.564, aprovada em 17 de setembro do mesmo ano (PARQUE...).

Figura 16 – "Drenagem e alargamento do Ribeirão Quati e Bom Retiro"



Fotografia: Oswaldo Leite – 11 ago. 1966

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Outra preocupação da Prefeitura do Município de Londrina era a implementação de medidas para a erradicação de doenças parasitárias com as quais a população padecia. Juntamente com a população pobre, que chegou para trabalhar na década de 1950, chegaram algumas doenças parasitárias, até então desconhecidas na região, entre elas a esquistossomose. De acordo com Natacha Regazzini Bianchi Reis (2005), a esquistossomose chegou ao Brasil no século XIX, trazida pelos escravos africanos. O primeiro caso da doença em território nacional, que se tem registro, ocorreu em 1908 no estado da Bahia e logo se espalhou por todas as regiões onde haviam usinas açucareiras, particularmente nos estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas.

Com o processo histórico das migrações internas, a partir dos anos 1920 e 1930, principalmente das famílias nordestinas arrasadas pelas secas, que buscavam melhoria das condições de vida na região Sudeste, houve o surgimento de focos da doença, principalmente nas zonas rurais do estado de São Paulo. Após a década de 1950, a doença, que já era endêmica no Sudeste, começou a se estender para a região Sul, com o surgimento dos primeiros focos de esquistossomose no estado do Paraná (REIS, 2005, p. 8).

Enquanto uma parte dos migrantes chegava a Londrina com dinheiro para se estabelecer como proprietária de terras, outra, de menor poder aquisitivo, chegava somente com o sonho de um futuro melhor. Esta população carente, sem dinheiro suficiente para comprar um terreno, nem mesmo para pagar o aluguel de uma casa e sem emprego, ocupava a periferia urbana.

A aglomeração populacional e consequente instalação de favelas, assentamentos e ocupações irregulares às margens dos rios urbanos, somados à falta de saneamento básico, aumentava notoriamente a disseminação de doenças transmissíveis, pois criava um “cenário ideal de contágio e transmissão” (CARVALHO; ZEQUIM, 2003).

Na década de 1960, época da tomada produzida por Oswaldo Leite (Figura 16), o Departamento de Obras da Prefeitura do Município de Londrina estava realizando uma obra de drenagem e alargamento dos ribeirões urbanos Quati e Bom Retiro, justamente para melhorar a vasão e exterminar os caramujos, hospedeiros temporários da esquistossomose, que lá haviam. De acordo com Horner (2015) o ribeirão urbano retratado na figura 16 é o Quati. No entanto, pela falta de ponto de referência não é possível saber exatamente qual o trecho fotografado.

A iniciativa de sanear esses dois rios, segundo Horner, teve início no mandato do prefeito José Hosken de Novaes (1963-1969) e continuou no mandato seguinte, do prefeito Dalton Fonseca Paranaguá (1969-1973) que era médico sanitарista e foi eleito em 1969 com o lema: “a saúde do povo é a suprema lei”.

Horner era o urbanista responsável pela obra, retratada na figura 16, juntamente com o engenheiro Theóphilo Paranaense Coutinho Gomes. Ao observar na fotografia (Figura 16) a presença de uma marca que se assemelha à marca deixada pelos pneus de uma draga, ele conta que para a realização dessa obra de saneamento foi necessário a contratação de uma draga para que o trabalho fosse mais eficiente. Nessa época, o chefe do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) no Paraná, Omar Sabbag – que havia sido professor de saneamento dos dois na faculdade – veio a Londrina como autoridade para participar de um evento. Horner e Coutinho Gomes não tiveram dúvidas e foram falar

com o antigo professor para tentar um convênio entre a DNOS e a Secretaria de Obras para o envio de uma máquina para facilitar o trabalho que seria desenvolvido.

Quinze dias depois chegou a positiva de Sabbag, dizendo que iria enviar uma draga para Londrina com a condição de que os custos referentes ao combustível fossem cobertos pela prefeitura. Horner conta que “rapidinho o trabalho estava concluído”. A doença, no entanto, não foi totalmente erradicada, mas o urbanista acredita que com as melhorias no saneamento básico ao longo do tempo pode-se dizer que, hoje, ela atinge níveis menos alarmantes.

Figura 17: "Caixa D'água localizada na Avenida Higienópolis"



Fotografia: Oswaldo Leite – Década de 1960

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Devido ao crescimento acelerado da cidade e a multiplicação do número de habitantes, houve a necessidade da ampliação do sistema de captação e distribuição de água para abastecer os bairros mais distantes do centro. O Sistema de Abastecimento de Água (SAA) em Londrina teve início em 1933, implantado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). De acordo com Luiz Alberto Niero (2009, p. 19), a água era captada de

nascentes existentes no Córrego Água Fresca²¹ – que nasce próximo à Rua João XXIII e desagua no Lago Igapó II –, próximas à Rua Alagoas. A água era levada por meio de sistemas hidráulicos até um reservatório instalado entre a Praça Gabriel Martins e a Igreja Matriz (hoje Catedral Metropolitana).

Inicialmente eram abastecidas apenas as casas dos diretores da CTNP, localizadas na região central, próximas ao reservatório. No entanto, com o crescimento da população e número de edificações, foi necessária a ampliação do sistema de captação e abastecimento. Dessa forma, foi instalado outro reservatório, com maior capacidade, ao lado da Igreja Matriz.

Essa manobra da CTNP permitiu que fossem abastecidas cerca de 450 casas, porém, não era todo mundo que aceitava o sistema público de abastecimento, que cobrava pela prestação dos serviços. Alguns moradores continuavam a fazer uso de poços construídos nos quintais, ao lado de fossas que eram abertas no mesmo terreno, sem a menor garantia de qualidade da água que consumiam.

O fornecimento de água à população foi regulamentado em 20 de janeiro de 1937, por meio de Decreto-Lei Municipal assinado pelo prefeito, em exercício, João Wanderley, que substituíra temporariamente Willie Davids. Após a regulamentação, tornou-se obrigatória a ligação dos imóveis à rede de distribuição nas ruas que contavam com a rede pública. A administração do serviço continuava a ser de responsabilidade da CTNP sob supervisão da prefeitura, que somente admitia a falta de água em casos extremos de secas prolongadas, enxurradas ou desastres, caso contrário, caberia à CTNP o pagamento de multa (NIERO, 2009).

À medida que a população crescia era preciso aumentar a capacidade de atendimento do sistema de abastecimento e o tamanho do reservatório de água. No início da década de 1940, o Córrego Água Fresca já não dava mais conta, sozinho, de fornecer água para a cidade, então foi a vez do Córrego Bom Retiro²² – que nasce na Vila Portuguesa e desagua no Ribeirão Quati, próximo à Rodovia Carlos João Strass – começar a ser explorado. Ao mesmo tempo um reservatório maior, de concreto, foi instalado no mesmo lugar onde estava o anterior.

²¹ Atualmente o Córrego Água Fresca percorre seu trajeto até o Lago Igapó II margeado por uma mata ciliar relativamente bem preservada. Sofre, esporadicamente, com despejos de substâncias poluentes que são carregadas para dentro de um dos principais cartões postais da cidade.

²² Atualmente o Córrego Bom Retiro percorre seu trajeto até desaguar no Ribeirão Quati ora por tubulações subterrâneas, ora dentro de canaletas construídas para evitar desbarrancamento, ora ao ar livre. Este, que foi um importante córrego de abastecimento de água para os moradores de Londrina, também sofre com despejo de substâncias poluentes.

Em 1948, o SAA de Londrina era composto por quatro unidades de captação de água (Água Fresca, Bom Retiro, Água das Pedras e Córrego das Pombas) que era encaminhada para a rede de captação e reservatórios localizados, além daquele ao lado da Catedral, na Rua Pio XII esquina com a Avenida Higienópolis, na praça da Rua Quintino Bocaiúva esquina com a Rua Mossoró e outro na Rua Souza Naves, junto à Santa Casa (NIERO, 2009, p. 25).

Após as eleições à prefeitura, na qual Milton Ribeiro de Menezes (1951-1955) assumiu sob o *slogan* “Uma torneira com água em cada casa”, os serviços de captação e abastecimento passaram a ser administrados pela Prefeitura de Londrina e passou a ser denominado de Sistema Autárquico de Saneamento (SAS). Em 1953, teve início a construção do novo SAS de Londrina. De acordo com Theóphilo Paranaense Coutinho Gomes²³, visando a melhoria do abastecimento, teve início, em 1955, a construção de um novo reservatório de água na Avenida Higienópolis (Figura 17), que foi concluído no final de 1959 e operacionalizado no início da década de 60.

Na imagem (Figura 17) aparece a lateral de uma loja chamada *Casa São Caetano*, de propriedade de Nilton Pietraróia. O comerciante Adilson de Biaggi²⁴ explica que a loja de materiais de construção de Pietraróia recebia esse nome por se tratar de uma representante das Cerâmicas São Caetano. Ela ficava localizada na Avenida Paraná, ao lado do Edifício Regina. Em 1982, Nilton Pietraróia resolveu se afastar do mercado de materiais de construção e Adilson assumiu a representação, levando a *Casa São Caetano* para a Avenida Maringá, n.º 733. Neste endereço, o comércio funcionou por 21 anos quando foi transferido para a Avenida Tiradentes, n.º 1236, onde funciona até hoje.

²³ Theóphilo Paranaense Coutinho Gomes: engenheiro aposentado e ex-funcionário do SAS. Entrevista oral concedida à autora, na residência do entrevistado, no dia 25 de setembro de 2015.

²⁴ Adilson de Biaggi. Entrevista concedida à autora, por telefone, no dia 1º de outubro de 2015.

Figura 18 – "Inauguração da Caixa D'água Três Marcos"



Fotografia: Oswaldo Leite – 1960

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

À medida em que a cidade crescia e se expandia territorialmente, e eram instalados novos bairros, cada vez mais distantes do centro, surgia a necessidade de ampliar ainda mais o sistema de abastecimento de água. Deste modo, diversas novas caixas d'água foram construídas pelo SAS na periferia de Londrina (COUTINHO GOMES, 2015).

Este é o caso da caixa d'água Três Marcos (Figura 18), inaugurada pelo prefeito José Hosken de Novaes (1963-1969) – que aparece de terno escuro e gravata no centro da fotografia, identificado por Coutinho Gomes após a apresentação da fotografia a ele. De acordo com Coutinho Gomes (2015), o novo bairro que deveria ser abastecido se localizava em uma região muito distante do reservatório da Higienópolis (Figura 17), que era para onde a água do Ribeirão Cambezinho era recalcada. Em razão da longa distância, a água, que saía do reservatório da Higienópolis, não teria pressão suficiente para chegar até as torneiras das casas desse bairro.

A solução encontrada pelos engenheiros do SAS foi a construção de caixas d'água nos bairros da periferia. Assim, Coutinho Gomes, apontando para a fotografia (Figura

18), explica que a água saía do reservatório Higienópolis, na região central, e caía em uma cisterna construída em baixo da nova caixa d'água, de onde era impulsionada a subir para dentro da caixa com a ajuda de uma bomba hidráulica. De lá, a água seguia para as torneiras da população.

Outro problema eram os encanamentos. Coutinho Gomes (2015) explica que os encanamentos naquela época eram feitos com canos finos (de $\frac{3}{4}$ de polegada), que facilitava a perda de pressão durante o trajeto percorrido pela água até chegar ao reservatório e às torneiras. Era preciso trocar esses canos para melhorar a vasão e, consequentemente, a distribuição de água na cidade.

No entanto, existiam dois agravantes, na opinião do engenheiro. O primeiro é o fato de os prefeitos não gostarem muito de “fazer obras de saneamento”, por se tratar de obras escondidas, “fica enterrado, ninguém vê que foi feita”. O segundo, é que mesmo que a prefeitura quisesse realizar uma obra dessa magnitude, não haveria dinheiro suficiente. Esses seriam os principais motivos pelos quais na gestão de José Richa (1973-1977) foi assinada a Lei N^o. 2.337, em 22 de novembro de 1973, transferindo esses serviços à Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar. Desta forma, a partir de 1974 a operação e a manutenção dos sistemas de captação, tratamento e distribuição, passaram a ser de responsabilidade do estado.

Em relação ao número de centros de reservação existentes atualmente, de acordo com o *relatório de diagnóstico da situação do saneamento*, disponível no *site* da Prefeitura do Município de Londrina, a cidade conta hoje com 14 unidades de distribuição de água tratada: Centro de Reservação Bandeirantes, Santos Dumont, Sul, Ouro Branco, Higienópolis, Maria Lúcia, Norte, Semíramis, Vivi Xavier, Nova Esperança, Boa Vista, Maria Estela, União da Vitória (emergencial sul) e União da Vitória (EET-8). Podemos, desta forma, observar que o Centro de Reservação Três Marcos, retratado na figura 18, não existe mais. Atualmente o Conjunto Três Marcos é abastecido pelo Centro de Reservação Sul, que fica localizado na esquina das avenidas Madre Leônia Milito e Ayrton Senna.

As casas que aparecem na imagem (Figura 18), de acordo com Otacílio Leite²⁵, após alguns instantes observando a fotografia, não são as casas que foram construídas pela Cohab e entregues à população em 1985, cujo registro consta no *site* da Cohab-Ld. Trata-se de algumas casas construídas pela prefeitura no início da década de 1960. Ele comenta que esse foi um dos primeiros bairros construídos fora da porção central de Londrina e se lembra

²⁵ Otacílio Leite. Entrevista oral concedida à autora, na residência do entrevistado, no dia 8 de outubro de 2015.

que o pai, Oswaldo Leite, acompanhava a obra e ia até lá com o prefeito Milton Ribeiro de Menezes (1959-1963). “Era preciso passar por diversos sítios até chegar lá. Era bem longe”.

Em uma pesquisa de campo realizada pela autora, pôde-se observar que na Rua Ângelo Pesarini – no Conjunto Três Marcos – existem algumas casas de madeira idênticas às da figura 18, mesma fachada, mesmo posicionamento de portas e janelas e mesma altura e comprimento de muros. Provavelmente são algumas casas remanescentes dessa época. No entanto, a caixa d’água não existe mais.

Figura 19 – "Avenida Bandeirantes - Hospital Evangélico"



Fotografia: Oswaldo Leite – década de 1960

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

O aumento da população urbana na década de 1960 também exigiu que a cidade ampliasse o atendimento hospitalar. Esse foi um dos motivos que impulsionou a Sociedade Evangélica de Londrina a construir um novo espaço para abrigar o Hospital Evangélico, desta vez na Rua Bandeirantes, no Jardim Londrilar (Figura 19). A Sociedade Evangélica de Londrina nasceu no dia 25 de outubro de 1948, com a função específica de organizar um conselho para a construção imediata de um hospital que pudesse atender evangélicos e pessoas carentes da região, independente da religião a qual seguisse.

De acordo com Teresa Godoy (2008, p. 29) era comum os “irmãos” evangélicos aportarem na casa dos pastores em busca de ajuda em caso de problemas de saúde

na família. Com a promessa de enriquecimento rápido nas terras comercializadas pela CTNP, muitos evangélicos migraram para a região de Londrina em busca de melhores condições de vida e quando precisavam de ajuda na hora em que lhes faltava saúde, se transferiam – às vezes a família toda, para acompanhar o doente – para as casas dos pastores. Nas próprias igrejas já existiam quatinhos para abrigar essas pessoas até que se soubesse o que fazer com elas.

Nessa época, Londrina contava com a Santa Casa (inaugurada em 1944), que oferecia atendimento gratuito àqueles que não podiam pagar. Porém, apesar de a Santa Casa ser um hospital grande para os padrões da época, a demanda já ultrapassava sua capacidade de atendimento.

Outro ponto, este destacado por Hermann Iark Oberdiek (2011, p. 163), era o fato de o funcionamento da instituição depender dos serviços de enfermagem desenvolvidos por membros de uma ordem religiosa católica, que tinha como prática a realização de orações católicas nas dependências do hospital. Por isso, talvez, os evangélicos tenham pensado na construção de algo mais específico, voltado ao atendimento dos “irmãos” sem que houvesse qualquer tipo de restrição.

Para a construção do Hospital Evangélico era preciso que o terreno fosse de fácil acesso à população. A porção urbana de Londrina, no final da década de 1940, somente se estendia até o muro do Cemitério São Pedro. A partir daí quem adquirisse terreno, era responsável, inclusive, por pagar o poste que seria utilizado para a transmissão de energia elétrica e da linha telefônica.

Alguns meses antes da criação oficial da Sociedade Evangélica, o hospital já possuía endereço garantido: um terreno doado pelo presbítero Jairo Andrade. De acordo com João Henrique Steffen²⁶, Jairo era proprietário de vários terrenos na cidade e dispunha-se a oferecer um deles para que o projeto desse o primeiro passo para a concretização. Porém, a localização do terreno não era favorável à construção de um hospital. Era localizado onde hoje se encontra o cruzamento da Rua João XXIII com a Avenida Maringá, por isso o terreno não foi utilizado.

A busca pelo terreno perfeito continuou até que tiveram notícia de que a professora Maria Aparecida Gavete Arioli estava vendendo o terreno que abrigava sua escola de moças, chamada Nossa Senhora do Carmo (na época era chamada escola de normalistas), situada à Rua Pernambuco, quase na esquina com a Rua Alagoas. No terreno havia duas casas

²⁶ João Henrique Steffen: médico, um dos responsáveis pela instalação do Hospital Evangélico em Londrina. Entrevista oral concedida à autora, na residência do entrevistado, no dia 24 de setembro de 2015.

de madeiras, que poderiam servir de instalação para o hospital. A proposta foi feita à professora e o negócio foi fechado (GODOY, 2008).

Com a autorização do prefeito Hugo Cabral (1947-1951), as duas casas passaram a abrigar o hospital, primeiramente com o nome de São Lucas. Isso porque foi transferido para aquele endereço o ambulatório criado em 1947 pela Igreja Metodista para atender os indigentes da cidade, e que funcionava até então na esquina das ruas Rio de Janeiro e Pará. Assim, em outubro de 1950, nascia o hospital sonhado pela Sociedade Evangélica de Londrina, com o médico João Henrique Steffen no comando (STEFFEN, 2015).

No entanto, segundo Godoy (2008, p. 57), com o fluxo de pessoas e com o aumento dos casos graves, foi-se percebendo que era preciso mais que um ambulatório. Em um primeiro momento o ambulatório era bem-vindo, “mas com ele logo chegou a necessidade mostrando muitos casos que mereciam mais cuidado e, portanto, uma internação, pois eram situações que não se resolviam somente com um atendimento clínico”. Era preciso providenciar para o Evangélico pelo menos uma enfermaria, na qual fosse possível acomodar os pacientes mais graves até que fosse possível transferi-los para a Santa Casa.

Uma vez confirmada a necessidade da ampliação, os membros da Sociedade Evangélica novamente se uniram para colocá-la em prática. Dessa forma, em 1951 foi anunciada, no primeiro relatório impresso da instituição, que a enfermaria seria modesta quanto à possibilidade de serviço, pois contaria com sete leitos, no entanto, teria a capacidade de oferecer conforto e higiene àqueles que lá estivessem internados. E aproveitaram para avisar à população que a enfermaria não se destinava somente a quem pudesse pagar, mas

A pessoas necessitadas e sem recursos que, nesta hipótese serão atendidas graciosamente; todavia, pessoas de medianas posses, que não encontrem oportunidade de colocações e tratamento em outras casas de saúde da cidade, poderão ser atendidas também em nosso Hospital, ficando, todavia, responsável pelas próprias despesas (GODOY, 2008, p. 61).

Steffen (2015) explica que nessa época havia os pacientes pagantes e os indigentes – que eram aqueles que não possuíam recursos para pagar pelos serviços de saúde. Neste caso, os que possuíam condições para pagar, pagavam o que podiam, e este dinheiro era suficiente para cobrir os custos do tratamento a eles oferecidos e garantir atendimento aos 30% de pacientes indigentes que eram atendidos gratuitamente.

Segundo o médico, “o número de pacientes atendidos aumentava assustadoramente”. Mesmo com a construção da enfermaria, o espaço ainda era insuficiente

para atender a quantidade de pacientes que batia às portas do Hospital Evangélico todos os dias. Eram necessárias novas ampliações. Em 1956, o hospital passou por sua primeira grande modificação. Na ocasião, foram unidas as duas casas antigas, que havia no terreno, em um único prédio com enfermaria, centro cirúrgico, dependências administrativas e 45 novos quartos. Já a segunda, ocorreu dois anos mais tarde, em 1958, quando foi construído um novo edifício dotado de maternidade e pronto socorro.

Enquanto isso, segundo Godoy (2008, p. 119), Elias César – o responsável por angariar verbas para o funcionamento do hospital – vislumbra algo maior. “Seus planos incluíam ir desmanchando aquele conjunto de prédios construídos até ali e, aos poucos, ir levantando no lugar um hospital moderno, maior e mais capacitado”.

A autora explica que, enquanto Elias César buscava verbas federais, para abastecer as contas do Evangélico, ficou sabendo que a Central Evangélica Alemã estava enviando verbas para instituições em algumas partes do Brasil e do mundo. O auxílio alemão às instituições que atendiam a população carente em países subdesenvolvidos, era uma tentativa da Alemanha de recuperar a imagem desgastada pelas atrocidades cometidas por Hitler na Segunda Guerra Mundial.

A Sociedade Evangélica, liderada por Elias César, se dedicou à organização de um projeto para ser enviado à Central Alemã visando a obtenção de verba para a construção do novo hospital. Após cinco meses a resposta positiva chegou com a condição que a Sociedade Evangélica arcasse com 25% do custo total da construção.

Diante dessa nova configuração, os evangélicos optaram por, ao invés de construir um novo prédio no local onde já estava instalado o hospital, construir um completamente novo em um outro terreno. O terreno que abrigaria a nova construção (Figura 19) era de propriedade do loteador Jan Niedziejko, que concordou inicialmente em doar 70% do terreno, enquanto a Sociedade Evangélica deveria pagar os outros 30%. No entanto, com a “ameaça” de Elias César em não mencionar a doação do terreno, deixando este fato cair no esquecimento, Niedziejko concordou e doou integralmente o terreno, desde que ele nunca fosse vendido, conforme a cláusula do contrato assinado em 5 de março de 1964 (STEFFEN, 2015).

Apesar dos percalços enfrentados, como a falta de verbas para a conclusão da obra – uma vez que o dinheiro destinado pela instituição financiadora não abarcava a construção de uma obra daquele porte – e a renegociação com a Central Alemã para a obtenção de mais dinheiro, sete anos após o início das obras que deram origem às novas instalações, os equipamentos do antigo prédio da Rua Pernambuco foram transferidos pelos

próprios funcionários para as novas instalações e o Hospital Evangélico foi inaugurado em 31 de janeiro de 1971.

Na ocasião, segundo Godoy (2008), na matéria publicada no suplemento especial do jornal *Folha de Londrina* de 31 de janeiro de 1971, intitulada *Uma obra tão grande quanto a fé que a impulsionou*, foi publicada uma fotografia com os carros estacionados sobre o asfalto de acesso ao hospital, que estava “tinindo de novo”. Este fato se explica, pois, segundo José Cláudio Reali²⁷, pois a Avenida Bandeirantes foi aberta em função da construção do hospital. Por isso, podemos observar na fotografia (Figura 19), que o lado da avenida, no qual se encontra as construções do Hospital Evangélico, está em processo de abertura mais adiantado que o outro lado da via. “Antes do início das obras do Evangélico a Avenida Bandeirantes era somente uma picada aberta no meio dos eucaliptos” (REALI, 2015).

Com o passar do tempo, o Hospital Evangélico passou por algumas melhorias, mas continua oferecendo atendimento aos pacientes no mesmo endereço. O antigo prédio, na Rua Pernambuco, passou a abrigar a sede do Hospital Universitário de Londrina entre os anos de 1971 e 1975, quando este foi transferido para as instalações do antigo Sanatório Noel Nutels, no bairro Cervejaria.

Logo após a transferência do HU para as novas dependências, o prédio da Rua Pernambuco foi vendido pela Sociedade Evangélica de Londrina para a Companhia de Habitação de Londrina (Cohab-Ld), que funciona até hoje neste endereço. Com o dinheiro da venda, segundo Steffen (2015) foi adquirido o terreno e construído a Clínica Colina Verde, com o objetivo de desafogar o ambulatório do Hospital Evangélico.

Aqui faz-se importante destacar que não foi obtida nenhuma informação complementar com a utilização da fotografia como gatilho da memória. Por estar acostumado a receber a imprensa e a responder questões a respeito da criação do Hospital Evangélico e por já ter, inclusive, escrito um livro sobre o assunto, percebe-se que Steffen possui uma espécie de roteiro mental pré-concebido, que norteia sua narrativa sem que nada precise lhe ser perguntado. Desta forma, a imagem não complementa seu discurso à medida que não contribui para a rememoração. Steffen somente deu uma olhadela na fotografia (Figura 19) e logo a depositou sobre a mesa, continuando sua narrativa como se nem a tivesse visto.

²⁷ José Cláudio Reali: funcionário do Departamento de Obras da Prefeitura do Município de Londrina. Entrevista oral concedida à autora nas dependências da Prefeitura do Município de Londrina, no dia 19 de maio de 2015.

Figura 20 – "Construção do mercado na Vila Casoni"



Fotografia: Oswaldo Leite – 15 ago. 1963

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Com o objetivo de auxiliar os pequenos produtores rurais da região, possibilitando a eles um local coberto e seguro para a comercialização de seus produtos – ao mesmo tempo em que facilitaria a vida dos moradores de bairros mais distantes, que em uma época de difícil locomoção, conseguiriam adquirir mercadorias em estabelecimentos instalados próximos a suas residências – tiveram início, na administração do prefeito Milton Ribeiro de Menezes (1959-1963), os planos para a construção de mercados municipais em diferentes pontos da cidade (REALI, 2015).

Na década de 1960, a maioria dos comerciantes de alimentos que havia em Londrina trabalhava em feiras livres ou estava instalada na região central e adotava a venda no balcão. Era comum no mesmo estabelecimento serem vendidos alimentos, ferramentas, tecidos e produtos agrícolas. As principais, de acordo com Reali (2015) eram as Casas Fuganti, São Remo, Veríssimo, São Marcos, Dias Martins e Dias Pastorinho – no centro – e, um pouco mais afastada – na esquina das ruas Duque de Caxias e Jacarezinho (atual JK) – a

Casa Viscardi, instalada em 1955 e pioneira na adoção do sistema de autosserviço utilizado atualmente nos supermercados.

O primeiro mercado municipal instalado em Londrina foi o da Vila Casoni (Figura 20). Localizado à Rua Caraíbas, nº 452, foi inaugurado no final de 1963. De acordo com o depoimento de Joel Vieira Gonçalves Sobrinho, um dos primeiros comerciantes a se instalar no barracão e o último a permanecer nele – concedido à Marcelo Souto do *Blog Operário das letras*, publicado em 10 de maio de 2010 –, o mercado da Vila Casoni acompanhou os tempos áureos da cafeicultura. Era movimentado e frequentado pelas autoridades locais da época. Ele conta que os prefeitos José Hosken de Novaes, Dalton Fonseca Paranaguá, José Richa e Wilson Rodrigues Moreira iam “pessoalmente comprar frutas, carnes e verduras, além de verificar o funcionamento (do mercado) e conversar com os correligionários a respeito da política londrinense”.

Na década de 1990, o barracão que abrigou dezenas de comerciantes que vendiam o produto de seu trabalho rural começou a declinar. O motivo, segundo Joel, foi a emigração dos filhos desses produtores, que em sua maioria eram orientais, para o Japão, em busca de melhores condições de vida. No momento em que os filhos abandonaram a lavoura, os pais não conseguiram administrar as propriedades e os boxes no mercado ao mesmo tempo. Desse modo, o mercado começou a esvaziar, até que não houve mais boxes ocupados.

Como citado acima, Joel foi o único a permanecer com seu açougue funcionando naquele mercado, até agosto de 2013, quando foi assassinado em uma tentativa de assalto. Na mesma semana do ocorrido, a família de Joel quebrou o contrato que mantinha com a Companhia Municipal de Habitação (Cohab-Ld) – proprietária do barracão e responsável pelo recolhimento do aluguel pago pelos comerciantes – e deixou o local (COSTA, 2014). O mercado da Vila Casoni permanece fechado desde então. Como não houve mais interessados em ocupar o espaço, a Cohab vendeu o prédio, atualmente em reforma.

Figura 21 – "Mercado Municipal do Jardim Shangri-lá"



Fotografia: Oswaldo Leite – Década de 1960
 Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Outro mercado municipal instalado na cidade foi o Mercado Shangri-lá (Figura 21). A construção do prédio – 3.000m² – foi realizada pela Construtora Veronesi, sob encomenda dos senhores Adelino Boralli e Lucílio de Held, sócios da Imobiliária Ypiranga. De acordo com Schwartz (2004), o prédio foi inaugurado no dia 21 de fevereiro de 1954 e até a metade da década de 1960 serviu a exposições agrícolas e industriais. Inclusive, segundo ele, a primeira Feira da Indústria Brasileira (Fibra) foi realizada neste espaço em 15 de novembro de 1964, e ocupou além do interior do prédio, mais 23 mil m² ao redor.

O mercado, propriamente dito, teve início a partir de 27 de novembro de 1967, quando a Prefeitura do Município de Londrina, sob administração do prefeito José Hosken de Novaes (1963-1969) adquiriu o prédio com o intuito de transformá-lo em mercado municipal. Com isso, o Mercado Municipal Shangri-lá (Figura 21) foi posto em funcionamento no dia 2 de setembro de 1968 (SCHWARTZ, 2004, p. 4B).

De acordo com Antônio Tomio Furuta²⁸, alguns meses antes do Shangri-lá ser aberto aos comerciantes, um grupamento da Polícia Militar foi direcionado a se estabelecer em metade do prédio (metade à direita de quem entra pela porta principal até o final do corredor) e ali permaneceu por 12 anos, até 1980. Ao observar a imagem (Figura 21), o empresário soltou uma gargalhada e completou: “Nossa! Era uma barulheira isso aqui”. Isso porque, segundo ele, todos os dias às 9 horas da manhã a banda da Polícia Militar – retratada na figura 21 – ensaiava. Eram de 2 a 3 horas de ensaios diários. “Não chegava a atrapalhar as vendas, mas incomodava quem trabalhava no mercado”.

Nesse mesmo ano (1968) a família Furuta se estabeleceu no Shangri-lá. A família, originária da zona rural de Assaí, mudou-se para Londrina em 1962 para que os oito filhos (Meire, Luiza, Mário, Antônio, Luiz, Milton, Roberto e Mauro) pudessem estudar. Aqui chegando, o pai, Massaji Furuta, começou a trabalhar em feiras livres até que em 1968, o prefeito Hosken de Novaes adquiriu o prédio e doou um box para cada feirante. Tomio não se lembra dos critérios utilizados para a doação, mas conta que no primeiro ano nada foi cobrado dos feirantes, depois eles começaram a pagar aluguel, como pagam até hoje, para a Cohab, que é o órgão que administra o mercado desde sua inauguração. Furuta (2015) comenta que além de não cobrar nada no primeiro ano de ocupação dos boxes, o prefeito “vinha praticamente todo dia comprar alguma coisa do pessoal para que eles conseguissem alavancar o negócio. Ele ajudava mesmo, ele queria que a coisa desse certo”.

Desde 1994, a manutenção do prédio é feita pela Associação dos Permissionários do Mercado Municipal Shangri-lá, da qual Antônio Tomio Furuta é o atual presidente. Ele conta que cada permissionário cuida da manutenção de seu espaço, mas a manutenção geral – limpeza, reparos e manutenção elétrica, por exemplo – é feita pela Associação.

Em 2010, na administração do prefeito Homero Barbosa Neto (2009-2012), por meio da Lei Municipal Nº 10.965, de 22 de julho de 2010, foi realizado o tombamento histórico dos prédios que abrigam os mercados municipais de Londrina. Além do Mercado Municipal Shangri-lá (Figura 21) – localizado entre a Avenida Pandiá Calógeras e a Rua Visconde de Mauá – foram tombados e estão em funcionamento o Mercado Municipal Quebec – entre as ruas Humaitá, Raja Gabaglia e Virgínia – e o Mercado Guanabara – entre a Avenida Higienópolis e as ruas Assunção e Valparaíso.

²⁸ Antônio Tomio Furuta: filho de um dos primeiros comerciantes a se instalar no Mercado Shangri-lá e proprietário do Supermercado Furuta. Entrevista oral concedida à autora, nas dependências do Mercado Municipal Shangri-lá, no dia 6 de outubro de 2015.

Também em 2010, ficou estipulado que a cada cinco anos será aberta licitação para a ocupação dos boxes dos mercados. Esta foi uma determinação polêmica que, até hoje, divide opiniões. De um lado, os interessados em se estabelecer nos mercados municipais aprovam a determinação da prefeitura, de outro, os comerciantes que ocupam os boxes dos mercados municipais há bastante tempo são contra, pois acreditam que mais que um comércio, os boxes dos mercados municipais fazem parte da tradição do lugar e com a licitação os comerciantes antigos correm o risco de serem deslocados.

Antônio Furuta (2015) comenta que a licitação começa com um valor inicial e aquele que oferecer um centavo a mais do que o comerciante que já está ali, ganha e ocupa o lugar, enquanto o antigo tem de encontrar um novo endereço para abrir seu negócio. Ele comenta também, que no Shangri-lá tem acontecido de novos ocupantes não conseguirem manter o negócio e fechar as portas:

Teve umas pessoas que perderam o box e as pessoas que ganharam não conseguiram tocar. Já entrou vários... entra, investe um dinheiro e perde. Tiram pessoas que já estão aqui há anos e colocam outras sem experiência, que não conseguem manter o negócio. Porque as pessoas pensam que a gente ganha um rio de dinheiro, mas não vê os tombos, o tanto que a gente trabalha e o tempo que a gente está aqui também, né!?. Nós, por exemplo, estamos aqui há quase 50 anos, já temos uma freguesia conquistada.

A próxima licitação, segundo Furuta (2015), será em fevereiro de 2016. Ele conta que na primeira, eles – que além do supermercado, são proprietários de uma padaria e uma casa de carnes no Shangri-lá – haviam perdido o direito ao espaço da casa de carnes. “Aí como nós temos a casa aqui do lado, nós reformamos, fizemos tudo, mas aí nós lutamos, lutamos e conseguimos permanecer no local. Na próxima, vamos ver o que vai acontecer”.

Não conseguimos precisar o ano da tomada da imagem (Figura 21). Porém, pudemos concluir que o registro se deu entre 1969 e 1973, pois foram identificadas pelo engenheiro Theóphilo Paranaense Coutinho Gomes, após observação da fotografia, três autoridades presentes na imagem: o prefeito Dalton Paranaguá (número 1), o vice Vitor Pimenta Cunha (número 2) e o deputado João Olivir Gabardo (número 3)²⁹.

²⁹ As autoridades retratadas na fotografia (Figura 21) foram identificadas pelo ex-engenheiro da Prefeitura do Município de Londrina, Theóphilo Paranaense Coutinho Gomes em entrevista oral concedida à autora, na residência do entrevistado, no dia 25 de setembro de 2015.

Figura 22 – "Vila Operária"

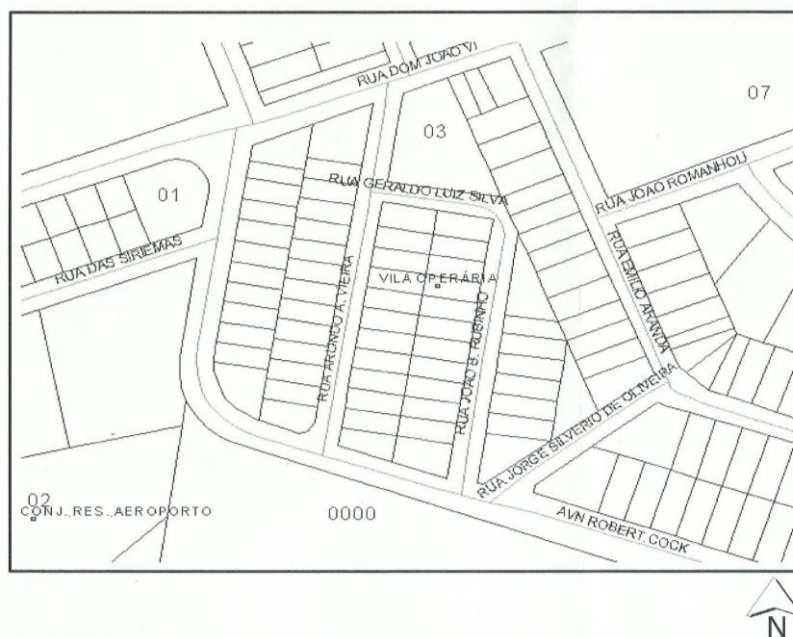


Fotografia: Oswaldo Leite – 1966

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Mediante a quantidade de trabalhadores empregados pela Prefeitura do Município de Londrina na década de 1960, o prefeito José Hosken de Novaes (1963-1969) decidiu construir uma vila cujas casas seriam financiadas a trabalhadores municipais que não possuísem casa própria. Portanto, em 1966 foi dado início às construções da Vila Operária (Figura 22), com 24 casas, em um terreno da Cohab, localizado entre a Avenida Robert Koch e as ruas Dom João VI e Arlindo Antônio Viera, conforme ilustrado pelo mapa, figura 22a.

Figura 22a: Mapa da Vila Operária



Fonte: Setor de Arquivo da Prefeitura do Município de Londrina

Coutinho Gomes (2015) comenta que nessa época havia um grande contingente de funcionários da prefeitura, pois não havia serviços terceirizados. Todas as funções eram desempenhadas por trabalhadores contratados pela instituição.

Para você ter uma ideia de como as coisas funcionavam, a prefeitura tinha marcenaria própria – onde hoje é aquele parque da Vila Portuguesa – e pessoas trabalhando, extensivamente, nela. E todas as carteiras de escola, armários, mesas... tudo que precisasse era feito nesta marcenaria. E assim era em outras áreas também. A prefeitura tinha mecânicos que cuidavam da manutenção dos carros e maquinários, entre outras coisas.

De acordo com Queiroz (2015), o presidente da comissão responsável pela construção da Vila Operária foi o construtor Otávio Pedriali. Este bairro foi um precursor dos bairros criados pela Cohab a partir do final da década de 1960. Os terrenos foram parcelados para que os trabalhadores pagassem prestações mensais à prefeitura. O engenheiro Theóphilo Paranaense Coutinho Gomes (2015) pediu para ver a imagem antes de começar a falar, pois afirmou não se lembrar qual era “essa tal vila operária”. Depois de ter seu pedido atendido, ele contou que trabalhava no Departamento de Obras – responsável por essa construção – nessa época, e ia até lá de vez em quando, juntamente com o prefeito, para fiscalizar a execução. Segundo ele, o prefeito José Hosken de Novaes fazia questão de acompanhar

pessoalmente as obras que estavam sendo realizadas pela prefeitura. Isso explica sua presença em algumas das fotografias tomadas por Oswaldo Leite.

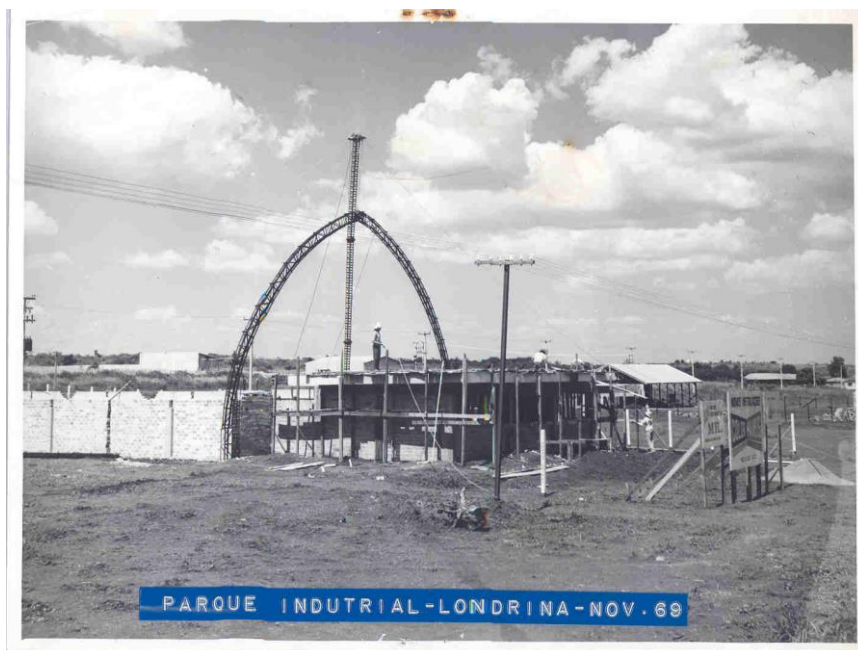
Porém, essa não foi a primeira iniciativa da Prefeitura do Município de Londrina para facilitar a aquisição da casa própria por parte de seus servidores. Segundo Otacílio Leite (2015), em 1962, o prefeito Milton Ribeiro de Menezes recebeu em doação, do sr. Lucílio de Held, o terreno referente ao atual bairro Shangri-lá B – com 33 datas – para que os terrenos fossem repassados gratuitamente aos trabalhadores mais antigos da prefeitura. No entanto, o prefeito, preocupado com a confusão que este repasse poderia causar entre os funcionários, decidiu vender os terrenos a eles, com valores abaixo do mercado e condições facilitadas de pagamento.

Otacílio Leite (2015) explica que foram priorizados os funcionários com mais tempo de serviço e que não possuísem propriedades. O valor era pago parcelado e descontado em folha de pagamento. Após a liberação do terreno, o comprador teria um prazo máximo de dois anos para a construção. Se não construísse nesse período, perderia o direito ao terreno, que seria repassado a outro servidor. Nessa época, Oswaldo Leite – pai de Otacílio – adquiriu um terreno localizado na Rua Ciro da Rocha Leite.

Dona Marina Delai Leite³⁰, esposa de Otacílio, comenta que o sogro construiu a casa e a alugou durante um ano. Em 1964, ela e Otacílio se casaram e foram morar lá. Ela comenta que o bairro era o último de Londrina, para baixo da linha do trem. Do lado de cima da ferrovia era o Jardim Shangri-lá A, onde fica o Mercado Municipal (Figura 21), que era o “endereço dos ricos”. Já os terrenos do Shangri-lá B “não deslanchavam, foram colocados à venda e não houve procura por parte dos compradores, porque era no meio do mato. Por isso o de Held resolveu doar para a prefeitura”.

³⁰ Marina Delai Leite. Entrevista oral concedida à autora, na residência da entrevistada, no dia 8 de outubro de 2015.

Figura 23 – "Parque Industrial"



Fotografia: Oswaldo Leite – nov. 1969

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Outra característica que marcou Londrina na década de 1960 foi o desenvolvimento industrial. O crescimento da densidade demográfica da cidade, nesse período, refletiu no aumento de consumo de bens industrializados, primeiramente vindos de São Paulo. Como consequência do crescimento da demanda por estes bens, houve uma acelerada implantação de indústrias na região, voltadas a atender a necessidade do mercado interno e vislumbrando o externo (BLUM, 2006, p. 50).

De acordo com Pedro Augusto Viera Bordin (2012), o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), de 1968 – que definia as áreas do zoneamento urbano a fim de organizar a expansão pela qual Londrina estava passando –, determinava que as indústrias fossem alocadas nas áreas periféricas, ao norte do centro da cidade, nas imediações da BR-369. Desta forma, em 1969, no início da administração do prefeito Dalton Fonseca Paranaguá (1969-1973) foi destinada uma área às margens da BR-369 para a concentração dessas indústrias, atualmente conhecida como Parque das Indústrias Leves (Figura 23).

O urbanista Rodolpho Horner, da prefeitura, foi o responsável pelo projeto do Parque das Indústrias. Sem o auxílio da imagem – aliás, sobre esse assunto específico não houve informações complementares, por parte do entrevistado, depois da apresentação da fotografia – ele conta que o terreno era de propriedade do sr. Waldomiro Gross – também

proprietário de uma casa de produtos agropecuários no centro da cidade. Gross estava passando por dificuldades financeiras e como o terreno que ele estava vendendo era plano, a Cohab resolveu comprá-lo para construir casas populares, ainda no governo José Hosken de Novaes (1963-1969). No entanto, depois de comprado, os dirigentes da Cohab se deram conta de que um terreno ao lado de uma rodovia não seria muito apropriado à construção de residências, motivo pelo qual o lote ficou parado por anos.

Segundo Horner, em 1969, quando Dalton Fonseca Paranaguá assumiu a prefeitura, a cidade começava a despertar para a industrialização e, ao mesmo tempo, havia a necessidade de se aplicar a nova lei de zoneamento de forma mais rigorosa. “Aí nós tínhamos um problema”:

Vamos pegar como exemplo um marceneiro. Ele pega uma encomenda de 100 cadeiras e aí para aproveitar o serviço, e ganhar o freguês, ele precisa trabalhar até tarde da noite e o barulho perturba a vizinhança. Aí vem a lei e diz que ele não pode trabalhar ali, por se tratar de uma área residencial. Mas ele não tem dinheiro para comprar outro terreno e construir um novo barracão, onde a lei de zoneamento manda. Então nós tínhamos que aplicar a lei sem prejudicar este marceneiro que era um empreendedor que estava nascendo (HORNER, 2015).

Desta forma, começaram a procurar um terreno para que pudesse abrigar as indústrias que precisavam deixar o centro e também as novas que estavam buscando espaço para se instalar.

Um dia o Léo de Judá Barbosa, que era um arquiteto mineiro excelente, me procurou e disse que o Paranaguá estava pensando em dar uma ajuda para o pessoal da indústria e me perguntou se eu sabia de algum terreno que ele poderia utilizar para isso. Eu indiquei este aqui (Figura 23) e avisei que era da Cohab. Então a prefeitura foi atrás dos trâmites para passar o terreno da Cohab para ela. Eu fiz um projetinho, que foi aprovado na hora e tudo funcionou às mil maravilhas (HORNER, 2015).

Os terrenos, de acordo com Horner, foram oferecidos aos industriais com condições facilitadas e logo começaram a ser ocupados. De acordo com José Jarbas Gomes da Silva³¹, proprietário da indústria em construção retratada na figura 23 – Color Painéis –, além das condições facilitadas e de carência para o início dos pagamentos, os empresários receberam da prefeitura alguns incentivos iniciais de infraestrutura, como saneamento, terraplanagem, instalação de energia elétrica e rede telefônica.

³¹ José Jarbas Gomes da Silva: empresário, proprietário da indústria Color Painéis. Entrevista oral concedida à autora, nas dependências da empresa Color Painéis, no dia 5 de outubro de 2015.

Segundo José Jarbas, a Color Painéis foi idealizada pelo seu pai, José Gomes da Silva e implantada inicialmente em Maringá. A notícia da construção do Parque das Indústrias chegou até ele por intermédio de amigos residentes em Londrina. “Inclusive, um grande amigo e incentivador para virmos para cá, foi o Sr. Pedro Lopes, da Scania. Um dia ele chegou para o meu pai e disse: ‘Oh, seu Zé, vem para cá que aqui tem um negócio bom, o Parque Industrial vai ser muito atrativo’, e acabou convencendo meu pai”.

Então, o sr. José Gomes adquiriu o terreno da prefeitura e iniciou a construção das novas instalações de sua empresa. José Jarbas (2015) conta que a Color Painéis foi transferida para Londrina assim que o barracão ficou pronto, em dezembro de 1970. A empresa de Maringá foi desativada nessa mesma época.

José Jarbas conseguiu transmitir todas as informações sobre a Color Painéis sem o auxílio do suporte imagético. Porém, quando o proprietário da empresa observou a imagem de Oswaldo Leite (Figura 23), não pôde disfarçar sua felicidade. Depois de um tempo sorrindo em silêncio soltou um: “Nossa! Nós não temos esta imagem aqui” e chamou: “Filha venha ver como era nossa *logo*, acho que você ainda não conhece ela... Nossa! Eu nem me lembrava mais”.

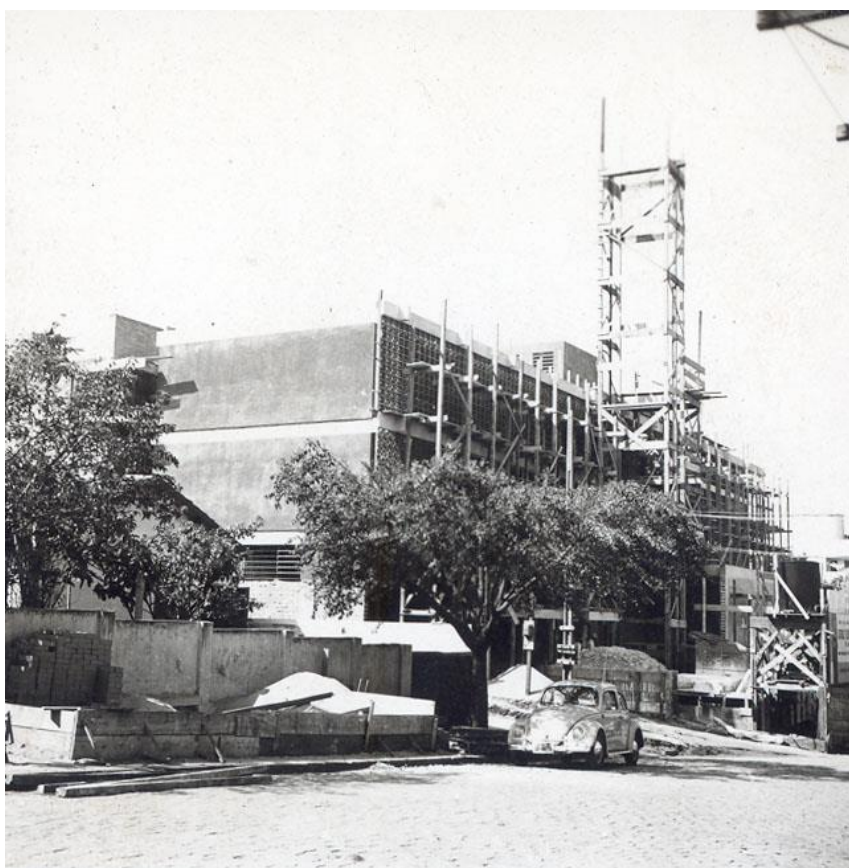
A empresa, atualmente, administrada por José Jarbas, funciona até hoje no mesmo endereço – Rua Amélia Riskallah Abib Tauil, nº 103, paralela à BR-369. De 1970 para cá, ela passou por pequenas transformações, mas a estrutura é a mesma construída no período retratado na figura 23. Na imagem é possível perceber o início da construção de algumas outras empresas. José Jarbas conta que, quando eles chegaram, somente a Pepilon já estava instalada.

Em 2009 foi criada pela iniciativa do empresário Ary Sudan, sócio proprietário da empresa Rondopar Energia Acumulada Ltda., a Associação das Empresas do Parque das Industrias Leves (AEPIL), com o objetivo de “estabelecer sólidos relacionamentos entre empresas de uma mesma região” (www.aepil.com.br). De acordo com Bárbara Garcia Cid Silva³², filha de José Jarbas, a AEPIL, recolhe uma mensalidade de seus associados – 40 das 72 empresas instaladas –, faz o monitoramento do bairro, distribui informativos sobre acontecimentos importantes e promove ações de melhorias na infraestrutura do Parque. José Jarbas (2015) conta que com o dinheiro arrecadado pela AEPIL, e o auxílio da prefeitura, foi possível o recapeamento de algumas ruas que estavam deterioradas. O dinheiro do recape era da Associação e o maquinário foi cedido pela prefeitura.

³² Bárbara Garcia Cid Silva. Entrevista oral concedida à autora, nas dependências da empresa Color Painéis, no dia 5 de outubro de 2015.

Horner (2015) comenta que a ideia da montagem de parques industriais em Londrina deu tão certo que posteriormente, já na década de 1970, no governo do prefeito José Richa (1973-1977) foi construído o Parque Industrial Horácio Sabino Coimbra, no local onde está localizada, desde 1959, a Cia. Cacique de Café Solúvel.

Figura 24 – “Sercomtel”



Fotografia: Oswaldo Leite – 24 ago. 1967

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Como, nos anos de 1960, a cidade crescia e se desenvolvia aceleradamente, a população aumentava e as indústrias estavam se instalando, era hora de melhorar o serviço de telefonia que vinha sendo oferecido até então. Pensando nisso, em 1966 foi criado o Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina – Sercomtel (Figura 24).

De acordo com Mário Jorge de Oliveira Tavares³³, o primeiro passo em direção à instalação de telefones em Londrina foi dado em 1932, dois anos antes da criação do

³³ Mário Jorge de Oliveira Tavares: funcionário aposentado da Sercomtel. Entrevista oral concedida à autora, na residência do entrevistado, no dia 6 de outubro de 2015.

município, por intermédio do engenheiro e diretor técnico da CTNP, Willie da Fonseca Brabazon Davids. Segundo ele, nessa época foi estendida a linha telefônica pioneira até o Hotel Campestre – uma das primeiras edificações de Londrina. Posteriormente, com a construção do escritório da CTNP, na esquina das atuais ruas Maranhão e Minas Gerais – onde atualmente está localizado o Cine Teatro Ouro Verde – esta única linha telefônica foi transferida para lá.

Em 1945, após o final da Segunda Guerra Mundial, o município havia se desenvolvido mais do que poderiam esperar os pioneiros quando lançaram as bases do que viria a ser Londrina. Portanto, a falta de estradas para fazer a ligação de Londrina com os grandes centros e a cafeicultura crescente mostrava a necessidade de contatos mais garantidos com o mercado consumidor, desta forma o telefone passou a se fazer necessário.

Nesse mesmo ano (1945), de acordo com Estélio Esher Feldman (1998, p. 13), a Sociedade Anônima Companhia Paranaense (CTP) – subsidiária no Brasil da *Telephone and Telegraph Corporation* (ITT) – efetuou um levantamento em Londrina e constatou que existiam 450 pessoas interessadas em adquirir um telefone. Foi realizado, então, um contrato desta empresa com a prefeitura em 5 de dezembro de 1945. Porém, somente em 31 de julho de 1947 foi instalada a primeira central londrinense de comutação, na Alameda Manoel Ribas, que substituiu a central que funcionava, até então, provisoriamente no prédio do escritório da Companhia de Terras Norte do Paraná. O sistema era manual e funcionava à bateria, com capacidade para mil telefones. Na ocasião da instalação da central foram ativados 578 aparelhos.

Dez anos mais tarde (1957) os mil terminais já estavam esgotados, então a Companhia Telefônica Nacional – que conseguiu a concessão do serviço junto à prefeitura – ampliou a central telefônica em mais 1.300 terminais. Os telefones eram semiautomáticos, ou seja, os aparelhos não possuíam sistema de discagem (disco). Quando precisavam realizar uma ligação, as pessoas retiravam o telefone do gancho e passavam o número a uma telefonista, da central, que completava a ligação (FELDMAN, 1998).

Com o avançar da década de 1950, período em que a cafeicultura na região tomou proporções sem precedentes, a demanda por uma linha telefônica cresceu ainda mais, tornando o serviço oferecido insuficiente. Em 1963 venceu o contrato firmado entre a Prefeitura do Município de Londrina e a CTN, e não havia muito interesse de renovação, o que, segundo Feldman (1998, p. 15), provocou a necessidade de uma reflexão das autoridades londrinenses sobre o assunto. Em 1964, haviam apenas 2.954 telefones semiautomáticos em

funcionamento, em uma cidade com quase 80.000 habitantes. Nessa época, conseguir um telefone era difícil e caro.

Em 1964, a fim de solucionar o problema da telefonia londrinense o prefeito José Hosken de Novaes – temeroso com os prejuízos que uma concessão a terceiros, em uma época em que Londrina encontrava-se em franca expansão econômica e territorial – submeteu à Câmara de Vereadores o projeto para a criação do Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina – Sercomtel, como um departamento da prefeitura (TAVARES, 2003, p. 21). O projeto foi aprovado em outubro de 1964 e tornou-se Lei N^o 934. No entanto, em 1^o de janeiro de 1966, a Lei N^o 1.058 converteu a Sercomtel em Autarquia Municipal (FELDMAN, 1998).

Para a construção da Sercomtel (Figura 24) foi escolhido um terreno no centro da cidade (Rua Professor João Cândido, quase esquina com a Rua Piauí), que pertencia à S/A White Martins e foi desapropriado com posterior pagamento de indenização. O projeto arquitetônico foi assinado pelo arquiteto londrinense Carlos Sérgio Fontoura Bopp e construído pela empresa Construtora Nacional S/A, do Rio de Janeiro. O desenho da estrutura do prédio foi feito pelo então desenhista e funcionário de Bopp, Mário Jorge de Oliveira Tavares (TAVARES, 2015).

O projeto final da rede de cabos e a sua construção foi realizada pela empresa Lacaze & Pizão Ltda., de São Paulo. Os equipamentos de comunicação foram fornecidos, mediante licitação, pela Standard Elétrica S/A (SESA), do Rio de Janeiro, enquanto o acompanhamento do desenvolvimento das obras ficou a cargo do engenheiro da prefeitura Osmar Bergonse (FELDMAN, 1998).

Enquanto as construções não ficavam prontas, a Sercomtel funcionava em uma ala do antigo prédio da prefeitura, onde funciona hoje o Banco Bradesco, na esquina das ruas Minas Gerais e Santa Catarina. Em 6 de junho de 1968 o novo prédio construído para abrigar a promessa de solução para a telefonia londrinense foi inaugurado. Desde 18 de dezembro de 1995, por meio da Lei Municipal N^o 6.419, trata-se de uma empresa de capital aberto, sob o controle acionário do Município de Londrina (FELDMAN, 1998). A sede da Sercomtel funciona até hoje no mesmo endereço, com modificações impostas tanto pelo crescimento da demanda por serviços, quanto pelo crescimento no número de serviços oferecidos pela empresa (internet e celular).

Assim como Steffen, entrevistado para a contextualização da figura 19, a utilização da metodologia da fotografia como disparadora do gatilho da memória na entrevista com o ex-funcionário da Sercomtel, Mário Jorge de Oliveira Tavares, não trouxe informações complementares ao que foi dito por meio da entrevista oral sem o auxílio da imagem. Isto

porque, assim como Steffen, Tavares também está acostumado a falar sobre o assunto e tem um livro publicado, que, inclusive, foi aqui utilizado como referência bibliográfica. Tavares, por vezes, no meio da entrevista, se valeu de informações escritas por ele, em seu livro, para responder uma ou outra questão levantada.

Figura 25 – "Inauguração do Cemitério localizado no Jardim Ideal"



Fotografia: Oswaldo Leite – 31 dez. 1968

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Em decorrência da expansão territorial, e do aumento da população, vivida por Londrina na década de 1960, houve a necessidade de construção de novos cemitérios em terrenos afastados do centro para atender à população da periferia. Este foi o caso do Cemitério Padre Anchieta (Figura 25), inaugurado pela Prefeitura do Município de Londrina, em 31 de dezembro de 1968 – na Rua Rutilo, nº 200, no Jardim Ideal – com a presença do Arcebispo Dom Geraldo Fernandes (número 1) e do prefeito José Hosken de Novaes (1963-1969) (número 2), identificados por Theóphilo Paranaense Coutinho Gomes, logo que ele colocou os olhos na imagem.

O responsável pela obra foi o arquiteto e urbanista Hirak Ohara, ainda hoje funcionário do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL). De acordo com Ohara³⁴, o projeto do Cemitério Padre Anchieta foi baseado no projeto elaborado pelo engenheiro Luiz César para a construção do Cemitério João XXIII. Ele explica que foi utilizado o projeto como base e feitas adaptações ao terreno disponível no Jardim Ideal.

Posteriormente, segundo Coutinho Gomes (2015), foram necessárias algumas alterações no sistema de galerias pluviais do terreno, pois uma chuva torrencial provocou enxurradas fortes que destruíram sepulturas e desenterraram alguns caixões, causando transtorno e indignação das famílias. Coutinho Gomes e Rodolpho Horner foram os responsáveis pelas obras de melhoria do Padre Anchieta. Ao observar a imagem (Figura 25), Coutinho Gomes disse sorrindo: “Foi um problema isso aqui”.

Nesse período já estavam em funcionamento dois cemitérios públicos mantidos pela prefeitura – o São Pedro, o primeiro a ser fundado, em 1932, na Rua Alagoas, nº 825, no centro; e o João XXIII, fundado em 1964, na Avenida da Saudade, nº 135, no Jardim Higienópolis – e um cemitério particular, mantido pela Sociedade Evangélica de Londrina, o Parque das Oliveiras, fundado em 1965, na Avenida do Café, nº 225, no Conjunto do Café.

Em 1977, por meio da Lei Municipal Nº 2.837, de 1º de janeiro de 1977, foi criada a Acesf – Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina, com o intuito de municipalizar o serviço funerário e extinguir as empresas funerárias particulares. De acordo com informações disponíveis no *site* da prefeitura (www2.londrina.pr.gov.br), a municipalização dos serviços funerários não somente resolveu o problema da “comercialização da morte”, como ocorria antes de sua criação, como tem sido modelo para outros municípios brasileiros. A Acesf atua até hoje como prestadora de serviços funerários no município.

Na década de 1980 foram construídos mais três cemitérios em Londrina. O Jardim da Saudade – fundado em 1984, na Avenida Saul Elkind, nº 2805, no Conjunto Vivi Xavier, na Zona Norte –, o São Paulo – fundado em 1989, na Avenida do Café, nº 385, no Bairro Aeroporto –, ambos públicos, e o Cemitério Islâmico, particular, mantido pela Mesquita Rei Faïçal, fundado também em 1989, na Avenida do Café, nº 440, ao lado do Cemitério São Paulo. Em 2011, foi construído o Cemitério Parque das Allamandas, na Rua Joanna Rodrigues Jondral, nº 155, próximo ao Parque de Exposições Governador Ney Braga.

³⁴ Hirak Ohara. Entrevista concedida à autora, por telefone, no dia 18 de junho de 2015.

Atualmente, além dos cemitérios acima citados, localizados na porção urbana, e dos cemitérios distritais (Lerrovile, Guaravera, Paiquerê, Irerê, São Luiz, Maravilha, Heimtal e Warta), Londrina conta ainda com dois crematórios particulares: o Crematorium Londrina, no distrito da Warta, e o Parque das Allamandas, nas dependências do cemitério. No entanto, ainda não é suficiente para atender a demanda. Em razão disso, está em estudo a construção de um novo cemitério municipal na Gleba Primavera, na Zona Norte, ao lado da Zona Industrial.

5.4 PERCEPÇÕES

Durante a realização da pesquisa, apresentada no tópico 5, tivemos percepções que achamos relevante ser apresentadas. No momento da contextualização histórica das imagens aqui utilizadas, com base em documentos escritos, pudemos notar que a década de 1950, estudada anteriormente pela autora, é muito mais rica em publicações das realizações da prefeitura, em jornais e revistas, do que a década de 1960. Essa evidência se configurou como uma surpresa, pois, uma vez que os anos 60 são mais recentes, acreditávamos que o registro e divulgação das transformações pelas quais a cidade passava tivesse sido mais extensivo que na década anterior.

Esse fato, provavelmente, remonta ao que foi mencionado nas páginas anteriores de que até o final da década de 1950 as fotografias tomadas do desenvolvimento da cidade eram utilizadas como propaganda para atrair um contingente de pessoas para trabalhar na região. Portanto, na década de 1960, o imaginário coletivo criado em torno da riqueza norte paranaense e de Londrina como o “Eldorado cafeeiro” já estava consolidado e não havia mais a necessidade de propagandear seus atrativos.

Por outro lado, nos deparamos com uma grande quantidade de trabalhos acadêmicos (Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado) – a maioria disponível na internet – que abordam a história de Londrina e aspectos de seu desenvolvimento ao longo, principalmente, de suas primeiras décadas de existência. Muitos desses trabalhos estudam a história da cidade utilizando fotografias, ora como meras ilustrações, ora como objeto de estudo, como no trabalho de Maria Luisa Hoffmann, aqui utilizado como referência bibliográfica.

Desde o início da pesquisa percebemos um certo descaso da prefeitura com a preservação da memória da cidade: primeiramente, pela questão do acervo de Oswaldo Leite estar esquecido em um depósito aguardando ser incinerado, e depois, pela questão de

documentos e projetos importantes para a recuperação histórica de uma época estarem guardados em depósitos – nem os funcionários do setor contactado sabem quais são os depósitos onde esses arquivos estão –, provavelmente, armazenados em condições precárias de conservação, como as fotografias aqui estudadas estavam. Sem a facilidade de acesso do pesquisador a esses arquivos, essas memórias, que hoje estão esquecidas e relegadas a caixotes em um depósito, com o passar do tempo serão completamente perdidas.

Com o exercício de contextualização das imagens, aqui apresentadas, pudemos observar que os registros de documentação urbana, tomados por Oswaldo Leite, foram capazes de nortear esta pesquisa, principalmente pela importância que os elementos retratados tiveram – e ainda têm – para o desenvolvimento de Londrina. Essas imagens, que inicialmente despertaram o interesse e a curiosidade da autora, também despertam as mesmas sensações em pessoas comuns, sobretudo, nos moradores mais antigos da cidade.

Notamos também que as fotografias de obras urbanas podem ser utilizadas como ferramentas eficazes para a recuperação de fragmentos históricos. Porém, não é viável a utilização da imagem na pesquisa de maneira isolada, uma vez que as informações obtidas somente com a análise das imagens se mostraram insuficientes para a contextualização do período recortado. Desta forma, faz-se necessária a pesquisa em outros suportes, como documentos escritos (trabalhos acadêmicos e livros que abordam o tema retratado, bem como jornais e revistas da época pesquisada) e fontes orais contemporâneas às datas de tomada.

Para as entrevistas nos utilizamos da fotografia como “disparadora do gatilho da memória”, metodologia desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa *Comunicação e História*, da Universidade Estadual de Londrina, do qual a autora faz parte. Esta proposta implica na utilização e exposição de fotografias em entrevistas orais para que a partir delas sejam trazidas à tona lembranças do observador que, até então, estavam adormecidas.

Porém, foi possível perceber que os entrevistados guardaram na memória apenas elementos da história da cidade com os quais eles estabeleceram algum tipo de relação. Rodolpho Horner, por exemplo, entrevistado para quem foram apresentadas todas as imagens aqui estudadas, mesmo reconhecendo todos os lugares retratados nas fotografias de Oswaldo Leite, somente construía narrativas consistentes quando se deparava com alguma obra que ele havia ajudado a construir, ou tivesse sua história convergida com ela em algum momento da vida.

Por meio das entrevistas pudemos perceber que a imagem é capaz de despertar lembranças sobre temas que vão além dos que estão retratados na fotografia. A partir da cena congelada, o entrevistado, que a observa no presente, se transporta para um

passado, mais distante que o próprio passado representado na fotografia, e constrói sua narrativa a partir de suas memórias de um tempo e de um acontecimento vivido.

Podemos notar nas entrelinhas do verbal e, principalmente, nos longos períodos de silêncio, que os entrevistados se incomodam tanto com perguntas, quanto com a presença de imagens referentes à existência de favelas em Londrina. Este parece ser para eles um assunto incômodo e vergonhoso da história da cidade, do qual seria melhor não se lembrar, tão pouco, falar.

Os silenciamentos foram importantes para percebermos tanto os incômodos, quanto o processo de rememoração, propriamente dito. Isto porque, praticamente todos os entrevistados, em algum momento durante o período de rememoração, permaneceram em silêncio com o olhar fixo nas imagens, ou segurando-as com os olhos fechados, como se estivessem mergulhando em suas memórias, para trazê-las à superfície, enquanto permaneciam ancorados no presente através da fotografia que seguravam.

Outro ponto importante é o fato de que quando se trata de uma imagem sem referência espacial bem definida, por vezes o entrevistado precisa buscar auxílio na legenda para que a narrativa se dê. Um exemplo disso, ocorreu na entrevista com o engenheiro José Augusto Queiroz, para a contextualização da figura 9, que tratava de uma ponte sobre o Ribeirão Quati, projetada por ele. Observamos que na entrevista oral, sem o auxílio da imagem, Queiroz não foi capaz de se lembrar de qual ponte estávamos falando. Mostramos, então, a fotografia de Oswaldo Leite, e mesmo assim o reconhecimento não se deu. Foi somente no momento em que o entrevistado tomou conhecimento da legenda da imagem que ele passou a lembrar daquela construção. A partir daí a narrativa se fez de maneira eficiente.

Alguns entrevistados – além da imagem a eles apresentadas no momento da entrevista – buscaram amparo para a construção da narrativa em seus arquivos pessoais. A ex-bibliotecária Aglaé de Lima Fierli, ouvida para a contextualização da figura 12, se amparou em fotografias de seu acervo pessoal, referentes a sua trajetória na Biblioteca Pública. Todas as imagens, consultadas e mantidas guardadas por ela em sua residência, continham o nome das pessoas retratadas no verso. O que facilitou, por exemplo, o apontamento do nome de algumas pessoas que faziam parte do quadro de funcionários que com ela trabalhavam. Aglaé também buscou auxílio em documentos escritos quando não se recordava de alguma data ou evento específico. Quando a memória falseava era lá que ela ia buscar as informações precisas.

Outro entrevistado que recorreu ao documento escrito, foi Mário Jorge de Oliveira Tavares, ex-funcionário da Sercomtel. Quando se tratava de alguma informação

pormenorizada, ele recorria ao livro que escreveu sobre o assunto para não passar adiante, na entrevista, nenhuma informação errada. Aí também pode-se observar uma preocupação com as informações compartilhadas.

Pode-se afirmar que, de maneira geral, a fotografia impacta o observador e acrescenta informação à narrativa sem o uso da imagem. No entanto, no caso de Tavares, a utilização da fotografia como disparadora do gatilho da memória não trouxe nenhuma informação complementar às que foram obtidas por meio da entrevista oral, sem o auxílio da imagem. Isso se deu pelo fato de o entrevistado já estar acostumado a responder perguntas sobre o assunto e também pelo fato de já ter, inclusive, publicado um livro sobre a Sercomtel. Percebeu-se que o entrevistado possui um roteiro mental pré-concebido que norteia sua narrativa. O mesmo aconteceu com João Henrique Steffen, um dos fundadores do Hospital Evangélico. Steffen mal olhou a fotografia a ele apresentada, continuou sua narrativa como se não a tivesse visto. A fotografia, nesses casos, não alterou em nada o que o entrevistado pretendia dizer.

Todavia, percebemos que a fotografia permite a identificação de pessoas e a lembrança de detalhes que passam despercebidos na entrevista oral sem o auxílio desse suporte. Sem ela a narrativa permanece em um nível mais genérico e superficial. Por meio da observação da fotografia o entrevistado também é capaz de rememorar elementos que fizeram parte de sua vida e da vida de sua família, dos quais ele nem se lembrava mais. Esse é o caso da logomarca da empresa Color Painéis, que mudou ao longo dos anos, e o proprietário nem se lembrava mais como ela era. Ele, inclusive, chamou a filha para que por meio da observação da fotografia soubesse como era a logomarca da empresa no início de sua existência em Londrina.

A fotografia também pode trazer consigo indícios capazes de “puxar o fio da memória”. A partir de uma marca presente na figura 16, parecida com o rastro deixado por uma draga, o entrevistado Rodolpho Horner construiu toda uma narrativa para explicar como se deu o processo de concepção da drenagem do Ribeirão Quati, bem como sobre processo de obtenção de uma draga junto ao DNOS, para a conclusão da obra.

Entretanto, pudemos constatar que ao mesmo tempo em que a imagem traz à luz lembranças até então esquecidas, no momento em que o entrevistado toma conhecimento que uma fotografia que retrata o assunto discutido será apresentada, ele se desobriga de forçar sua memória a recordar determinados fatos. Ele pede logo para ver a imagem e deixa de estimular a memória a recordar.

Outro aspecto observado, ainda em relação às entrevistas realizadas, foi o

fato de que quanto mais desconhecido o assunto, mais o entrevistado se sente à vontade para falar sobre ele. Quando o entrevistado se depara com a imagem de um tema amplamente conhecido e estudado, ele se sente intimidado a falar por medo de passar alguma informação errada. Se já existe algum livro sobre o assunto abordado, como o Hospital Evangélico e a Sercomtel, por exemplo, eles não se estendem na narrativa sobre ele. Somente dizem: “Ah, tem um livro X que fulano escreveu, dá uma olhada lá”. Contudo, quando o assunto é de conhecimento mais restrito, eles sentem-se mais livres e à vontade para colocar sua versão sobre a história do local.

Por se tratar de um município de história recente é possível entrevistar pessoas que viveram a época estudada e contribuíram para o seu desenvolvimento. Cabe ao pesquisador encontrar essas fontes e abordá-las, utilizando metodologias assertivas para que essas informações não se percam. Contudo, devido à idade avançada de alguns entrevistados, muitas informações obtidas por meio das entrevistas orais necessitaram de pesquisa complementar para a checagem dos dados. Também em relação à idade dos entrevistados, pudemos perceber, da pior maneira, que existe a urgência de se entrevistar algumas pessoas importantes para a construção histórica da cidade, pois com a idade avançada, elas estão morrendo e levando consigo importantes informações históricas.

Para a realização da pesquisa, as fotografias que seriam trabalhadas foram colocadas em ordem e foi elaborada pela autora uma lista com o assunto e o nome dos possíveis entrevistados. As entrevistas começaram a ser agendadas seguindo esta ordem. No dia 22 de maio de 2015, com 89 anos, faleceu o sr. Antonio Aljarilla Filho, que trabalhou com o sistema de abastecimento de água de Londrina desde a época em que a distribuição era feita pela CTNP. Ele foi encanador da CTNP, tesoureiro do SAS e tesoureiro da Sanepar até 1982. Aljarilla Filho seria o próximo a ser procurado para o agendamento da entrevista. Chegamos tarde e a história que ele poderia contar se perdeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a invenção da fotografia, nas primeiras décadas do século XIX, as obras arquitetônicas têm sido amplamente retratadas. Primeiramente, por se apresentar como uma alternativa ao desejo do homem de representar o mundo em uma época em que a técnica embrionária exigia longos períodos de exposição e que o elemento a ser retratado permanecesse imóvel – para que a captura da imagem se desse de maneira eficiente – e, além disso, por se configurar como uma das formas de registrar as diversidades e as características culturais da época de sua produção.

A partir da metade daquele século, muitos fotógrafos, especialmente na Europa, passaram a se dedicar à produção de registros arquitetônicos de cidades, a fim de organizarem álbuns comerciais que tivessem a capacidade de representar e oferecer ao comprador a ideia de uma cidade idealizada, ou seja, apenas com suas características positivas. As mazelas sociais pelas quais as cidades passavam eram suprimidas nesses registros.

No Brasil, esse processo teve início a partir dos anos 1850, com a atuação de Militão Augusto de Azevedo e Guilherme Gaensly, em São Paulo. Outro importante fotógrafo dedicado ao registro das transformações urbanas foi Augusto Malta – primeiro fotógrafo oficial da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Malta foi o responsável por documentar a reforma realizada no Rio de Janeiro pelo então prefeito Pereira Passos (1902-1906). Na cidade de Londrina (PR), recorte espacial deste trabalho, as transformações urbanas ocorridas entre as décadas de 1950 a 1980, foram registradas pelo fotógrafo Oswaldo Leite, funcionário da Secretaria de Obras e primeiro fotógrafo oficial da Prefeitura do Município de Londrina.

Tomando as imagens produzidas por Oswaldo Leite, na década de 1960, como ponto de partida, buscamos nas páginas anteriores – utilizando as bases teóricas e metodológicas da história oral e do uso da fotografia como disparadora do gatilho da memória – contextualizar historicamente o período recortado a fim de observar a capacidade – ou não – de as fotografias de obras urbanas atuarem como auxiliares na recuperação de fragmentos da história de Londrina.

Por meio desta pesquisa pudemos observar que apesar de Londrina ser uma cidade com memórias preservadas, principalmente em razão da atuação da Universidade Estadual de Londrina, quer pelo empenho do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss e do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH), quer pela quantidade de

pesquisas desenvolvidas por seus docentes, principalmente das áreas de Geografia, História, Ciências Sociais, Arquitetura e Comunicação, muito ainda há por recuperar, preservar, disponibilizar e democratizar em termos de conhecimento sobre a história da cidade e região.

Por mais que essas memórias estejam preservadas pelo museu da cidade, existe, ainda, uma carência, grande, de informações no que diz respeito às fotografias que integram os acervos por ele preservados. Neste sentido, é importante que sejam realizadas pesquisas para a recuperação de dados, que servirão de base para pesquisas futuras.

Aos poucos essas informações estão sendo descortinadas por uma infinidade de trabalhos acadêmicos (Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses), de diversas áreas do conhecimento, que abordam a história de Londrina e aspectos de seu desenvolvimento ao longo, principalmente, de suas primeiras décadas de existência, utilizando essas fotografias como objetos de estudo. Esta produção evidencia uma crescente preocupação com a recuperação de elementos históricos relacionados às imagens preservadas – tanto de Oswaldo Leite, como no caso da pesquisa aqui realizada, quanto de outros tantos importantes nomes para a história imagética de Londrina – graças ao empenho de pesquisadores e dos funcionários do Museu Histórico.

A partir das fotografias com fins documentais tomadas por Oswaldo Leite para a Secretaria de Obras da Prefeitura do Município de Londrina foi possível recuperar diferentes aspectos da história da cidade. No entanto, as imagens não se bastam em si mesmas, sendo necessária, para sua contextualização, a pesquisa em outros suportes, como o escrito e o oral. Por intermédio das entrevistas, aqui realizadas, informações até agora desconhecidas, por não fazerem parte da bibliografia existente, puderam ser desvendadas por meio da comunicação oral estimulada pela presença da fotografia.

Deste modo, pudemos observar que a imagem de documentação urbana pode ser utilizada como uma ferramenta auxiliar eficaz para a recuperação de fragmentos históricos de um determinado lugar. Primeiramente, pela importância que o fragmento retratado teve para o desenvolvimento da cidade e, posteriormente, pela capacidade que ela tem de instigar a memória a mergulhar mais fundo em lembranças, até então esquecidas, e trazer à tona elementos importantes à conservação da história para gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jolinda de Moraes. **Assistência aos pobres em Londrina: 1940 – 1980**. Londrina: Eduel, 2013.

ANTONIO, João. O grilo e a rinha. In: HARA, Tony (Org.). **Oitenta vezes Londrina: cotidiano, história e trajetórias de vida**. Londrina: Midiograf, 2014. p. 115-117.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)**. Londrina: Eduel, 2008.

BEIDACK, Andréa Rodrigues dos Santos; FRESCA, Tânia Maria. Reestruturação urbana e novas centralidades: um estudo sobre a zona norte de Londrina – PR. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 29, n. 2, p. 147-163, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/9898/9043>>. Acesso em: 25 maio 2015.

BIAGGI, Adilson de. **Entrevista telefônica**. Concedida à autora em 1º out. 2015.

BIOGRAFIAS. **enciclopédia.itaucultural.org.br**. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21612/auguste-stahl>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

_____. **enciclopédia.itaucultural.org.br**. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa17643/augusto-malta>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

_____. **enciclopédia.itaucultural.org.br**. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2361/guilherme-gaensly>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

_____. **enciclopédia.itaucultural.org.br**. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1866/victor-frond>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

BONI, Paulo César; UNFRIED, Rosana Reineri; BENATTO, Omeletino. **Memórias fotográficas: a fotografia e fragmentos da história de Londrina**. Londrina: Midiograf, 2013.

BORDIN, Pedro Augusto Viera. **Lei cidade limpa e as mudanças na paisagem urbana de Londrina**. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/cce/geo/tcc/136_leicidadelimpaeasmudancasnapaisagemurbanadelondrina_2012.pdf>. Acesso em: 25 maio 2015.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

BLUM, Luciane. **Desenvolvimento da atividade comercial varejista: o caso de Londrina-PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: Edusp, 2004.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de; WOLFF, Silvia Ferreira Santos. Arquitetura e fotografia no século XIX. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia**: usos e funções no século XIX. São Paulo: Edusp, 2008.

CARVALHO, Marcia Siqueira de; ZEQUIM, Maria Angelina. Doenças infecto-contagiosas relacionadas às carências habitacionais da cidade de Londrina – Paraná (Brasil). **Scripta nova**: revista eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, Universidade de Barcelona, v. VIII, n. 146 (133). 1 ago. 2003. Disponível em: <[http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(133\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(133).htm)>. Acesso em: 9 jul. 2015.

CASARIL, Carlos Cassemiro. A expansão físico-territorial da cidade de Londrina e seu processo de verticalização: 1950 – 2000. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/2326/2275>>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. Algumas notas sobre o processo e a espacialização de verticalização urbana na cidade de Londrina: 1950 – 2000. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 1-22, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/16124/9076>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

CASTELNOU, Antonio. Arquitetura das primeiras décadas de Londrina. **Unopar Cient., Ciênc. Hum. Educ.**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 65-75, jun. 2000. Disponível em: <http://www.unopar.br/portugues/revista_cientificah/art_orig_pg65/art_orig_pg65.html>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. **Arquitetura londrinense**: expressões de intenção pioneira. Londrina: A. Castelnou, 2002.

CESAR, Zenite Terezinha Ribas. **Estudo da evolução do ensino municipal de Londrina 1930-1970**. Tese (Livre docente) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1976.

COUTINHO, Humberto Puiggari. **Londrina 25 anos de sua história**. São Paulo: Universal, 1959.

COUTINHO GOMES, Theóphilo Paranaense. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 25 set. 2015.

COSTA, Viviane. Cohab busca destinação para antigo mercado. **www.folhaweib.com.br**. 4 de jan. 2014. Disponível em: <http://www.folhaweib.com.br/?id_folha=2-1--243-20140104>. Acesso em: 23 set. 2015.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1971.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DESTAQUES. Políticas de governo e empresas públicas (1948-1963). **www.memoriadaeletricidade.com.br**. Disponível em: <<http://www.memoriadaeletricidade.com.br/default.asp?pag=5&codTit1=44360&pagina=destaques/linha/1948-1963&menu=381&iEmpresa=Menu#44360>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

DUARTE, Suzilaine Passos. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 17 jun. 2015.

E.M. DAVID DEQUECH. **Proposta pedagógica**. Londrina: 2009.

FELDMAN, Estélio Esher. **Sercomtel 30 anos de história (1968-1998)**. Londrina: P2 Produções, 1998.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Olhar periférico:** informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: Edusp, 1993.

FIERLI, Aglaé de Lima. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 26 jul. 2015.

FOLHA DE LONDRINA. **Hoje o encerramento do curso de aperfeiçoamento de professoras**. Londrina: 10 dez. 1969, p. 11.

FRESCA, Tânia M.; POSTALDI, Valeria B. (Org.). **Atlas ambiental da cidade de Londrina**. Londrina: 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/EXPANSAO/OCUPACOES.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

FURUTA, Antônio Tomio. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 6 out. 2015.

GODOY, Teresa. **O desafio:** a história do Hospital Evangélico de Londrina. Londrina: Midiograf, 2008.

HOFFMANN, Maria Luisa. **Guardião de imagens:** “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

HORNER, Rodolpho. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 24 jun. 2015.

JANUZZI, Denise de Cássia Rossetto. O desenvolvimento de Londrina e as transformações nos espaços públicos da região central. **Semina:** Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 26, p. 87-94, set. 2005.

_____. **Calçadas:** revitalização urbana e a valorização das estruturas comerciais em áreas centrais. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-18112010-100855/pt-br.php>>. Acesso em: 25 maio 2015.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

_____. **Fotografia e história**. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LEITE, Marina Delai. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 8 out. 2015.

LEITE, Otacílio. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 29 ago. 2013.

_____. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 8 out. 2015.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica de consumo – álbuns da cidade de São Paulo, 1887-1954**. Campinas: Mercado das Letras, 1997.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAPA DAS INDÚSTRIAS. **www.aepil.com.br**. Disponível em: <<http://aepil.com.br/associados/mapa-das-industrias/>>. Acesso em: 6 out. 2015.

MARTINS, Victor Hugo Teixeira. **Habitação, infra-estrutura e serviços públicos: conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina – PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000123373>>. Acesso em: 27 maio 2015.

NIERO, Luiz Alberto. **História do saneamento básico em Londrina**. Londrina: Sanepar, 2009.

OBERDIECK, Hermann Iark. **Serviços médicos em Londrina (1933 a 1971): responsabilidade e compromisso**. Londrina: Eduel, 2011.

OHARA, Hirak. **Entrevista telefônica**. Concedida à autora em 18 jun. 2015.

OLIVEIRA, Célia Rodrigues de. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 28 ago. 2013.

PARQUE MUNICIPAL ARTHUR THOMAS. **www.londrina.pr.gov.br**. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=250&Itemid=196>. Acesso em: 13 jul. 2015.

QUEIROZ, José Augusto. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 10 jul. 2015.

REALI, José Cláudio. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 19 maio 2015.

REIS, Natacha Regazzini Bianchi. **Uma discussão acerca das fontes orais para a história da esquistossomose no Brasil**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina,

2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1455.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO SANEAMENTO. **www1.londrina.pr.gov.br**. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/gabinete/PMSB/abastecimento_agua_03_10>. Acesso em: 8 out. 2015.

ROEHRING, Júlio Rodolfo. Universidade Estadual de Londrina 36 anos (um pouco de sua história). *Jornal de Londrina*: 10 dez. 2007. Texto reproduzido no site **80xlondrina.com.br/textos/fazenda-santana/**.

ROUILLÉ, André. **A fotografia**: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

SCHWARTZ, Widson. Dia de comemorar os 50 anos do Shangri-lá. **Jornal de Londrina**. Londrina: 21 de fev. 2004, p. 4B.

_____. Dos cafezais à Universidade. *Folha de Londrina*: 7 dez. 2009. Texto reproduzido pela **Agência UEL de Notícias**. Sinopse: a UEL nos jornais: 7 dez. 2009.

SILVA, Bárbara Garcia Cid. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 5 out. 2015.

SILVA, José Jarbas Gomes da. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 5 out. 2015.

SOUTO, Marcelo. Vila Casoni: o bairro pioneiro. **Blog Operário das letras**. 10 de maio 2010. Disponível em: <<http://operariodasletras.blogspot.com.br/search?q=vila+casoni>>. Acesso em: 5 out. 2015.

STEFFEN, João Henrique. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 24 set. 2015.

SUZUKI, Juliana Harumi. **Idealizações de modernidade**: arquitetura dos edifícios verticais em Londrina 1949-1969. Londrina: Kan, 2011.

TAVARES, Mario Jorge de Oliveira. **Sercomtel**: marca de pioneirismo. Londrina: Midiograf, 2003.

_____. **Entrevista oral**. Concedida à autora em 6 out. 2015.

TEIXEIRA, Juliana de Oliveira. **A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória**: aplicação à história de Telêmaco Borba – PR (1950-1969). Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VASQUEZ, Pedro Afonso. **Fotografia escrita:** nove ensaios sobre a produção fotográfica no Brasil. Rio de Janeiro: Senac, 2012.

ANEXOS

ANEXO A

Convênio de Cooperação Cultural entre a Prefeitura do Município de Londrina e o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss (Página 1)

*Prefeitura do Município de Londrina**Estado do Paraná**Nº*

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO CULTURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LONDRINA E A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, ATRAVÉS DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA "Pe. CARLOS WEISS".

O MUNICÍPIO DE LONDRINA, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor Antonio Casemiro Belinati, doravante denominado MUNICÍPIO e UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, através do MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA "Pe. CARLOS WEISS", neste ato representada pelo seu Reitor, Prof. Jorge Bounassar Filho e o Diretor do Museu Histórico de Londrina "Pe. Carlos Weiss", Prof. Olympio Luiz Westphalen, doravante denominada do MUSEU, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente convênio tem por objetivo a cessão pelo MUNICÍPIO ao MUSEU, na forma de permissão de uso, do acervo fotográfico do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

Para a perfeita execução deste convênio, o MUSEU compromete-se a:

1. Guardar, conservar e manter o acervo fotográfico;
2. Permitir ao MUNICÍPIO, sempre que necessitar e julgar conveniente, livre acesso ao material dado em permissão, dele podendo fazer uso.
3. Não transferir a terceiros o acervo, ou parte dele.

4 A

Convênio de Cooperação Cultural entre a Prefeitura do Município de Londrina e o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss (Página 2)



Prefeitura do Município de Londrina

Estado do Paraná

N.º

-fls.02-

CLÁUSULA TERCEIRA

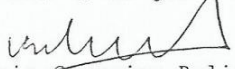
O prazo de duração da permissão de uso deste instrumento é indeterminado.

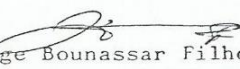
CLÁUSULA QUARTA

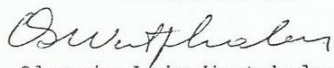
Fica eleito o Foro da Comarca de Londrina-Pr., para dirimir dúvidas ou pendências resultantes da execução do presente convênio.

E por estarem as partes, justas e convenientes, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

LONDRINA, aos 07 de junho de 1990.


Antonio Casemiro Belinati
PREFEITO DO MUNICÍPIO


Jorge Bounassar Filho
REITOR DA UEL


Olympio Luiz Westphalen
DIRETOR DO MUSEU

TESTEMUNHAS:

